

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 14 DE NOVEMBRO DE 2007

NÚMERO 5.819

16ª Legislatura  
1ª Sessão Legislativa

**MESA**

Julio Cesar Garcia

**PRESIDENTE**

Clésio Salvaro

**1º VICE-PRESIDENTE**

Ana Paula Lima

**2º VICE-PRESIDENTE**

Rogério Mendonça

**1º SECRETÁRIO**

Valmir Comin

**2º SECRETÁRIO**

Dagomar Carneiro

**3º SECRETÁRIO**

Antônio Aguiar

**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**

João Henrique Blasi

**PARTIDOS POLÍTICOS**

(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**

Líder: Kennedy Nunes

**PARTIDO DO MOVIMENTO**

**DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

Líder: Manoel Mota

**DEMOCRATAS**

Líder: Gelson Merísio

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**

Líder: Padre Pedro Baldissera

**PARTIDO DA SOCIAL**

**DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Líder: Marcos Vieira

**PARTIDO TRABALHISTA**

**BRASILEIRO**

Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO**

**BRASILEIRO**

Líder: Odete de Jesus

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**

Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO**

**TRABALHISTA**

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Darci de Matos

Gelson Merísio

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joares Ponticelli

João Henrique Blasi

Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Onofre Santo Agostini

Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL**

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

Onofre Santo Agostini - Presidente

Joares Ponticelli - Vice Presidente

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

João Henrique Blasi

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Herneus de Nadal

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA**

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE**

Décio Góes - Presidente

José Natal Pereira - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Renato Hinnig

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL**

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Ada de Luca

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joares Ponticelli

Nilson Gonçalves

Onofre Santo Agostini

Romildo Titon

João Henrique Blasi

**DIRETORIA  
LEGISLATIVA**

**Coordenadoria de Publicação:**  
responsável pela digitação e/ou  
revisão dos Atos da Mesa Diretora e  
Publicações Diversas, diagramação,  
editoração, montagem e distribuição.  
Coordenador: Eder de Quadra  
Salgado

**Coordenadoria de Taquigrafia:**  
responsável pela digitação e revisão  
das Atas das Sessões.  
Coordenadora: Lenita Wendhausen  
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e  
Serviços Gráficos:**  
responsável pela impressão.  
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA  
EXPEDIENTE**

**Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500**  
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

**IMPRESSÃO PRÓPRIA**  
**ANO XV - NÚMERO 1833**  
**1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES**  
**EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS**

**ÍNDICE**

**Plenário**  
Ata da 094ª Sessão Ordinária da  
16ª realizada em 13/11/2007 .....2  
Ata da 046ª Sessão Extraordinária  
da 16ª realizada em 13/11/2007 13  
Ata da 047ª Sessão Extraordinária  
da 16ª realizada em 13/11/2007 13

**Atos da Mesa**  
Ata da Mesa .....23

**Publicações Diversas**  
Atas das Comissões Permanentes  
.....23  
Avisos de Resultado.....24  
Projetos de Lei.....24  
Projetos de Lei Complementar...27  
Projeto de realizada em Lei .....32  
Projeto de Resolução.....32  
Redação Final .....32

**PLENÁRIO**

# ATA DA 094ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin.

**SUMÁRIO**

**DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI** (pela ordem) - Registra a presença de dois empresários da cidade de Lages, os srs. Marcelo Pereira e Mário Pereira.

**Breves Comunicações**

**DEPUTADO VALMIR COMIN** - Fala sobre Barragem do Rio São Bento e Usitesc.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** (aparte) - Destaca a importância desta obra para a região que é a maior em produção de arroz irrigado do estado de Santa Catarina.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** (pela ordem) - Registra a presença do vereador e secretário do PSDB, Geraldo Pereira, do município de Tubarão.

**DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI** - Aborda o salvamento praticado pelo menino herói do município de Palmeira.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** (aparte) - Parabeniza o deputado Onofre Santo Agostini pelo tema apresentado e diz que prestar uma homenagem ao município e a esse menino é fazer justiça.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Comenta a vinda do ministro ao estado para assinar a ordem de serviço do término das obras da BR-282, que chegará até a divisa com a Argentina; aborda a Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** (aparte) - Cumprimenta o governo do presidente Lula pela obra de São Miguel D'Oeste a Paraíso, integrando dois países.

**DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI** (pela ordem) - Registra a presença do ex-deputado e secretário de Desenvolvimento Regional de Caçador, Valdir Vital Cobalchini.

**Partidos Políticos**

**DEPUTADO ROMILDO TITON** - Comemora Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** (aparte) - Parabeniza o deputado Romildo Titon pelo tema apresentado; critica o governo Lula pela reportagem no *Fantástico* do último domingo referente à área da educação.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** (aparte) - Refere-se às críticas do deputado José Natal ao governo em função da situação das escolas mostradas pelo *Fantástico*.

**DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI** (aparte) - Cumprimenta o deputado Romildo Titon pelo projeto de lei referente ao Corpo de Bombeiros Comunitário, que presta um relevante serviço para a sociedade de Santa Catarina.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Fala do seu Projeto de Lei n. 0047/2007, que estabelece regras para modelos catarinenses.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** (aparte) - Cumprimenta o deputado Manoel Mota por ter a iniciativa de apresentar este projeto.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** - Critica falta de investimento na educação pelo governo Lula.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** (aparte) - Concorda com o deputado José Natal pelo pronunciamento e mostra indignação em relação à matéria sobre a área da educação.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Defende manutenção da CPMF.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Relata matéria do jornal *Notícias do Dia*, que fala do crescimento da arrecadação do estado de Santa Catarina, referente ao mês de outubro deste ano.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Defende regulamentação dos Centros de Formação de Condutores; registra que a Oposição não vai aceitar votação apressada acerca do Fundo Previdenciário.

**DEPUTADO GELSON MERÍSIO** (aparte) - Esclarece que o espaço cedido ao seu partido é fruto de um acordo feito na semana passada.

**DEPUTADO GELSON MERÍSIO** (aparte) - Informa que a demora para que o projeto do Fundo Previdenciário chegue à Casa deve-se a sua complexidade.

**DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI** (aparte) - Concorde com o deputado Joares Ponticelli pela sua preocupação referente à lei que vai gerir o destino do servidor público e pensionista para sempre.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Apresenta denúncias feitas por SDR de Timbó.

**DEPUTADO GELSON MERÍSIO** (aparte) - Solicita ao deputado Kennedy Nunes esclarecimentos sobre entrevista publicada pelo *Jornal do Médio Vale*.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (aparte) - Comenta que a Oposição está crescendo e ganhando aliados dentro da própria assembleia de secretários.

Ordem do Dia

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** (pela ordem) - Informa que seu voto não é a favor nem contra o PL n. 0333/2007 de autoria do deputado Marcos Vieira.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (pela ordem) - Parabeniza o governo pelo projeto que autoriza a realização de concurso para a contratação de pessoal na Fatma.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDO** (pela ordem) - Informa que o concurso público da Fatma é um dos compromissos do governador Luiz Henrique com o meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O Sr. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Registramos com muita alegria, sr. presidente e srs. deputados, a presença de dois empresários da cidade de Lages, os srs. Marcelo Pereira e Mário Pereira, que nos honram muito com suas presenças. São dois grandes empresários da região serrana. Fazemos este registro com muita alegria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, faço uso da tribuna para manifestar o grande trabalho que está sendo desenvolvido pelo ministério da Integração Nacional e secretaria da Infra-Estrutura Hidrica do ministério da Integração que mostra, através de um exemplar, um manual operativo para o reassentamento, em decorrência de processo de desapropriações, para a construção de reservatórios públicos. E aqui estão bem caracterizadas e bem exemplificadas, com muita propriedade, de forma bem prática e objetiva, todas as

normativas e instruções e todos os procedimentos que devem ser tomados caso haja a construção de reservatórios no Brasil.

O que me surpreendeu, com muita satisfação, foi que na capa deste manual de instrução que é distribuído em todo o país pelo ministério da Integração, está a barragem do rio São Bento, construída no município de Siderópolis, iniciada no governo Amin, e concluída agora no governo Luiz Henrique da Silveira.

Essa era uma reivindicação de muitos, por mais de 30 anos, da comunidade da região carbonífera, e através de um espírito coletivo, suprapartidário da bancada federal catarinense - eu preciso ratificar esse testemunho -, que num gesto grandioso, através de uma emenda coletiva, promoveu a ação para que pudéssemos, numa parceria com o governo do estado, destacar todos os procedimentos, o início, a construção e a finalização dessa obra que abastece 11 municípios na região carbonífera, e que tem, no acúmulo do reservatório, a capacidade de abastecer até 1,3 milhão de habitantes, e nossa região hoje tem uma demanda de aproximadamente 340 mil habitantes.

Vejam que é uma obra com um alcance social magnífico, de caráter macro, turístico, econômico e social, e que para nossa satisfação está aqui destacada com muita propriedade no manual de instrução do ministério da Integração.

Aqui também estão os procedimentos para a barragem do rio do Salto, meu amigo deputado Professor Grando, v.exa. que também faz parte do fórum e que acompanha a futura construção das obras daquela barragem, em Timbó do Sul, uma obra com praticamente as mesmas características da barragem do rio São Bento.

Na tarde de hoje está sendo elaborada uma reunião na Amesc, no extremo sul de Santa Catarina, onde está sendo exposto pelo diretor de exposição da Casan a quantas andam todos os procedimentos, as etapas, para que possamos efetivar as desapropriações - amigo deputado Manoel Mota, v.exa. que é o vice-presidente do fórum - dos moradores da comunidade de Areia Branca, tanto quanto os encaminhamentos para os arrendatários que se utilizam daquelas propriedades e que tiram o seu sustento e o de suas famílias daquela área que vai ser alagada devido a construção da barragem do Salto, em Timbó do Sul.

Uma obra que caracteriza, com toda certeza, a vontade dos nossos produtores rurais da agricultura, da rizicultura e da rizipiscicultura; do atrativo do potencial turístico que vai se desencadear através deste represamento; da regularização da vazão dos níveis de água em épocas de seca e de cheia, evitando principalmente o alagamento do município de Araranguá.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar o eminente deputado Valmir Comin e dizer que esta obra é uma reivindicação da população há muitos anos. Como estavam sendo reivindicadas as duas obras, a da barragem do rio do Salto e a da barragem do rio São Bento, abrimos mão da barragem do rio do Salto e assinamos o compromisso de fazer a frente parlamentar em defesa da obra que era prioridade, que naquele momento era a barragem do rio São Bento. Faziam parte da frente parlamentar o eminente deputado Julio Garcia, presidente desta Casa, e outros deputados.

Neste momento há um sentimento de satisfação da população, porque há a garantia do abastecimento de água e a manutenção da maior plantação de arroz irrigado de Santa Catarina.

Então, evidentemente que é uma obra importante, fundamental, que irá trazer um conteúdo muito forte para aquela região.

Além disso, vamos manter o rio vivo, porque as águas para o abastecimento dos centros urbanos e para a produção do arroz sairão da barragem. Então isso tudo é fundamental.

Por isso quero cumprimentá-lo. Foi criada a frente parlamentar que v.exa. preside, da qual eu sou vice-presidente, e a nossa missão é muito importante. Quero dizer que estaremos juntos para construir essa obra que é fundamental para desenvolver aquela região e fazer com que ela continue sendo a maior região de produção de arroz irrigado do estado de Santa Catarina.

Parabéns, deputado, e muito obrigado!

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

Outro assunto que faço questão de mencionar aqui nesta tribuna é que na quarta-feira passada tivemos a oportunidade de acompanhar a quarta audiência pública promovida pelo Siesesc. E lá discutiu-se o projeto da usina que será construída no município de Treviso, com a capacidade de 440 megawatts de potência, com um investimento, deputado Professor Grando, de US\$ 700 milhões que vão gerar, na sua construção, 1.200 empregos diretos e, posterior à sua construção, para sua operação e manutenção, aproximadamente 570 funcionários com mão-de-obra qualificada.

Tivemos a oportunidade de ver a participação das ONGs, das universidades, a apresentação do EIA-RIMA, através do Ipat, o instituto da nossa universidade do sul de Santa Catarina, a Unesc, que demonstraram uma mudança radical na concepção do projeto. Havia uma resistência muito grande, em função do alto consumo de água para a torre de resfriamento, mas agora passará a ser uma torre de resfriamento a seco. Isso, com certeza, dará uma nova conotação, uma nova imagem lá onde está sendo conciliada a atividade econômica com as questões ambientais correlacionadas ao entorno da usina que haverá de ser construída no município de Treviso.

Vemos esse projeto pertinente, e agora acreditamos que, com a participação do Ministério Público federal, dos organismos ambientais, principalmente da Fatma, realmente houve um avanço muito grande. Depois de superadas todas essas etapas, certamente teremos investidores a altura para poder representar esse sonho que todos almejamos e desejamos para o engrandecimento e fortalecimento da economia, e para melhoria da qualidade de vida da nossa gente.

Essa é uma condição importante para o setor carbonífero que tanto debatemos aqui e que é colocado como o patinho feio do processo. Mas, através de uma tecnologia inovadora, com a emissão muito baixa de monóxido de carbono na atmosfera, deverá ser viabilizado esse investimento para que possamos fortalecer ainda mais a economia e oportunizar renda e emprego para a nossa juventude e o nosso povo do sul de Santa Catarina.

Era isto o que eu queria colocar, sr. presidente e srs. deputados!

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, eu queria registrar, com satisfação, a presença nesta Casa do vereador guerreiro de Tubarão, secretário Geraldo Pereira, do nosso partido, o PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Feito o registro, a Presidência também registra a visita dos alunos da Escola de Ensino Fundamental Ângela Dognini, do município de Brusque, terra do deputado Dagomar Carneiro.

O próximo orador inscrito é o deputado Onofre Santo Agostini, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, srs. deputados e visitantes, nós também queremos registrar a presença do nosso amigo Gerson Basso, que foi candidato a senador pelo Partido Verde e que se encontra em nosso meio.

É um prazer e uma honra muito grande recebê-lo aqui na Casa!

Srs. presidente e sras. deputadas, com muito prazer e muita alegria, quero registrar que o presidente da Federação dos Clubes de Diretores Lojistas, Roque Pellizzaro Júnior, foi eleito na manhã de sexta-feira, dia 9 de novembro, em Brasília, como o novo presidente da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas, gestão 2007-2009.

Natural de Curitiba, Roque Pellizzaro Júnior, de 42 anos, tomou posse como presidente e vai, sem dúvida nenhuma, honrar Santa Catarina e por que não dizer, de modo muito especial, este deputado, que é seu amigo pessoal. O Roque Pellizzaro Júnior vai representar Santa Catarina em nível nacional.

Por isso fazemos esse registro, desejando ao Roque Pellizzaro sucesso. Tenho certeza de que ele vai nos representar bem para que Santa Catarina possa encontrar o seu desenvolvimento, o seu caminho, deputado José Natal. O Roque Pellizzaro é um jovem e dinâmico advogado, também comerciante em Curitiba, e conseguiu ser eleito presidente da Confederação Nacional dos Diretores Lojistas do Brasil e lá em Brasília tomará posse no início do ano. Será um prazer muito grande para Santa Catarina.

Vejam, srs. deputados e sr. presidente, que ultimamente tivemos boas notícias. Roque Pellizzaro Júnior será o presidente da Confederação Nacional dos Diretores Lojistas e, se Deus quiser, num curto espaço de tempo, vamos ter mais um ministro do Superior Tribunal, o nosso amigo e contemporâneo Jorge Mussi, representando Santa Catarina em nível nacional.

Esta semana, srs. deputados, foi repleta de boas notícias em Santa Catarina. Tivemos o fato que aconteceu num pequeno município da região serrana, em Palmeira, que se tornou conhecido em nível nacional, o do menino herói, Riguelme Wesley Maciel dos Santos, que salvou uma criança de um ano quando a casa pegava fogo.

Esta semana assistimos ao programa de Ana Maria Braga, que contou com a presença do menino. E ontem assistimos, no Congresso Nacional, ao Senado da República prestar uma homenagem ao herói catarinense de apenas cinco anos de idade, que teve uma coragem extraordinária na defesa da vida de uma criança que estava sendo devorada pelo fogo, deputado Manoel Mota.

É claro que ficamos preocupados, pois esse fato não deve se repetir mais, mas o menino herói de Santa Catarina demonstrou grande coragem para enfrentar as chamas e salvar aquela criança que estava sendo devorada pelo fogo.

Assistimos, no Congresso Nacional, ontem, à manifestação do senador Paulo Duque, do Rio de Janeiro, solicitando ao presidente da República que preste uma homenagem ao herói catarinense com a entrega da medalha de ouro criada por Dom Pedro II. E poucos brasileiros receberam essa homenagem, mas ela será oferecida a esse herói catarinense que, com destemor e coragem, enfrentou as chamas em defesa daquela criança que estava sendo devorada pelo incêndio.

Por isso queremos fazer o registro aqui desse fato que ocorreu lá num pequeno município de Santa Catarina. E posso dizer, deputado José Natal, porque tive o privilégio de ser na época o deputado que defendeu a emancipação do distrito de Palmeira, que pertencia ao município de Otacilio Costa. Na época, dos 40 deputados, apenas dois, este deputado e o deputado Gervásio Maciel, levantaram naquela oportunidade a voz em favor de Palmeira. Conseguimos, graças a Deus, emancipá-la e ela está dando um verdadeiro desenvolvimento àquela região.

Faço este registro do menino porque, talvez, deputado Manoel Mota, o município de Palmeira nem faça parte do mapa-múndi. Se nós formos olhá-lo, quem sabe teremos que usar uma lente bem grande para encontrar o município de Palmeira encravado no mapa.

Mas essa semana Palmeira ficou conhecida pelo Brasil inteiro, e quem sabe pelo mundo inteiro, por uma ação de um menino de apenas cinco anos de idade, que mostrou coragem e disposição para enfrentar aquele episódio que estava acontecendo.

É claro que vimos também o Corpo de Bombeiros Militar e também o Corpo de Bombeiros Comunitário, Voluntário, dizendo do perigo, mostrando ao menino que não é o herói que vai lá salvar, e sim que precisamos cuidar das nossas crianças para evitar a ocorrência desses incêndios.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar o eminente deputado Onofre Santo Agostini, que levanta um tema importante.

Eu fiquei orgulhoso quando vi, através da imprensa, que uma criança salvou outra criança. E a outra já tinha um ano e não era tão pequena assim. Portanto, ele precisou de força para carregá-la e também de muita coragem! Deus, com certeza, deve ter aberto o fogo para não queimar aquelas crianças. Mas foi um ato de coragem e eu acho que prestar uma homenagem ao município e a esse menino é fazer justiça.

Evidentemente, quero cumprimentá-lo porque o tema é importante e tem que ser considerado. Acho que foi um ato de bravura e essa criança merece muito mérito!

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Srs. deputados, demos entrada nesta Casa, e desde já vou pedir o apoio a v.exas., a um projeto de lei - e eu fui ouvir a voz do povo, que me orientou a apresentá-lo - que institui a semana estadual de doações de medicamentos no estado de Santa Catarina.

Como funcionará, deputados? Muitas vezes v.exas. vão à farmácia comprar determinado medicamento, mas não usam a sua totalidade, deixando-o jogado nas prateleiras, nas gavetas, amontoados. E muitos irmãos, pessoas carentes, necessitam daquele remédio que fica jogado nas nossas gavetas. Eu tenho certeza de que se eu for à casa de v.exas., encontrarei muitas caixas de remédios que só foram usados dois, três, quatro comprimidos, ficando o resto jogado.

Então, vamos instituir uma semana no mês de abril, que já tem a Semana da Saúde, para ser a semana estadual da doação de medicamentos usados. É claro que não poderemos entregar para aquela pessoa que precisa do medicamento, mas podemos fazer a coleta e entregá-lo nos postos de saúde do estado de Santa Catarina, principalmente nos municípios, e esses, sim, farão a doação às pessoas que estão lá cadastradas e que necessitam, principalmente, do medicamento de uso contínuo que está lá jogado nas nossas gavetas, sem nenhuma utilidade. O dinheiro é jogado fora, enquanto muitas pessoas padecem por falta de recursos.

Por isso é um projeto que nós entendemos, srs. deputados, que vai, sem dúvida nenhuma, ser útil às pessoas carentes que precisam desses medicamentos.

Já dei entrada do projeto nesta Casa e deverá ser debatido por v.exas. Eu faço um apelo para que nos ajudem a divulgar e a aprovar o projeto de lei. Essa matéria não trará prejuízo nem despesa para o governo, e sim benefícios e lucros não só para o governo, mas, principalmente, para o povo catarinense, deputado Pedro Uczai, porque vamos buscar esses medicamentos que estão inúteis na nossa casa e fazer a sua distribuição às pessoas que tanto precisam da nossa solidariedade e, principalmente, da doação desses medicamentos. Porque às vezes as pessoas não têm recursos para comprar os remédios, mas muitos deles estão lá nas nossas casas, prontos para serem jogados fora, pois deixamos vencer o prazo de validade. E nós podemos, sim, ser úteis aos nossos irmãos que precisam da nossa solidariedade.

Por isso fazemos este registro neste dia que entendemos de muita importância para o nosso estado de Santa Catarina e para o Parlamento catarinense, porque nós estamos cumprindo com o nosso dever.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores que nos acompanham através da TVAL e ouvintes da Rádio Alecs Digital, nós tivemos nesses últimos dias grandes eventos no oeste. Lá em São Miguel d'Oeste v.exa. não conseguiu participar do evento e teve que voltar. Inclusive, a bancada do oeste está reclamando porque está ficando no aeroporto até altas horas da madrugada, tentando ir para Chapecó. O seu assessor também vive esse problema, deputado Sargento Amauri Soares, e vamos ter que mudar isso porque não é possível passarmos noites no aeroporto esperando um voo para Chapecó, deputado Pedro Uczai.

Tivemos dois grandes eventos em São Miguel d'Oeste, na quinta-feira: a vinda do nosso ministro para a assinatura da ordem de serviço para o término da BR-282, que chegará até a divisa com a Argentina. Trata-se de uma obra esperada durante muitos anos pelo estado, principalmente pela região do extremo oeste.

Inclusive, temos o compromisso do governo argentino de iniciar essa obra a partir do ano que vem, deputado José Natal. Assim, contamos com a presença do prefeito de São Pedro, na Argentina, para fazer esse anúncio de interesse daquele país de completar os 40 quilômetros até a cidade de São Pedro, na Argentina, onde ainda falta o acesso asfáltico.

Também tivemos um grande evento em São Miguel d'Oeste, na quinta-feira à tarde, com a presença da nossa dirigente do Cefet/SC, professora Consuelo. Estão sendo realizadas audiências públicas para discutir os cursos que vão ser incluídos nos Cefets, nos centros regionais de formação profissional, para os nossos trabalhadores, a nossa população, os nossos jovens catarinenses.

Então, com certeza, trata-se de um grande debate que a sociedade terá pela frente. E lá em São Miguel d'Oeste, um dos grandes temas que se priorizou nos cursos da Udesc foi vinculado a nossa agricultura familiar.

Portanto, com certeza, a quinta-feira ficou marcada no município de São Miguel d'Oeste, na região do extremo oeste catarinense, por esses dois grandes eventos.

No sábado à noite, houve um grande baile em Pinhalzinho para comemorar o terceiro aniversário da Mais Nova FM, do empresário Ladir Cassol, também vereador no município pelo PMDB. Trata-se de uma rádio que cresceu muito nesses três anos e hoje é referência na região, com toda a comunidade acompanhando a sua programação.

Então, queremos cumprimentar o diretor e empresário Ladir Cassol por mais um aniversário da Mais Nova 101.3 FM, de Pinhalzinho.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Dirceu Dresch, em relação à sua primeira fala, quero me associar a v.exa. e cumprimentar o governo do presidente Lula. Não tem jeito! A Oposição não consegue perceber a importância do PAC, a importância da política de governo do presidente Lula. E, com certeza, a oposição ao presidente vai diminuir a cada mês, até 2010, porque essa obra anunciada, e assinada a ordem de serviço, de São Miguel d'Oeste a Paraíso, integrando dois países, e junto com o Chile e os países do Mercosul, foi um investimento estratégico e fundamental, uma grande decisão política!

Como disse o ministro lá na cerimônia - e eu tive que me retirar na hora que ela iria começar, porque atrasou -, um operário pernambucano, teve que vir a Santa Catarina para dar a ordem de serviço de uma obra rodoviária tão extraordinária e necessária, a BR-282.

Parabéns pela sua participação, deputado Pedro Baldissera, assim como de alguns parlamentares de outros partidos. Certamente é o governo do presidente Lula inserindo-se em Santa Catarina e colocando o nosso estado na integração efetiva e concreta do Mercosul.

Nós estamos felizes, como bancada do Partido dos Trabalhadores, de partilhar o governo Lula com os demais deputados que hoje apoiam o governo federal. Os que não o apoiam e são oposição são cada vez menos e têm cada vez menos discurso para se contrapor ao nosso presidente da República.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, deputado!

Também tivemos a presença do deputado Pedro Baldissera, do deputado Herneus de Nadal, além da nossa senadora Ideli Salvatti e do senador Neuto de Conto. Os deputados federais que participaram daquele evento foram Cláudio Vignatti e Celso Maldaner.

Ontem, tivemos a realização de um evento que certamente marca mais uma etapa do trabalho desta Assembléia Legislativa, na discussão de um tema relacionado à população que há anos vem sofrendo com os problemas da fome, da miséria, da exclusão. Discutiu-se não só a questão da segurança alimentar para quem não tem alimento suficiente, mas, deputado Onofre Santo Agostini, temas que hoje interessam à população, como, por exemplo, a questão dos alimentos que a população vem consumindo, principalmente nesses últimos dias, quando ocorreu todo esse lamentável fato com o leite em nosso país, com a denúncia da adição de produtos tóxicos e lesivos ao ser humano.

Então, ontem à tarde, nós instalamos nesta Casa, durante uma audiência pública, durante um evento, um seminário, a Frente Parlamentar Catarinense de Segurança Alimentar e Nutricional. Santa Catarina, para quem olha de longe, para quem não acompanha o dia a dia, para quem não conhece profundamente o nosso estado, parece não ter problemas de fome, de pessoas que não têm alimentação suficiente. Mas quando se buscam os dados, quando se buscam as informações, vê-se justamente que este estado tem ainda milhares e milhares de crianças, de adolescentes e jovens com necessidade de complementação alimentar.

O estado tem responsabilidade sobre isso, mas, infelizmente, em nosso país o direito à alimentação ainda não é considerado um direito constitucional. No Brasil, o direito à alimentação ainda não é um direito do ser humano.

Eu tive a grata satisfação de participar da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e pude perceber que o Brasil avança rapidamente numa perspectiva de construir o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Conseqüentemente, avança também no sentido de discutir a participação dos estados, ou seja, o fato dos estados entrarem numa estratégia desse tipo.

Então, com certeza, a frente parlamentar tem uma grande tarefa aqui no estado, qual seja, a de construir, como dizia o nosso presidente do Consea, Renato Maluf, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que precisa necessariamente do apoio tanto da sociedade, que é importantíssima - e temos hoje em todos os estados os Conselhos de Segurança Alimentar -, quanto do Legislativo, seja municipal, estadual ou federal.

Sr. presidente, a frente parlamentar, com certeza, tem grandes desafios a enfrentar: discutir as leis de segurança alimentar aqui no estado, discutir a relação com quem produz o alimento, com a nossa agricultura familiar, e discutir também a qualidade dos alimentos que a nossa população consome. Esse é o grande projeto, esse é o grande debate e as regiões que estiveram presentes comprometeram-se a puxar grandes debates para justamente provocar e incluir a sociedade no debate sobre segurança alimentar e nutricional.

Nós propusemos a criação da frente e começamos coordenando esse trabalho. Agora a frente já tem uma equipe de deputados que se propõe a construir conosco a coordenação desse trabalho nesta Casa Legislativa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Quero registrar a presença do nosso amigo, secretário de Desenvolvimento Regional de Caçador, ex-deputado Valdir Vital Cobalchini, que nos está visitando junto com a sua assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Romildo Titon, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, o deputado Dirceu Dresch se referiu há pouco à grande solenidade que aconteceu no oeste catarinense, onde foi entregue a ordem de serviço para a conclusão do trecho da BR-282 em Paraíso.

Quero, publicamente, como presidente do Fórum Parlamentar da BR-282, parabenizar o presidente Lula por mais essa iniciativa de concluir a nossa BR-282.

Na semana passada ainda estivemos percorrendo o trecho de Campos Novos a São José do Cerrito, que está andando num ritmo bastante acelerado, com uma perspectiva muito boa de que se não houver nenhum empecilho, até o segundo semestre do ano que vem certamente nós estaremos com aquele trecho da BR-282 concluído, trecho com o qual sonhamos ao longo dos anos.

Não pude estar presente, mas acredito que o deputado Herneus de Nadal tenha representado o nosso fórum, porque se trata de uma ação importante pela qual o fórum batalhou ao longo dos anos aqui na Assembléia Legislativa.

Quero falar, sr. presidente e srs. deputados, que há poucos dias dois municípios do estado de Santa Catarina receberam uma premiação muito importante em nível de Brasil. Um deles é o município de Iomerê e o outro é o de Siderópolis, que foram escolhidos entre os 25 melhores municípios brasileiros pela excelência da merenda escolar oferecida aos estudantes.

O município de Iomerê é um pequeno município em extensão, mas um grande município em produção, com uma riqueza muito grande, com um povo trabalhador, um povo que tem uma qualidade de vida muito boa, que tem uma administração pública com as suas finanças sanadas, cujas obras andam num ritmo bastante acelerado.

Muitas vezes nós não damos importância a um pequeno município, mas são essas obras e essas ações praticadas pelos administradores públicos que realmente enriquecem toda a classe política e orgulham todos aqueles que prestam um grande serviço à sociedade, como é o caso do prefeito Laércio Lazzari, de Iomerê.

O prefeito de Iomerê esteve em Brasília, juntamente com o prefeito de Siderópolis, recebendo essa premiação como uma das merendas de melhor qualidade do Brasil, pois oferece aos alunos o que há de melhor em nutrição, em aproveitamento dos produtos da região, em aproveitamento dos produtos da época, com vários nutrientes.

Deixamos aqui os parabéns e o nosso reconhecimento à prefeitura de Iomerê e de Siderópolis por essa premiação importante.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Fiquei feliz em parte ao ouvir o seu pronunciamento da tribuna, nesta tarde.

Eu já falei dessa tribuna que o presidente Lula conhece dois Brasis. Quem assistiu ao *Fantástico* do último domingo percebeu, naquela reportagem referente à área da educação, aquelas crianças estudando numa escola com um galinheiro dentro de uma sala de aula; outra com uma pilha de lenha, outra sem telhado e outras coisas mais.

Mas ao mesmo tempo eu me conforto porque Santa Catarina, graças a Deus e a todos os catarinenses, é o estado diferenciado da federação, pois a parte que o governo federal não faz, nós fazemos muito bem feita.

Parabenizo v.exa. por colocar o tema.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Obrigado, deputado.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Eu quero elogiar a sua posição sobre a BR-282, pois v.exa. tem acompanhado essa obra tão importante.

Mas o deputado José Natal precisa ter as informações corretas e contar a verdade. O governo do presidente Lula não tem nenhuma escola de educação infantil; o governo do presidente Lula não tem nenhuma escola de ensino fundamental nem de ensino médio. Todas as escolas denunciadas pelo *Fantástico* são de prefeituras e muitas delas governadas pelo PSDB do qual s.exa. faz parte. Então, tem que cuidar do que denuncia e não criticar o presidente Lula por algo que ele não é responsável. Além disto, o governo federal nunca investiu tanto em educação como vai investir nos próximos quatro anos.

Parabéns e que a obra da BR-282 seja concluída em maio do ano que vem e que possamos tomar uma cachaça junto com todos os aliados do governo do presidente Lula!

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Com certeza, deputado Pedro Uczai, e não quero entrar nesta briga do PT e do PSDB.

Mas tenho usado sempre desta tribuna para fazer elogios a todas as obras que acontecem em Santa Catarina, tanto do governo do estado como do governo federal.

Deputado Onofre Santo Agostini, v.exa. lutou conosco aqui, assim como todos os deputados, para aprovar uma lei, no ano de 2002, que regulamentava a questão das subvenções sociais aos bombeiros voluntários e comunitários do estado de Santa Catarina.

Mas nós sofremos uma ação direta de inconstitucionalidade por parte da OAB, que impediu até poucos dias que a nossa lei fosse colocada em prática, lei esta que regulamentava, deputado José Natal, um artigo da Constituição que destina recursos para os bombeiros, uma vez que não havia critério para a distribuição desses recursos.

Nós apresentamos o projeto, ele foi amplamente debatido e aprovado. Em seguida, a lei aprovada foi vetada pelo governador, derrubamos o veto, inclusive, pois a lei dava oportunidade de se criar, definitivamente, um critério de distribuição dos recursos de acordo com a população dos municípios.

Mas houve essa ação direta de inconstitucionalidade por parte da OAB e agora, recentemente, a Justiça julgou a improcedência da ação da OAB. Assim, está passando a valer, se não houver nenhum recurso nesse sentido, a Lei n. 253 que nós aprovamos aqui e que estabeleceu um critério muito justo para a distribuição dos recursos.

Há poucos dias, inclusive, saiu uma matéria num jornal sobre as Assembleias Legislativas e o número de leis aprovadas que eram inconstitucionais e que foram derrubadas pelo Supremo.

Hoje, nós tivemos um grande debate na comissão de Constituição e Justiça. O deputado Gelson Merisio levantou mais uma vez a questão dos pareceres que os relatores dão quando vão relatar projetos de autoria dos deputados. Quando há alguma dúvida quanto à sua constitucionalidade, muitos estão dando parecer pelo arquivamento e outros pela aprovação. Discutiu-se, mas não se chegou a um consenso. Ficou da mesma forma e vai ser dada continuidade.

Acho que esse é um dos exemplos, deputado Onofre Santo Agostini, que nem todas as leis que aprovamos aqui de autoria dos deputados são inconstitucionais. Elas, além do cunho social, além de no mérito serem, realmente, importantes para o estado de Santa Catarina, também muitas vezes são legais.

Mas quero voltar a tratar desse assunto na semana que vem, deputado Onofre Santo Agostini. Até li um pedido de informação que v.exa. fez com relação à liberação de recursos de 2006 e 2007 aos bombeiros do estado de Santa Catarina e vi a nítida discriminação, mais uma vez, com os bombeiros comunitários, que não receberam um centavo sequer.

Nós precisamos corrigir essas distorções! Talvez colocando em prática a Lei n. 253, que esta Assembleia aprovou, nós tenhamos um desfecho mais justo para todos os bombeiros do estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Ouço o deputado Onofre Santo Agostini.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Deputado, eu quero cumprimentar v.exa. por essa decisão da nossa Justiça. Só v.exa. e este deputado sabem o quanto lutaram em favor do bombeiro comunitário. E v.exa. foi muito feliz quando apresentou esta lei chamada Romildo Titon, que ficou conhecida no estado como Lei Titon. Inclusive, foi arguida a sua inconstitucionalidade, mas v.exa. foi feliz e ganhou, e isso foi muito importante. Não foi v.exa. o vitorioso, foi Santa Catarina, o Corpo de Bombeiros Comunitário, que presta um relevante serviço para a sociedade de Santa Catarina.

V.Exa. tem toda razão e a sua alegria é a nossa alegria, pode ter certeza, porque nós sabemos quanto lutou para que se fizesse justiça ao bombeiro comunitário de Santa Catarina.

Parabéns!

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - O restante do tempo do nosso partido será utilizado pelo nosso líder, deputado Manoel Mota.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, com a palavra, pelo restante do tempo destinado ao PMDB, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, visitantes que nos dão a honra de prestigiar o nosso Parlamento, queria aqui, rapidamente, falar sobre a audiência pública convocada pela comissão de Saúde, que tratou do meu projeto.

(Passa a ler.)

"PL/0047/2007 (Protocolado na Assembleia Legislativa em 7 de março de 2007)

Proíbe a realização de eventos de moda com modelos com índice de massa corpórea (IMC) abaixo de 18 Kg/m<sup>2</sup>.

- O principal objetivo deste projeto é proteger a saúde das modelos que atuam em Santa Catarina. Além disso, também estaremos combatendo a anorexia, doença que se manifesta principalmente em mulheres jovens;

- Várias profissionais da moda já morreram em decorrência desta doença. Um dos casos mais comentados nos últimos tempos foi o da modelo brasileira Ana Carolina, que faleceu em novembro do ano passado. A jovem de 21 anos, que media 1,74, tinha apenas 40 quilos, o que resultava em um IMC de 13,2;

- Para a Organização Mundial de Saúde, o Índice de Massa Corpórea deve ser maior do que 18 para que a pessoa seja considerada saudável;

- Esta mesma ação já foi adotada nos mais importantes centros mundiais da moda. Países como Itália, Espanha e Inglaterra já tomaram algumas medidas restritivas que buscam combater a anorexia nas passarelas;

- O projeto já foi aprovado nas comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação. Acredito que até o mês de dezembro o projeto será encaminhado ao plenário para deliberação dos demais deputados; [...]sic]"

Nessa audiência pública que tem como relator o deputado Serafim Venzon, houve a participação de médicos, agências, organizadores de eventos, universidade e a participação de toda a imprensa.

Então, eu acredito que foi importante a audiência pública, pois tivemos a oportunidade de ouvir vários setores, a maioria das idéias no sentido positivo, algumas modelos estavam um pouquinho abaixo do índice de massa corpórea (IMC) - 18kg/m<sup>2</sup>, outras um pouquinho acima, mas foi importante essa audiência coordenada por v.exa., deputado Serafim Venzon.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Serafim Venzon, eu queria cumprimentar v.exa. por ter tomado essa iniciativa de apresentar um projeto que estabelece justamente a introdução de alguns parâmetros que as agências de publicidade devem ter para que não haja abusos na questão do peso, especialmente dessas modelos que muitas vezes exageram ao fazer dietas, que procedem de forma errada prejudicando a saúde, pois o índice de massa corpórea delas está muito baixo.

Então, na sessão de hoje nós tivemos a participação de médicos, de nutricionistas, de agentes, dando para nós uma grande contribuição.

Parabéns, deputado.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero cumprimentar v.exa. e dizer que fez um bellissimo trabalho. Ouvimos todo aquele pessoal técnico e acho que quem ganhou foi a sociedade. Parabéns, deputado, pela sua participação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado José Natal, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses, quero, desta tribuna, agradecer ao prefeito Milton Hobus, de Rio do Sul, e toda a sua equipe, por terem me recebido naquela cidade no dia de ontem, para participar, juntamente com o representante do Coner de Santa Catarina, o conselheiro Laércio Ventura, da reunião para a criação dos conselhos das pessoas portadoras de deficiências naquela região. Tivemos um dia de atividade muito intensa, estando lá presente também o nosso amigo desta Casa, o querido deputado Jailson Lima, que é daquela cidade.

Então, sr. presidente Julio Garcia, o meu registro é que aquelas pessoas que estiveram envolvidas, ontem, naquele processo na cidade de Rio do Sul, mais de 180 pessoas, poderão, com certeza absoluta, junto com os gestores públicos, melhorar a qualidade de vida das pessoas portadoras de deficiência.

Ao conselheiro Laércio Ventura, o meu agradecimento pelo carinho, pelo empenho e pela palestra, principalmente, que fez pela manhã e na tarde de ontem, na cidade de Rio do Sul.

Meu agradecimento novamente ao prefeito, que foi muito gentil, muito carinhoso com todas aquelas pessoas, com todos os municípios que recebeu. Mas eu queria que as câmeras desta Casa registrassem o que nós fizemos na cidade de Rio do Sul, que foram as diretrizes para a criação dos Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, com o apoio da Assembléia Legislativa, através do presidente Julio Garcia.

Sr. presidente, srs. deputados, eu queria também, neste momento, registrar, com muita satisfação, e para isso eu peço a atenção do câmara, que recebi hoje, em meu gabinete, a revista *Zero em Revista*, que é uma revista elaborada pelos alunos de jornalismo da Universidade do Estado de Santa Catarina. Não vou citar os nomes dos alunos, porque é um número realmente grande de estudantes, mas através das matérias que trazem aqui nesse exemplar, com certeza, se eles levarem a profissão de jornalismo dentro dessas matérias aqui, não as li todas, já quero colocar, dentro dessas diretrizes, nós teremos um jornalismo talvez diferente em Santa Catarina e no país.

Deputado Pedro Uczai, quando v.exa. pediu um aparte ao deputado Romildo Titon, que estava na tribuna, e disse que o ensino fundamental e o ensino médio não são de competência do governo federal e dos municípios, até concordo, mas reitero aqui a minha colocação de que se o presidente Lula

realmente quisesse poderia fazer bem diferente no norte e no nordeste do país. Porque o que nós assistimos, no último domingo, no programa *Fantástico*, é de envergonhar o país, com certeza absoluta. E, coincidentemente, deputado, essa revista traz na capa uma extensa matéria escrita pelo professor Manfred Mattos, onde está o seguinte: "Descaminhos da educação". E se v.exa. quiser emprestada essa revista, eu lhe emprestarei, para depois tentar fazer a defesa do governo. Aqui ele coloca, com muita propriedade, todos os descaminhos da educação neste país, o que não é um problema somente do governo Lula, isso já vem há muitos e muitos anos.

Mas um governo que pregava a questão da saúde e da educação como primordial em todas as vezes que concorreu à Presidência da República, hoje deixa ser mostrada uma matéria em nível nacional e também, com certeza, em nível mundial, que é uma vergonha para o nosso país. Ele, com a arrecadação da CPMF e tantos outros tributos, com um superávit deste país que nunca foi tão grande, resolveu primeiro pagar o FMI que sempre, em toda a sua vida, combateu. Pagou antecipado, reitero, bilhões e bilhões de dólares ao FMI, porque essa reserva que ele tinha, que, até por saber administrar, na minha linha de entendimento, ele soube arrecadar, pois o que ele mais fez foi arrecadar, aumentar tributos e gerar empregos.

Mas se ele tivesse levado numa linha diferente a questão do dinheiro que pagou ao FMI, ao mensalão, aos sanguesugas e a outras coisas e olhasse para o norte e nordeste do Brasil, como também para todo o país, com relação à questão da educação, talvez nós não tivéssemos que assistir àquela matéria que assistimos, no meu entendimento e com certeza absoluta da maioria dos brasileiros, degradante.

Nós vimos crianças dentro de salas de aula, e não podemos nem dizer que aquilo são salas de aula, numa garagem improvisada por nobres professoras, aquelas que amam a profissão de educadora, com todo o carinho, pois o governo municipal abandonou essas crianças. Mas essa professora disse que não poderia abandoná-las e levou-as para a garagem da sua casa, onde poderia continuar contribuindo com a alfabetização dessas crianças do seu país. Com certeza, ele já sabia disso antes dessa matéria ser apresentada no programa *Fantástico* e não contribuiu. Mas havia um galinheiro e uma pilha de lenha dentro da sala de aula, uma casa feita de pau a pique, que a professora disse que não podia deixar sequer um livro lá dentro porque não havia uma porta na sala e o boi poderia entrar ali e comê-lo.

Então, como posso ser conivente com uma situação dessas e não assomar à tribuna no horário destinado ao PSDB para falar sobre essa questão?! Eu, como parlamentar desta Casa, sou totalmente contrário à prorrogação da CPMF, que é a não-destinação dessas verbas para recursos da Saúde. E se não fosse para a Saúde na sua totalidade e fosse revertido para a Educação? Mas o que o governo Lula coloca é que o seu governo tem o programa Bolsa Família, o programa da Previdência e outros.

Lamentavelmente, a educação ainda continua relegada a segundo plano. Se v.exa. quiser emprestada, reitero, a *Zero em Revista*, do pessoal da Universidade de Santa Catarina, para ler, eu lhe emprestarei.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Lamentavelmente, gostaria que o presidente Lula nunca tivesse que pagar o FMI, cuja maior parte da dívida foi o seu governo quem deixou. Por isso tivemos que pagar e honrar essas contas e hoje estamos livres do FMI, ainda bem. Em segundo lugar, com relação a essa matéria sobre educação, quero dizer que concordo com v.exa., com a sua indignação. Também assisti e fiquei indignado. Sou pai, sou educador, fui prefeito de uma cidade onde fomos premiados como uma das melhores experiências em educação no país e...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por nove minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente...

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado, v.exa. me concede um aparte só para terminar o aparte que concedia ao deputado José Natal, para ficar registrado nos anais desta Casa?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado, eu gostaria de dizer que essa reportagem deve gerar indignação a todos os deputados desta Casa. Portanto, não se trata de ser a favor ou contra o presidente Lula, o importante é a educação ser prioridade para todos os prefeitos deste país, até porque o valor da merenda escolar de Chapecó ou daquela cidade onde se denunciou é o mesmo valor. Então, é necessário efetivamente colocar a educação como prioridade, mas não só pelo governo do presidente Lula, pois v.exa. sabe que ele anunciou mais uma universidade federal, mais Cefets e mais escolas técnicas federais, que o nobre colega há pouco falou, pois nunca um governo olhou tanto para a educação como o governo Lula.

Então, isso que a reportagem mostrou tem que produzir efeito e indignação ética, mas os governos anteriores e a direita que governou 200 anos colocou essa dívida social para nós respondermos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Agradeço, deputado Pedro Uczai.

Sr. presidente, como esta Casa é uma Casa de idéias, de debates, de projetos e de visões, quero trazer aqui justamente uma posição favorável à prorrogação da CPMF. E eu quero dizer porquê? Eu quero justificar, inclusive, e o deputado José Natal levantava aqui onde é que estão sendo aplicados os recursos, e trazer as informações a esta Casa que a nossa assessoria buscou. Quero dizer mais, quero defender que o governo mantenha a contribuição provisória sobre a movimentação financeira:

(Passa a ler.)

"Uma das razões centrais é que a CPMF é um dos tributos mais justos do país, pois quem movimentar mais, paga mais. Isso é central para a distribuição de rendas. Além de ser um imposto difícil de sonegar, sua tributação financia 50% do Sistema Único de Saúde/SUS.

Na lógica de quem movimenta mais, paga mais, através de um simples cálculo matemático quero demonstrar e comprovar que não é o trabalhador que grossamente contribui com a CPMF, mas sim o grande empresário. Vejamos: quem ganha um (1) salário mínimo por mês (R\$ 380,00), mensalmente contribuirá com R\$ 1,44 e R\$ 17,32 anualmente. Já quem recebe R\$ 2.500,00 mensais pagará R\$ 9,50 por mês e R\$ 114,00 por ano. Agora, uma empresa de grande porte que financeiramente movimenta R\$ 250 milhões mensais, estará pagando R\$ 95 mil de CPMF por mês e R\$ 1,114 milhões anualmente. Aqui dá para entender porque esse movimento é puxado e liderado pelos empresários.

No ano passado, segundo a Receita Federal, o governo federal obteve com a CPMF uma arrecadação de R\$ 32,499 bilhões. Repartindo o bolo, R\$ 13,682 bilhões foram repassados ao Fundo Nacional de Saúde, R\$ 6,824 bilhões ao Custeio da Previdência Social, R\$ 6,857 bilhões ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e R\$ 5,136 bilhões à Desvinculação de Receita da União. Para informação, o Orçamento do ministério da Saúde no ano de 2006 foi de R\$ 40,763 bilhões. Desse total, os R\$ 13,682 bilhões provenientes do Fundo Nacional de Saúde representaram 33,56% do Orçamento da pasta. Caso a CPMF não for aprovada pelo Congresso Nacional, o Orçamento da Saúde significativamente sofrerá um corte brutal. E sofrendo um corte de tamanha magnitude, a saúde no Brasil, que já não é das melhores, passará de mal para pior.

Outra razão é que parte de sua arrecadação é repassada ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e seus recursos são destinados a famílias cuja renda *per capita* é inferior à linha de pobreza. Os R\$ 6,824 bilhões repassados da CPMF ao Fundo de Combate à Pobreza em 2006 representam 31,2% do Orçamento da Assistência Social. Os R\$ 6,824 bilhões foram destinados às ações suplementares de nutrição, habitação, saúde, educação, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida. Se a CPMF for extinta, essa ação social não mais existirá.

Portanto, caso o Congresso Nacional não aprove a permanência da CPMF, que é um tributo diretamente destinado à população pobre, o governo terá que desativar programas sociais da saúde e assistência social, além de não poder executar todas as obras previstas no Programa de Aceleração do Crescimento/PAC."

Queremos ocupar este pouco tempo que nos resta para acrescentar.

(Continua lendo.)

"A discussão sobre desoneração não deve se ater à CPMF, mas considerar o conjunto de prioridades da política de desoneração, como por exemplo:

- Desoneração da folha de pagamentos;
- Complementação do processo de desoneração dos investimentos;
- Continuidade da desoneração da cesta básica.

Dada a atual estrutura fiscal, a suspensão da cobrança da CPMF dificultaria o cumprimento da meta fiscal e levaria à redução de programas sociais.

O que está em discussão é o modelo de estado do país:

- fazer ou não fazer programas sociais;

- estimular ou não investimentos que promovem o desenvolvimento;

- contribuir ou não para a melhoria da distribuição de renda."

Alguns tópicos que são importantes para o debate na nossa avaliação.

"Por que a CPMF é importante?"

- Porque viabiliza o equilíbrio fiscal; Financiamento de programas de desenvolvimento:

- Saúde
- Bolsa Família
- Previdência Social

Importante instrumento de combate à sonegação.

Ao contrário de períodos anteriores, o crescimento da arrecadação no período de 2004/2007 não foi consequência da criação ou elevação de tributos, mas sim de crescimento econômico e de um ambiente econômico favorável:

- formalização dos empregos
- aumento dos lucros das empresas
- ampliação das importações

Este bom desempenho da arrecadação viabilizou a implementação de um amplo conjunto de medidas de desoneração tributária que montam R\$ 30 bilhões."

Então este comentário gostaria de deixar para toda a população catarinense, para esta Casa, para todos os deputados: que a continuidade da CPMF significa a continuidade dos importantes programas sociais hoje no nosso país.

Não é possível fazer um discurso que reduza as questões pequenas como as levantadas aqui, por exemplo, de não tirar dinheiro, não investir em programas, não investir em políticas estruturantes.

Como dizia o deputado José Natal, para investir em política de saúde, de habitação, de estruturação nós precisamos de arrecadação, e hoje temos a prioridade nela. O que nós precisamos é investir de fato na pessoa, no ser humano.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PTB.

Não havendo deputados do PTB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, que representa a Polícia Militar do Alto Vale do Itajaí e nasceu na cidade de Imbuia, a princesinha do vale, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, deputado Rogério Mendonça, deputado do Alto Vale do Itajaí, bastante conhecido em toda aquela região e em outras regiões do estado, gostaria de cumprimentar os telespectadores da TV AL, ouvintes da Rádio Digital, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, servidores deste Poder Legislativo.

Quero fazer uma saudação especial aos representantes do Centro de Formação de Condutores, as auto-escolas, que têm transitado por este Poder, há praticamente dois meses, defendendo os seus pontos de vista, suas políticas, suas bandeiras com relação à política de organização do serviço de auto-escola em Santa Catarina.

Desde já quero manifestar a minha posição contrária a qualquer política de controle, de criação de monopólio, de criação de cartéis que favorecem alguns em detrimento da maioria, principalmente da população de Santa Catarina.

Desde já também é preciso dizer da nossa posição favorável que Santa Catarina dê encaminhamento para estabelecer em lei, e organizar os processos licitatórios de prestação desses serviços, que é o que precisa ser feito para atender a população catarinense. Muito se fala desta tribuna e de tantas outras da livre concorrência, da livre iniciativa, das possibilidades iguais e para a auto-escola não vale? Então a nossa solidariedade, o nosso apoio à demanda dos senhores. Parabéns pelo trabalho!

Gostaria de recorrer a uma matéria do jornal *Notícias do Dia*, do dia 8 de novembro, que fala mais uma vez do crescimento da arrecadação no estado de Santa Catarina, referente ao mês de outubro deste ano. Aliás, notícia que todo mês nos surpreende positivamente, deputado Manoel Mota, a arrecadação do estado continua crescendo. E aí nós parabenizamos todos os servidores públicos do estado de Santa Catarina, todos aqueles que trabalham na Receita Estadual para adquirir essa condição.

Passarei a ler um trecho dessa notícia.

(Passa a ler.)

"Bom desempenho

Receita sobe em SC

A Secretaria de Estado da Fazenda divulgou ontem o resultado da arrecadação do mês de outubro. A receita total - que inclui os tributos e os repasses da União - cresceu 18,71% em relação ao mesmo período do ano passado."[sic]

Ou seja, isso tem acontecido todos os meses. Se analisarmos a arrecadação de qualquer mês deste ano e compararmos com a arrecadação do mesmo mês do ano passado, nós vamos ter um crescimento significativo. Embora isso seja sempre notícia, deputado Pedro Uczai, o discurso das autoridades do governo continua sendo de que isso já está comprometido, que não cresce proporcionalmente à quantia, o quanto deve ser usado para pagamento de salário; que não podemos honrar a Lei n. 254, por não atender nenhuma outra categoria de servidores públicos. Não entendemos dessa forma, até porque não é essa verdade! Se crescer a arrecadação, cresce, proporcionalmente, o montante que o governo pode gastar com os salários, parece-me automática esta questão.

Quero, ainda neste espaço, apresentar para a sociedade catarinense, para os srs. deputados e para as sras. deputadas, a mais nova ferramenta do kit 254 que a Aprasc está lançando.

(Procede-se à apresentação do adesivo.)

Toda semana possui uma e esta semana é este adesivo da Aprasc, na forma de circunferência, para cobrar do governo estadual o pagamento da Lei n. 254. Todos os veículos do país, todos os veículos do nosso estado que quiserem usar, está aqui o adesivo cobrando...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP, somados aos minutos do Democratas, que foram cedidos. Portanto, o PP terá 16 minutos, que serão divididos entre os deputados Joares Ponticelli e Kennedy Nunes.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até oito minutos.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Deputado Joares Ponticelli apenas para esclarecer que esse espaço cedido ao seu partido é fruto de um acordo feito na semana passada, quando o PP abriu mão de seu horário para que tivéssemos uma antecipação da sessão.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, ainda com relação aos CFCs - e vejo aqui os resistentes que estão nesta luta há mais de 30 dias, luta que esta Casa abraçou. Tenho a oportunidade de fazer parte desse time também que abraçou essa causa, essa não vai ser conquista do deputado "A", "B", ou "C", deputado Onofre Santo Agostini, não é essa nossa intenção, mas o importante é que esta Casa incorporou essa preocupação e louva-se aqui, preciso fazer mais uma vez esse reconhecimento, o comportamento que está tendo o deputado líder do governo com relação à matéria.

Sabemos que o governo possui maioria larga aqui na Casa, e nós poderíamos não ter êxito nessa composição, mas o deputado Onofre Santo Agostini, de forma diligente, reabilitou o projeto de autoria do deputado Gilmar Knaesel e nós apresentamos o parecer favorável à tramitação daquela matéria.

O deputado Jorginho Mello também apresentou matéria que pretendemos tratar de forma conjunta e buscar a solução definitiva para esse impasse, porque esses 30, pouco mais de 30, 35 Centros de Formação de Condutores, questiona-se a forma como eles foram abertos, mas o fato é que havia uma autorização judicial, mesmo que liminar, permitindo o seu funcionamento. Investimentos foram feitos e é preciso resguardar os direitos adquiridos desses empreendedores também.

Então, entendo que essa proposta que está amadurecendo, que está sendo construída tem tudo para representar o consenso e o entendimento na reunião da comissão de Constituição e Justiça na próxima terça-feira, já com compromisso firmado no âmbito daquela comissão. Tenho certeza de que o deputado Dirceu Dresch, presidente da comissão de Segurança Pública, vai fazer, ainda na terça-feira, uma reunião extraordinária naquela comissão, para que possamos votar o entendimento. Espero que ele seja construído na terça-feira de manhã na CCJ e, ato seguinte, na comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, da qual v.exa. também faz parte, deputado Dirceu Dresch, e esperamos que até ao meio-dia de terça-feira ainda possamos votar extraordinariamente.

O deputado Pedro Uczaí comprometeu-se também em se empenhar nesta direção, para que possamos, terça-feira até ao meio-dia, concluir a discussão e votação dessas matérias no âmbito das três comissões, para que à tarde, dentro desse acordo, possamos trazer a matéria a plenário e resolver em definitivo esse problema, dando guarida a esses 35 empreendedores, estancando daqui para frente o ingresso de novos centros até que se defina, efetivamente, qual vai ser o encaminhamento.

Eu entendo que essa modalidade de licitação ainda vai ter uma discussão ampla e também que do ponto de vista constitucional não é o melhor caminho, mas se for esse o entendimento e a Adin for proposta, nós vamos ter o tempo hábil nesse encaminhamento consensual que pretendemos fazer, para que o governo possa se organizar e adotar uma modalidade de contratação, de regulamentação desse serviço, se por licitação, por autorização, ou por critérios que terão que ser definidos, mas de forma que todos tenham o direito de participar desse processo.

Eu acho que é uma contribuição importante que esta Casa está dando quando faltou sensibilidade do órgão específico do governo, a secretaria de Segurança Pública, que deveria ter construído esse encaminhamento. Mas fico satisfeito em ver que esta Casa está numa composição suprapartidária, oposição e governo, construindo esse entendimento que vai ser bom, não para a parte "A" ou "B", mas vai ser bom para a sociedade catarinense, eu não tenho dúvida, e vai fazer justiça a todos os envolvidos nesse processo.

Deputados Jailson Lima, Pedro Uczaí, Décio Góes e Jandir Bellini, nós que integramos a Oposição estamos um pouco apreensivos com essas notícias todas que estão sendo veiculadas acerca do Fundo Previdenciário, do projeto de previdência que o governo pretende mandar para essa Casa.

Eu sei que há um estudo de longa data, por parte da secretaria da Administração, com relação a esta matéria, mas eu quero colocar aqui a preocupação da Oposição, no sentido de que nós também pudéssemos ter acesso e participar dessa discussão. Estou lendo há algum tempo que o governo está discutindo isso no âmbito interno, que está se reunindo com os seus deputados, com os integrantes da base, mas é preciso também oportunizar às oposições uma discussão aberta, transparente.

Essa é uma matéria extremamente complexa e eu espero que nós tenhamos também a oportunidade de conhecê-la, de debatê-la à exaustão. Essa não é uma matéria que possa ser votada no afogadilho, não há como ser votada em tempo exíguo, em tempo curto, pois vai mexer com a vida de milhares de servidores, milhares de catarinenses.

Na condição de servidor público efetivo, concursado que sou, quero dizer e deixar claro que não pretendemos criar aqui nenhuma dificuldade, mas pretendemos ter uma discussão ampla, aberta e transparente, porque se a estratégia do governo for de encaminhar essa matéria para cá no apagar das luzes do processo legislativo deste ano para aprová-la no afogadilho, nós não vamos permitir. Deputado Marcos Vieira, v.exa., que já foi secretário, sabe o quanto é complexa essa matéria e carece de amplo debate com a sociedade catarinense, para que nós possamos construir um plano previdenciário que realmente seja bom para o servidor público de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Deputado Joares Ponticelli, apenas para trazer a informação de que a demora para que esse projeto chegue na Casa é exatamente a sua complexidade e também a necessidade de haver um amplo entendimento entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Na próxima quarta-feira, amanhã de manhã, portanto, haverá a reunião definitiva dos poderes, e ainda nesta semana o projeto vai entrar na Casa com o tempo necessário para que haja aqui o debate interno, até porque essa matéria é diferente, ela transcende governos, porque tem que ser feita para os próximos 20 anos, 30 anos, e não é um mês a mais ou a menos que vai fazer diferença na sua tramitação.

Concordo com v.exa., a matéria tem que ser muito bem discutida, até porque não tem que se ter posição pré-definida, tem que se pensar no estado a longo prazo, e tenho certeza de que vai ser desta forma nesta Casa.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Gelson Merísio.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Deputado Joares Ponticelli, tem procedência a preocupação de v.exa. Como disse aqui o nosso líder, é uma lei que vai gerir o destino do servidor público e pensionista, para sempre, portanto terá que ser bem discutida e bem debatida.

Agora, quero fazer justiça ao secretário de Administração que fez um trabalho extraordinário sobre isso. O governo estará discutindo com os poderes, inclusive esta Casa estará lá representada pelo nosso presidente, deputado Julio Garcia, com o Ministério Público, o Tribunal de Contas, o de Justiça, enfim, vão discutir para que seja encaminhada para cá uma proposta e que depois nós, os deputados, possamos sentar e discutir profundamente essa questão, porque como disse v.exa., do passado v.exa. não teve culpa.

Quero aqui me penitenciar, pois quando o então governador, de saudosa memória, Vilson Kleinübing mandou essa matéria para esta Casa, este deputado, junto com os deputados Gilson dos Santos, Mário Cavallazzi e Gilmar Knaesel, forçamos e o governador retirou o projeto.

Hoje entendo que há a necessidade da criação do fundo, mas como disse v.exa., vamos discutir bem, vamos anunciar, porque como disse, a lei é para ser definitiva e as consequências vão nos atingir se a lei não for boa. Comungo com o pensamento de v.exa. e pode ter certeza de que terá a nossa solidariedade na discussão dessa matéria.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Onofre Santo Agostini. É uma lei que pela complexidade não pode acontecer no afogadilho. Essa preocupação quero registrar desde já, mas estamos aqui para contribuir, para aperfeiçoar, para debater à exaustão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pelo tempo restante do PP, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, Rádio Alesc Digital, companheiros da imprensa e também todos que estão aqui no plenário.

Recebi há pouco, sr. presidente, uma reportagem que consta na página sete do *Jornal do Médio Vale* de sexta-feira, dia 9 de novembro de 2007.

Deputado Jailson Lima, na sua região, Timbó, fala o secretário de Desenvolvimento Regional de Timbó, o sr. Luiz Polidoro, do partido do Democratas.

(Passa a ler.)

[...]

"O secretário de Desenvolvimento Regional de Timbó, Luiz Polidoro(DEM), complicou o governo do Estado durante entrevista à Rádio Cultura de Timbó, na última quarta-feira, dia 7 de novembro, quando tentava rebater a notícia publicada no JMV, na edição de sexta-feira passada, quando denunciou a falta de recursos para obras e o abuso na concessão de diárias na SDR de Timbó. Com ar de indignação, Polidoro chegou a culpar o governador Luiz Henrique da Silveira(PMDB) por realizar reuniões no colegiado em hotéis de luxo, cujo pernoite não sai por menos de R\$ 300,00."[...]sic]

Estou lendo a entrevista, na íntegra, do secretário de Desenvolvimento Regional de Timbó, dizendo que o governador Luiz Henrique da Silveira não faz as reuniões do colegiado em hotéis que custam menos de R\$ 300,00 a diária.

(Continua lendo.)

"Disse ainda que há secretários alugando carros com motoristas ao custo mensal de R\$ 5 mil e o pagamento de aluguel de sede de secretarias por até R\$ 40 mil mensais.

Na mesma entrevista, o secretário Luiz Polidoro enumerou investimentos do governo do Estado na região, mas teve que admitir que tudo foi realizado via SDR de Blumenau. Ou seja, a regional de Timbó por enquanto é um verdadeiro cabide de emprego que ainda não disse a que veio. No fim da entrevista, o secretário reconheceu que a Regional de Timbó não tem orçamento próprio para 2007 e que a partir de 2008, quer ser cobrado pelas ações.

O diretor geral da Regional de Timbó, Rogério Theiss, antigo desafeto e atual aliado incondicional de Polidoro, disse que já foram aprovados 96 projetos de interesse dos municípios da região.[...]

O secretário não falou e nem foi perguntado sobre a moralidade dos valores, mas deixou clara sua posição favorável às diárias. Nesse momento da entrevista, fez acusações indiretas ao governador Luiz Henrique da Silveira, ao afirmar que o chefe do executivo estadual convocou uma reunião do colegiado na praia de Gravatal, em que a diária do hotel custou R\$ 300,00 por pessoa.

Polidoro disse que Luiz Henrique não faz reuniões em qualquer hotel, só em bons lugares."(sic)

Não é a Oposição falando, e sim um membro integrante do Colegiado de um dos secretários Regionais. E alguém deve estar-nos assistindo lá em Timbó, porque cada secretaria tem o seu responsável.

Ele fala, no restante da matéria, que ele está dirigindo um carro próprio, mas que há secretarias que alugam carro com motorista ao custo de R\$ 4 mil a R\$ 5 mil por mês, e que os carros que as outras secretarias alugam custam R\$ 1.560 por mês.

E ele disse mais:

(Continua lendo.)

"[...] É um valor alto, pois qualquer veículo zero quilômetro pode ser comprado, parcelado a preços bem menores."

Ele está dizendo que o aluguel é muito caro, pode ser!

Agora, com relação ao aluguel, o secretário Polidoro disse o seguinte:

(Continua lendo.)

[...]

"Sobre o aluguel da sede da SDR de Timbó, o secretário afirmou que o valor pago de R\$ 1.980,00 mensais é baixo, se comparado a outras Regionais, em que há aluguéis de até R\$ 40 mil mensais.[...]"sic]

O Sr. Deputado Gelson Merísio - V.exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Deputado Kennedy Nunes, v.exa. deixou dúvidas. Em alguns momentos, v.exa. lia a matéria como se fosse uma entrevista do secretário, e em outros momentos como se fosse uma matéria, citando uma entrevista de um deputado.

Só para esclarecimento, para que depois possamos trazer os fatos com uma versão do secretário que v.exa. coloca e que é filiado ao nosso partido - e, portanto, é obrigação nossa trazer as informações -, gostaria de saber se é uma entrevista do secretário ou se é uma matéria referindo-se a uma entrevista do secretário? E quero saber qual é o veículo de comunicação?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Como disse no início, é a página 7 do *Jornal do Médio Vale*, do dia 9 de novembro, escrito pelo Evandro Loes, e é uma resposta do secretário à Rádio Cultura de Timbó, por uma matéria que o jornal fez. E daí o secretário foi na rádio de Timbó e deu essas declarações.

No final, a matéria diz o seguinte:

(Continua lendo.)

[...]

"O JMV tem cópia da entrevista na íntegra, gravadas pela Rádio Cultura de Timbó e cedida ao Jornal."sic]

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Rapidamente, quero só dizer que me parece que a Oposição está crescendo agora e ganhando aliados já dentro da própria assembleia de secretários. Quando um secretário Regional começa a concordar conosco que é um cabide de empregos, certamente ele está lembrando aquilo que sempre pregou o nosso querido senador Raimundo Colombo.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - E que também era do PFL.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência consulta os srs. líderes se podemos votar a admissibilidade do Projeto de Emenda Constitucional n. 0003/2007, que dá nova redação aos §§ 2º e 3º do art. 103 da Constituição Estadual, que versa sobre a Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado.

Trata-se tão-somente da admissibilidade que já foi votada e aprovada por unanimidade na CCJ.

A Presidência esclarece que se trata da admissibilidade da PEC n. 0003/2007, que dá nova redação aos §§ 2º e 3º do art. 103 da Constituição Estadual.

(As lideranças aquiescem.)

Havendo a concordância dos srs. líderes, assim procederemos.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da PEC n. 0003/2007, que dá nova redação aos §§ 2º e 3º do art. 103 da Constituição Estadual (Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado).

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a admissibilidade da PEC n. 0003/2007.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Medida Provisória n. 0139/2007, de origem governamental, que altera dispositivos da Lei Complementar n. 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a admissibilidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0030/2007, de origem governamental, que aprova a alteração da Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2004/2007 e autoriza a abertura de crédito especial em favor da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (R\$ 50.653.000,00).

Ao presente projeto foram apresentadas emendas aditivas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam o projeto com as emendas permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0278/2007, de origem governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Balneário Gaivota (ampliação da EEB Praia da Gaivota).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0309/2007, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Rio do Oeste (regularizar utilização).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0434/2007, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Rio do Sul (ampliação do atendimento habitacional).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0436/2007, de autoria do Tribunal de Justiça do estado, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Ibirama (alargamento da rua Getúlio Vargas).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0368/2007, de autoria do deputado Marcos Vieira, que declara de utilidade pública a Associação de Voluntários e Idosos Santoamarenses - Avisa -, no município de Santo Amaro da Imperatriz.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0045/2007, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que institui o Programa Estadual de Incentivo à Adoção.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0051/2007, de autoria do deputado Professor Grando, que dispõe sobre a reciclagem e utilização de material reciclado, no âmbito da administração estadual, e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Turismo e Meio Ambiente, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0076/2007, de autoria do deputado Jailson Lima, que dispõe sobre o assédio moral no âmbito da administração pública estadual e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0169/2007, de autoria do deputado Clésio Salvaro, que institui a música "La Merica" como tema da colonização italiana no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0170/2007, de autoria do deputado Professor Grando, que dispõe sobre a implementação de sistemas de naturação através da criação de "telhados verdes" em espaços urbanos de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0212/2007, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre a obrigatoriedade de proporcionar aos deficientes visuais acesso a um computador com o sistema Dosvox nas escolas públicas que possuam laboratório de informática e nas bibliotecas públicas no âmbito do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0245/2007, de autoria do deputado Professor Grando, que institui o Dia Estadual do Atleta Profissional de Futebol.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0247/2007, de autoria do deputado Clésio Salvaro, que denomina Professor Lauro Locks o ginásio de esportes localizado na Escola de Educação Básica Dom Joaquim, no município de Braço do Norte.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0251/2007, de autoria do deputado José Natal, que institui o "Projeto Degrau", que dispõe sobre a apresentação de artistas e/ou grupos amadores no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0333/2007, de autoria do deputado Marcos Vieira, que autoriza regime especial de atendimento, para fins de renda e emprego, às mulheres vítimas de violência conjugal.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0392/2007, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que institui o Dia do Profissional de Beleza no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0437/2007, de autoria do deputado Marcos Vieira, que dispõe sobre a importação, comercialização, criação e porte de cães no estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0459/2007, de autoria do deputado Pedro Baldissera e outros srs. deputados, que reconhece o município de Itapema como Capital Catarinense de Ultraleves.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0498/2007, de autoria do deputado Julio Garcia e com a assinatura dos srs. líderes de bancada nesta Casa, que concede Título de Cidadão Catarinense ao sr. José Carlos Pacheco.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0032/2007, de procedência governamental, que cria vagas para cargo de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Fundação do Meio Ambiente - Fatma - e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, eu tentei, mas v.exa. estava numa tocada só, como dizem, o microfone não funcionou e quando eu consegui falar, v.exa. já estava uns três projetos para frente.

Mas quero que fique registrado que não sou a favor nem contra o projeto do deputado Marcos Vieira que dispõe sobre importação, comercialização, criação e porte de cães em Santa Catarina. Eu não consegui entender e, portanto, gostaria de registrar que o meu voto não é a favor nem contra, porque não entendi a matéria!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Trata-se do Projeto de Lei n. 0437 e fica declarado o voto de v.exa. como abstenção.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Eu não consegui entender. Eu teria muito prazer de votar a favor, mas como não entendi, não quero votar no escuro!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Deputado Marcos Vieira, a votação está ultrapassada. Peço que explique ao deputado Nilson Gonçalves o teor do projeto de sua autoria, porque já estamos na discussão do Projeto de Lei Complementar n. 0032/2007.

Continua em discussão.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, para o governo não achar que a Oposição só critica, o que não é verdade, quero parabenizar o governo por este projeto que autoriza a realização de concurso para a contratação de pessoal na Fatma. E é pública e notória a necessidade de nós reequiparmos e ampliarmos a estrutura de fiscalização ambiental em Santa Catarina.

Outro dia tive a oportunidade de fazer um depoimento nesse sentido, ou seja, sobre a carência que sofre a fiscalização ambiental em Santa Catarina, chegando a comprometer o nosso estado. Grande parte da economia, para a pujança do nosso estado, está vinculada à questão das belezas naturais, e não podemos matar a galinha dos ovos de ouro.

Parabéns ao governo por estar ampliando o quadro efetivo da Fatma.

Eu não tive oportunidade de comentar, mas quero também parabenizar o governo pela sua disponibilidade de ser avalista da Casan para investir em saneamento básico. E sem dúvida isso vem corrigir uma falha, porque o estado que está precisando investir em saneamento básico, há muito tempo vem-se omitindo dessa tarefa, e agora espero que, com essa autorização legislativa, o estado assuma o seu papel de saneador ambiental.

E ali, inclusive, existe autorização para saneamento no plano de saneamento da minha cidade, Criciúma. Por isso fico mais contente ainda, embora fique contente com todas as demais cidades do estado que serão contempladas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Professor Grandó - Peço a palavra, para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para discutir, o deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, o objetivo específico de ser avalista desse grande empréstimo da Casan para ser aplicado única e exclusivamente no saneamento realmente mostra a preocupação do governo com a saúde e com a qualidade de vida do povo de Santa Catarina. Essa é uma responsabilidade muito grande que está Casa está dando à Casan, ao governo do estado. E espero que nos ajude a fiscalizar, principalmente, em cada município.

Mais do que isso, devo dizer que a questão ambiental é ampla e não se restringe somente à fiscalização junto à Fundação Ambiental. Ela necessita de quadros técnicos para exercer as atividades. E a necessidade cada vez aumenta mais. Por exemplo, agora há a questão da demanda que existe na outorga da utilização da água, dos recursos hídricos, o papel que representa essa questão.

Então, precisamos de funcionários. E nós sabemos o papel importante da Polícia Ambiental na fiscalização, que executa um grande trabalho; o papel dos Ministérios Públicos, sejam estaduais ou federal; o papel das Organizações Não Governamentais; o papel dos clubes, das associações de bairros, das igrejas, das próprias pessoas de se expressar e de procurar cuidar do nosso meio ambiente.

Assim, esse concurso público é mais um dos compromissos do governador Luiz Henrique, deste governo, que está sendo cumprido com o meio ambiente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será feita pelo painel eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto de lei complementar e os que votarem "não" o rejeitam.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDSON PIRIQUITO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JANDIR BELLINI	sim
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOCIR SOPELSA	
DEPUTADO MARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADA ODETE DE JESUS	
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALMIR COMIN	

Consulto os srs. líderes se podemos votar o segundo turno e a redação final das matérias que estão sendo deliberadas na Ordem do Dia.

(As lideranças aquiescem.)

Havendo a concordância de todos os srs. líderes, assim procederemos logo que encerrar esta votação.

Votaram 30 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Tivemos 30 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovado o Projeto de Lei Complementar n. 0032 em primeiro turno.

De acordo com o entendimento dos srs. líderes, esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para hoje, às 16h12min, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

# ATA DA 046ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 16h12min, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

As atas das sessões anteriores serão lidas na sessão ordinária do dia de amanhã.

Passaremos à Ordem do Dia.

Conforme entendimento dos srs. líderes, vamos votar em primeiro lugar, em segundo turno, o Projeto de Lei Complementar n. 0032/2007, que cria vagas para provimento efetivo no quadro de pessoal da Fatma.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	sim	DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA		DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR		DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim	DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO		DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO		DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim	Consulto se todos os srs. deputados votaram.	
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim	Está encerrada a votação.	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim	Temos 26 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.	
DEPUTADO EDSON PIRIQUITO	sim	Está aprovada a matéria em segundo turno.	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim	Consulto os srs. líderes se podemos discutir e votar em bloco as demais matérias.	
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim	(As lideranças aquiescem.)	
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim	Com a concordância das lideranças, assim procederemos.	
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim	Em discussão os Projetos de Lei n.s: 0045, 0051, 0076, 0169, 0170, 0212, 0245, 0247, 0251, 0333, 0392, 0437, 0459, 0498/2007.	
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim	(Pausa)	
DEPUTADO JANDIR BELLINI	sim	Não havendo quem os queira discutir, encerramos sua discussão.	
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	sim	Em votação.	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI		Os srs. deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.	
DEPUTADO JORGINHO MELLO		Aprovados com os votos já consignados no primeiro turno.	
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim	A Presidência, cumprindo acordo dos srs. líderes, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 16h16min.	
DEPUTADO JULIO GARCIA	sim	Está encerrada a sessão.	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim		
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim		
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim		
DEPUTADO MOACIR SOPELSA			
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim		
DEPUTADO NILSON GONÇALVES			
DEPUTADA ODETE DE JESUS			
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim		
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim		
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim		
DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ	sim		
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim		
DEPUTADO RENO CARAMORI			

# ATA DA 047ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 16h16min, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

**DEPUTADO JANDIR BELLINI** (pela ordem) - Declara voto contrário à indicação do deputado Darci de Matos sobre afrodescendentes.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** (pela ordem) - Esclarece dúvidas sobre indicação, de sua autora, referente aos afrodescendentes.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** (pela ordem) - Refere-se a requerimento, de sua autoria, sobre isenção do pagamento de pedágio em Garuva.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** (pela ordem) - Aborda requerimento, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, sobre isenção do pagamento de pedágio em Garuva.

**DEPUTADO PEDRO BALDISSERA** - Manifesta-se contrário à moção que cumprimenta a senadora Kátia Abreu pelo parecer contrário à prorrogação da CPMF.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Manifesta-se contrário à moção que cumprimenta a senadora Kátia Abreu pelo parecer contrário à prorrogação da CPMF.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** - Manifesta-se contrário à moção que cumprimenta a senadora Kátia Abreu pelo parecer contrário à prorrogação da CPMF.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Manifesta-se contrário à moção que cumprimenta a senadora Kátia Abreu pelo parecer contrário à prorrogação da CPMF.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** - Manifesta-se favorável à moção que cumprimenta a senadora Kátia Abreu pelo parecer contrário à prorrogação da CPMF.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** - Manifesta-se contrário à moção que cumprimenta a senadora Kátia Abreu pelo parecer contrário à prorrogação da CPMF.

**DEPUTADO GELSON MERÍSIO** (pela ordem) - Solicita votação nominal da moção que cumprimenta a senadora Kátia Abreu pelo parecer contrário à prorrogação da CPMF.

**DEPUTADO HERNEUS DE NADAL** (pela ordem) - Registra a presença de dois vereadores e de um jornalista de Itapiranga.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** (pela ordem) - Encaminha voto pela prorrogação da CPMF.

Explicação Pessoal

**DEPUTADO PEDRO BALDISSERA** - Refere-se à prorrogação da CPMF; comenta a assinatura da ordem de serviço para conclusão de trecho da BR-282; aborda o Cefet em São Miguel d'Oeste.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** - Parabeniza a Assembléia pelo documentário *Ademir Rosa: Arte de Viver*; refere-se à reportagem do jornal *Diário Catarinense* sobre deputados processados.

**DEPUTADO EDSON PIRIQUITO** - Solidariza-se com o deputado Pedro Uczai; comenta as eleições das associações de bairro em Balneário Camboriú; aborda audiência pública sobre a Operação Veraneio.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** - Tece comentários sobre sua viagem a São Paulo com o governador; aborda o problema dos campos de altitude.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** (aparte) - Refere-se ao problema dos campos de altitude.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Reporta-se à prorrogação da CPMF; comenta declarações de Cláudio Abramo sobre pessoas que estão sendo processadas concorrerem a cargos eletivos.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (aparte) - Comenta colocação de Cláudio Abramo sobre pessoas que estão sendo processadas concorrerem a cargos eletivos.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (pela ordem) - Registra a realização, em Criciúma, de audiência pública sobre mudanças climáticas.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Registra sua participação na feira de matemática da Furb; aborda convênio de cooperação econômica, cultural e social assinado entre o governo catarinense e o italiano.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Aborda questionário distribuído aos praças da Polícia Militar.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (aparte) - Refere-se à possível paralisação dos militares.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (aparte) - Comenta a possível paralisação dos militares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência vai ler o número dos projetos e se algum deputado desejar fazer qualquer discussão ou observação poderá fazê-la.

Discussão e votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0032/2007; Projetos de Lei n.s 0030/2007; 0278/2007; 0309/2007; 0434/2007; 0436/2007; 0368/2007; 0498/2007; 0459/2007; 0437/2007; 0392/2007; 0333/2007; 0251/2007; 0247/2007; 0245/2007; 0212/2007; 0170/2007; 0169/2007; 0076/2007; 0051/2007 e 0045/2007.

Não há emendas às redações finais.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem as queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas as redações finais das matérias lidas.

A Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0684/2007, de autoria do deputado Décio Góes; 0685/2007, de autoria do deputado Dagomar Carneiro, 0686/2007, de autoria do deputado Darci de Matos, e 0687/2007, de autoria dos deputados Julio Garcia e Joares Ponticelli, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

O Sr. Deputado Jandir Bellini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jandir Bellini.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Sr. presidente, apenas para esclarecimento. Pelo que nós entendemos aqui, estaríamos discriminando a raça negra, até porque a importância do negro é a mesma do branco, como do amarelo e do índio, pois é um ser humano como os demais. Então, pelo resumo da indicação do deputado Darci de Matos, ficamos em dúvidas quanto à discriminação da raça negra.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, como todos nós sabemos, o dia 20 de novembro é o Dia Nacional da Consciência Negra e é muito comemorado porque foi o dia em que o Zumbi, que é o ícone da defesa da abolição da escravatura, faleceu. Portanto, nós entendemos que estamos em débito com os afrodescendentes do Brasil, no sentido de debatermos a sua importância em todos os aspectos que eles representam para o nosso país e para o nosso estado.

Entendemos que essa cartilha tem um conteúdo esclarecedor, um conteúdo que pode ser repassado aos nossos estudantes, no sentido de que possam conhecer a verdadeira história deste país e a verdadeira importância que a raça negra tem para a nossa cultura e para a nossa história. Ela vai ser de fundamental importância se for elaborada pelo estado, já que alguns municípios já instituíram esse procedimento.

O Sr. Deputado Jandir Bellini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, novamente o deputado Jandir Bellini, depois dos esclarecimentos do autor da indicação.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Eu entendo perfeitamente a intenção do nobre deputado Darci de Matos, mas ainda continuo com o pensamento, com a preocupação de que através desse tipo de indicações estamos discriminando certas raças dentro do nosso estado. Por isso voto contra a indicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Requerimento de autoria do deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos pastores Leodoro Fernandes da Silva e Elzina da Silva, cumprimentando-os pelo Jubileu de Ouro da Igreja do Evangelho Quadrangular.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao engenheiro Wilson Luiz Guesser, da Metalúrgica Tupy, cumprimentando-o pelo recebimento do Prêmio Inventor Inovador.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica às técnicas da Delegação da Sociedade Ginástica/Fundação Municipal de Joinville, cumprimentando-as pela conquista do Campeonato Brasileiro de Conjuntos.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos familiares de Guilherme Kuerten, manifestando pesar pelo seu falecimento.

Requerimento de autoria do deputado Jandir Bellini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao editor chefe do jornal *Diário Catarinense*, cumprimentando-o pela edição do Caderno Especial retratando o Vale do Itajaí.

Requerimento de autoria do deputado Jandir Bellini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, cumprimentando-o pelo aniversário daquele egrégio Tribunal.

Requerimento de autoria do deputado Jandir Bellini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente e a vice-presidente da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina - Facisc, cumprimentando-os por ocasião de suas posses.

Requerimento de autoria do deputado Julio Garcia, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de São Martinho, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

Requerimento de autoria do deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Antônio Carlos, Governador Celso Ramos, Rancho Queimado, Braço do Norte e Itaiópolis, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

Requerimento de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas - CNDL, cumprimentando-o pela posse na entidade.

Requerimento de autoria do deputado Moacir Sopelsa, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Piratuba e Lacerdópolis, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

Requerimento de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao jovem Riquelme Wesley Maciel dos Santos, cumprimentando-o por seu ato de bravura ao resgatar sua irmã de uma casa em chamas.

Requerimento de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Lages, Lacerdópolis, São Martinho e Massaranduba, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

Requerimento de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da ONG Soka Gakkai Internacional - SGI, cumprimentando-o pelo aniversário da entidade.

Requerimento de autoria do deputado Manoel Mota, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor da Brasil Telecom, pedindo a instalação de uma linha telefônica na Comunidade Terapêutica Veredas - Coteva, na localidade de Serra Fruteira, em Laurentino.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem os queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.  
Os srs. deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados.  
Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, pedindo estudos para garantir a isenção do pagamento de pedágio pelos municípios garuvenses, em praça a ser instalada na rodovia BR-101 naquele município.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.  
O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Na verdade, sr. presidente, essa matéria já foi objeto de discussão aqui na Casa e houve uma má interpretação por parte do corpo técnico, de quem elaborou a matéria e acabou no entendimento de que este deputado queria que fosse cobrado pedágio dos moradores de Garuva, o que estava mais para piada do que qualquer outra coisa, pois conhecendo Garuva como conheço e as pessoas me conhecendo como conhecem, acharem que eu iria querer fazer um pedido, via Assembléia, para cobrar pedágio dos municípios de Garuva...

Na verdade, e essa é a realidade, o que eu quero é que sejam isentos de pagamento de pedágio os moradores do município de Garuva, porque esse pedágio vai ficar muito próximo deles. Se não estou enganado, é coisa de dois, três quilômetros do município. E evidentemente que os municípios vão transitar por lá muitas vezes e se cada vez que passarem por lá tiverem de pagar pedágio, vai ser uma piada. Então, o que nós queremos é isenção de pedágio para os moradores daquele município.

E vou mais além, eu devo entrar na Casa, nos próximos dias, com um pedido também de isenção de pedágio para os motociclistas em Santa Catarina. Não que eu seja corporativista, mas como São Paulo, Rio Grande do Sul e outros estados não cobram pedágio de motociclista, eu entendo também que nós devemos solicitar preventivamente que o mesmo seja feito em Santa Catarina. O único estado que cobra pedágio de motocicleta é o Paraná, mas já está em trâmite uma emenda à lei para que sejam isentos do pagamento de pedágio. Então, para evitar, lá na frente, discussão, movimentos, etc. e tal, nós estamos querendo que sejam isentos de pedágio os motociclistas em Santa Catarina. Mas isso é objeto de uma próxima moção, para que possamos ver realizado esse nosso desejo e o desejo de todos os motociclistas de Santa Catarina.

E atinente a este caso, volto a frisar, eu quero apenas e tão-somente que sejam isentos de pedágio os municípios ou os carros com placas do município de Garuva.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, como disse o deputado Nilson Gonçalves, a outra vez que houve um erro na ementa que veio aqui para nós, fui eu que assomei esta tribuna, até não entendendo, porque sempre soube da sua luta contra a cobrança de pedágio. Então, a ementa estava errada, pois o entendimento era de que os senhores estivessem pedindo a cobrança de pedágio. Mas naquele dia da discussão ainda estávamos aqui e entendíamos que havia um erro.

Por isso voto favorável ao requerimento porque também penso como o deputado Nilson Gonçalves com relação a essa questão dos moradores do município de Garuva, porque muitos deles que trabalham na Marcegaglia vão ter que pagar o pedágio sempre quando tiverem que ir ou vir do trabalho.

Muito obrigado!  
O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.  
Requerimento de autoria do deputado Pedro Uczai, que solicita a retirada do regime de prioridade dos Projetos de Lei n.s.: 0002/2007, 0003/2007, 0004/2007, 0005/2007, 0061/2007, 0171/2007, 0192/2007 e 0205/2007.

Para esclarecimento do Plenário, o autor de todos esses projetos de lei é o deputado Pedro Uczai.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.  
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.  
Requerimento de autoria do deputado Dagomar Carneiro, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor da Brasil Telecom, pedindo a ampliação do sistema de telefonia fixa no município de Guabiruba.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.  
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.  
Requerimento de autoria do deputado Dagomar Carneiro, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor da Brasil Telecom, pedindo a ampliação da central telefônica e da rede de fibra óptica que atende o bairro São Pedro, em Guabiruba.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.  
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.  
Moção de autoria do deputado Nilson Gonçalves a ser enviada ao ministro da Educação e ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, solicitando destinação de recursos federais para implantação de unidade descentralizada da UFSC na região de Jaraguá do Sul.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.  
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.  
Moção de autoria do deputado Onofre Santo Agostini a ser enviada ao ministro do Meio Ambiente, ao presidente do Conselho Nacional do Meio Ambiente e aos parlamentares catarinenses no Congresso Nacional, solicitando medidas que visem adequar a legislação ambiental quanto à demarcação dos campos de altitude na serra catarinense.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.  
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.  
Moção de autoria do deputado Darci de Matos a ser enviada aos ministros do Esporte e do Turismo, solicitando apoio para que o estado de Santa Catarina, mais especificamente Florianópolis, seja sede de uma das etapas da Copa do Mundo de 2014.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.  
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.  
Moção de autoria do deputado Onofre Santo Agostini a ser enviada ao ministro da Saúde e ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, solicitando medidas para inclusão do médico veterinário nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família - Nasf.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.  
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.  
Moção de autoria da bancada do DEM a ser enviada à senadora Kátia Abreu, manifestando apoio pelo parecer contrário à proposta de emenda constitucional que visa à prorrogação da CPMF.

Em discussão.  
O Sr. Deputado Pedro Baldissera - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o líder do PT, deputado Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Em diferentes momentos, sr. presidente e srs. deputados, é de uma justiça a discussão, aqui na Casa, com relação ao encaminhamento da CPMF. Nesse sentido a bancada do Partido dos Trabalhadores entende que se nós quisermos realizar uma série de ações, que em nível nacional estão sendo propostas, elas necessariamente passam pela arrecadação desse imposto.

Esse imposto, sobre o que estebelece a sua contribuição, é de uma justiça muito forte, muito grande. E nesse sentido, se quisermos ter uma melhor saúde, a recuperação de uma série de rodovias em nosso estado e a continuação de inúmeras políticas públicas no estado de Santa Catarina, precisamos da aprovação desse imposto, da

CPMF. Portanto, nos manifestamos contrários ao encaminhamento, mesmo que seja no sentido de solidariedade pela posição, que ainda não foi deliberada em nível nacional. Não podemos votar favorável.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, com certeza a minha fala em nome do partido deixou isso muito claro. Nós podemos até discutir a redução da carga tributária brasileira, pelo bom momento que o Brasil vive, porque sem criar novos impostos nós estamos melhorando a arrecadação do país. Agora não podemos, de forma alguma, neste momento, abrir mão da CPMF que vem financiando - apresentei os dados, inclusive - a saúde, programas sociais e também a previdência.

Então também somos contrários a esta moção.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Penso que esta moção aqui precisa da manifestação dos 40 deputados. O governo do presidente Lula é um governo de coalizão, e se assim o é, as diferentes bancadas que dão sustentação ao governo manifestam nesta moção se estão favoráveis ou não ao governo de coalizão.

Portanto, as bancadas do PT, do PP, do PMDB, do PTB e do PRP e outras com assento nesta Casa que hoje fazem parte deste governo de coalizão precisam se manifestar politicamente aqui e dizer se são a favor ou contra a continuidade da CPMF, pois o relatório da senadora Kátia de Abreu extingue a CPMF em 31 de dezembro. Por isso esse é um momento importante de manifestação.

O DEM, que é oposição ao governo do presidente Lula, quer desestabilizar o governo, não quer construir políticas públicas na área social, porque quanto pior, melhor, quanto menos atendimento à saúde, mais clientelismo, mais apadrinhamento e menos atendimento nos programas sociais. Não há problema, é oposição ao governo do presidente Lula, mas as bancadas que dão sustentação no governo de coalizão, precisam se manifestar aqui politicamente votando contra esta moção.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, falo aqui não como líder da bancada, até porque não discutimos esse assunto na bancada, falo como deputado. Sou contrário a cobrança da CPMF e sempre disse isso, até porque com a cobrança desse imposto - dinheiro que deveria ir para a saúde - , é do tempo do ex-presidente Fernando Henrique, que criou a CPMF.

Ele disse que ao criar a CPMF a arrecadação iria junto com o dinheiro já destinado à saúde, ou melhor, para o SUS. O que aconteceu? Criaram a CPMF, tiraram o dinheiro que iria para o SUS, e as pessoas, os correntistas é que estão arcando com o prejuízo e com o custo do que é obrigação do estado. Agora, para piorar, parte do dinheiro da CPMF vai para o Programa Fome Zero, para a Previdência e uma parte para a Saúde.

Então volto a dizer: não estou falando aqui como líder da bancada, estou falando como deputado Kennedy Nunes. Meu partido faz parte do governo de coalizão, temos deputados que votam favoravelmente, mas este deputado é contra a prorrogação da CPMF por entender que o nosso municípe, ou o nosso cidadão está sendo de novo cobrado no que é responsabilidade do governo e, para piorar, o sistema continua ruim.

Por isso, eu, deputado Kennedy Nunes, volto a dizer: falo com meu mandato, sou contrário à prorrogação da CPMF, portanto, sou contrário à moção.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda para discutir, com a palavra o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Também não falo em nome de minha bancada, sr. presidente, mas quero parabenizar o deputado Kennedy Nunes pela sua posição e reafirmo aqui a minha, também contrária, e quero congratular-me com a bancada do DEM.

Com certeza ontem a senadora foi muito lúcida ao manifestar o seu parecer contrário à prorrogação da roualheira - desculpem-me a expressão - do dinheiro do povo brasileiro em 0,38%, na movimentação bancária, e zero para a saúde. Posso dizer: nada para a saúde, pois a saúde continua pior do que a educação, que foi mostrada neste último domingo.

Com o dinheiro da CPMF que era para a saúde o governo Lula pagou o FMI antecipadamente! Quantos milhões de dólares, e com o preço que está o dólar hoje, ele pagou a mais para o FMI sem necessidade? Observem o valor do dólar na época que ele estava pagando e quanto está hoje! Só por aí já vimos que o governo não tinha realmente equipe competente.

Então, quero congratular-me com a bancada do DEM nesta moção.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Está encerrada a discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, quero encaminhar em nome da bancada do PT. Nós respeitamos a opinião de quem é adversário dessa contribuição, principalmente daqueles que a criaram, mas não podemos também desqualificar o debate da saúde. Fui prefeito da cidade de Criciúma e a saúde é um problema de todos, porque exige muito dinheiro, muito investimento e por mais investimentos que façamos, nunca é suficiente.

Essa contribuição é um imposto transparente, há prestação de contas, a CPMF. Os outros destinos, como o combate à pobreza, não deixa de ser saúde, e vai para a Previdência, porque é um dos setores mais necessitados, mas que também não deixa de ser saúde.

Agora, não adianta nós fazermos toda uma luta pela Emenda 29 para crescer recursos para a saúde e tirar esse valor, mais de R\$ 20 bilhões por ano, que a CPMF gera para a saúde, porque nós vamos trocar seis por meia dúzia. Se nós queremos mesmo melhorar a saúde no Brasil, temos que ser a favor da CPMF. Por isso nós não abonamos essa moção. Embora seja uma moção do DEM, eles assinam, mas não com o nosso voto.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Gelson Merísio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Presidente, o motivo da moção apresentada pela bancada é exatamente promover o debate sobre as questões principais do momento brasileiro, e sem dúvida alguma a votação da CPMF é algo que está sendo observado pelo Brasil.

Mostra uma posição radicalmente contrária a sua aprovação e é interessante, também, que a sociedade possa saber claramente quem é contra ou a favor. Não que quem seja a favor esteja errado, ou quem seja contra esteja errado. É legítima cada uma das posições e, por isso, para que haja clareza nesse processo, nós vamos solicitar que a votação seja nominal, até para que possamos ver claramente quem é contra ou quem é a favor da referida matéria.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, os sr. deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, vou pedir a compreensão de v.exa. para fazer o registro, mesmo sabendo que estamos na Ordem do Dia, da presença, nesta Casa, dos vereadores Aloísio Kessler e Marino Spies, da cidade de Itapiranga, e também do jornalista Décio Schneider, que está aqui em função do seu veículo de comunicação.

Agradeço a compreensão de v.exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Como vota v.exa.?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Eu vou votar nominalmente, de acordo com o que o líder do DEM vai requerer. Vou exercer o meu direito de voto nominal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Afinal v.exa. fez o registro e declarou o voto.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, essa é uma questão bastante delicada, e a colocação está mais ou menos assim, quem vota contra a CPMF vai para o céu, e quem vota a favor vai para o inferno. Está mais ou menos uma coisa assim.

Na verdade essa é uma discussão muito mais profunda, que não pode ficar apenas e tão somente sendo discutida superficialmente. É um assunto muito sério, a CPMF arrecada cerca de R\$ 40 bilhões neste país, e todo esse dinheiro está indo para a saúde, está alimentando alguns milhões de pessoas que sequer um prato de comida têm na mesa.

Essa CPMF foi criada no governo do meu partido, do Fernando Henrique, e quando foi criada era linda, bonita e maravilhosa. Mudaram os partidos do governo e agora ela virou o demônio. Se fosse outro o partido que estivesse no governo ela continuaria sendo maravilhosa e necessária.

Eu não gosto disso! Eu fico irritado quando vejo hipocrisia, sr. presidente! A verdade é uma só: ela foi criada e está aí porque é necessária, senão já teria saído de circulação, já teriam extirpado essa CPMF.

Agora que ela está direcionada para vários segmentos que precisam dela, quem vota contra vai para o céu e quem vota a favor vai para o inferno.

Então eu quero dizer o seguinte: dentro da minha consciência e da minha maneira de ser, entendo que CPMF é necessária para manter milhões de pessoas que não conseguem sequer se alimentar, e manter também milhões de pessoas que precisam do sistema de saúde público. Portanto, eu sou a favor.

O SR. PRESIDENTE(Deputado Julio Garcia) - Esta Presidência esclarece que não está em votação a CPMF. Trata-se apenas de uma manifestação da bancada do DEM apoiando um parecer da senadora Kátia Abreu.

Continua em votação.

O requerimento do líder do DEM é para que a votação seja nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a moção, e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR

DEPUTADO CLÉSIO SALVARO

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO

DEPUTADO DARCI DE MATOS

DEPUTADO DÉCIO GÓES

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO

DEPUTADO ELIZEU MATTOS

DEPUTADO GELSON MERÍSIO

DEPUTADO GENÉSIO GOULART

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL

DEPUTADO JAILSON LIMA

DEPUTADO JANDIR BELLINI

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI

DEPUTADO JOARES PONTICELLI

DEPUTADO JORGINHO MELLO

DEPUTADO JOSÉ NATAL

DEPUTADO JULIO GARCIA

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADO MANOEL MOTA

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

DEPUTADO MOACIR SIEPELSA

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NILSON GONÇALVES

DEPUTADA ODETE DE JESUS

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA

DEPUTADO PEDRO UCZAI

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO

DEPUTADO RENATO HINNIG

DEPUTADO RENO CARAMORI

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA

DEPUTADO ROMILDO TITON

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES não

DEPUTADO SERAFIM VENZON sim

DEPUTADO SÉLVIO DREVECK

DEPUTADO VALMIR COMIN

Há necessidade que tenhamos 21 votos para a conclusão da votação. Conclamamos os srs. deputados que estiverem nas cercanias do plenário para que possam comparecer à votação.

Esta Presidência, a exemplo do que ocorreu em situação pretérita de interesse da bancada do PT, quando votou a favor, neste momento desempata votando favoravelmente.

Está encerrada a votação.

Temos nove votos "sim, oito votos "não" e três abstenções.

Está aprovada a moção.

Moção de autoria do sr. deputado Professor Grando, a ser encaminhada ao sr. ministro da Saúde e ao presidente do Conselho Nacional de Saúde, solicitando providências para que as indústrias farmacêuticas façam constar nas embalagens dos medicamentos de uso contínuo o respectivo nome comercial em código braile.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do sr. deputado Nilson Gonçalves, a ser enviado ao sr. governador e ao secretário de estado da Saúde, solicitando informações sobre as obras no Hospital Infantil Jeser Amarante Faria, de Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Fim da matéria da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Pedro Baldissera, líder do PT, por até dez minutos.

Na sequência o sr. deputado Pedro Uczai e Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO PEDRO

BALDISSERA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, nós vivemos neste momento a questão da votação da moção que diz respeito à CPMF, contribuição provisória para 2011. Na verdade nós fizemos em vários momentos inúmeras manifestações sobre a importância dessa contribuição para que as diferentes políticas públicas possam ter continuidade.

Não existindo mais essa contribuição, sabemos que muitas delas serão interrompidas por não haver recursos ou serão cortados uma série de investimentos necessários e importantes para o nosso país.

O que de fato se esconde por trás de tudo é que no governo do presidente Lula iniciou-se um cruzamento de dados com relação à declaração de Imposto de Renda e outras contribuições, sejam de grandes empresas ou de pessoas físicas. Enfim, tudo isso se coloca como um entrave àqueles e àqueles que em diferentes momentos têm manifestado uma postura contrária, porque vai se expondo e se colocando numa situação mais rígida com relação à própria contribuição.

Portanto, queremos deixar aqui registrada a nossa manifestação favorável para que possamos ver uma série de políticas tão importantes e necessárias que vão ao encontro da nossa população.

Colocado isso, gostaria também de aproveitar este espaço para trazer duas questões que foram importantes na última semana, na nossa região do extremo oeste do estado de Santa Catarina. Tive a satisfação e a alegria de participar de dois momentos importantes. Um deles foi a assinatura da ordem de serviço, feita pelo ministro dos Transportes do governo federal, quando, na última quinta-feira, esteve presente em São Miguel d'Oeste assinando a ordem de serviço para a conclusão de um dos trechos da BR-282, que liga o município de São Miguel d'Oeste, passando pelo município de Paraíso, até a divisa com a Argentina, no rio Peperiguaçu.

Já temos, para este ano, liberados R\$ 13 milhões, e o total da obra chegará a um investimento de R\$ 65 milhões, num trecho de, basicamente, 30 quilômetros de rodovia.

É preciso registrar que o povo daquela região da faixa da fronteira tem aguardado durante longos 40 anos para a conclusão daquele trecho que liga a BR-282 até o Chile. É uma obra importante porque faz a ligação entre o Oceano Atlântico com o Oceano Pacífico, é o Corredor Bioceânico, uma rodovia extremamente importante, além de ligar todos os portos interligados. Portanto, vem atrasada, mas é de uma importância vital e fundamental para o estado de Santa Catarina, para o nosso país e para os outros países também.

Além disso, gostaria de trazer presente um segundo momento importante que aconteceu naquela região. Diz respeito ao Cefet em São Miguel d'Oeste, sendo que uma audiência pública definiu o modelo de Centro de Educação Profissionalizante na região do extremo oeste do nosso estado, mais propriamente aqui na região do extremo oeste, em São Miguel d'Oeste.

No momento da audiência pública, com a presença de vários parlamentares, da nossa senadora, dos diretores do Cefet em Santa Catarina e de lideranças de toda aquela região, definiu-se a implantação de cinco cursos técnicos nas áreas da agroindústria, agroecologia, confecção têxtil, indústria moveleira e metal mecânica.

Quero registrar que a estratégia do debate, de toda a discussão é atingir setores que integram as vocações da região, e que precisam de obra especializada para dar conta da demanda que lá existe.

O lançamento do edital para construção da obra aguardava apenas essa definição. Portanto, a partir dessa audiência pública já se dá início à licitação e, em seguida, à construção do modelo de prédio que deve respeitar as demandas, porque delas nascem também os laboratórios e salas para os cursos relacionados a elas.

Neste mesmo sentido, o governo federal vai dar um repasse nesse momento de R\$ 5 milhões, que já estão disponíveis para a viabilização da construção desse Centro de Educação Profissionalizante.

Queremos dizer que em abril de 2008, o Cefet de Santa Catarina abrirá o concurso público para a contratação de 40 professores e 35 profissionais da área administrativa, que vão atender a uma demanda de 1.200 alunos, a partir de agosto do ano que vem.

Há outras regiões do estado que também vão ter a presença do Cefet. E queremos lembrar que em 94 anos de história do Cefet, tínhamos apenas três unidades funcionando precariamente em Santa Catarina. A partir do governo Lula, o investimento aumentou em ensino tecnológico. Na primeira fase de expansão em Santa Catarina, foram quatro unidades novas e mais a recuperação das outras três. Na segunda fase, serão mais 11 Centros de Formação Profissionalizante.

Portanto, em oito anos fez-se mais do que em 100 anos na questão do Centro de Formação Profissionalizante, através do Cefet.

Então, fica aqui registrado, no dia de hoje, esses investimentos do governo federal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Inscrito para falar o sr. deputado Pedro Uczai, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, inicialmente, quero parabenizar esta Casa Legislativa, através da equipe de comunicação, pela produção de um documentário que foi lançado no dia de ontem, no Centro Integrado de Cultura, chamado *Ademir Rosa: Arte de Viver*, com texto, direção e edição da Tatiana, finalização do Everton Medeiros, produção de Janine Abreu, imagens do Alexandre, Jorge, Nilson, Rodrigo, Rosane e Valdir.

Quero parabenizar essa equipe porque neste ano publicamos este livro: *Ademir Rosa. Paixão pela Arte, Paixão pela Vida*, que fala desse ator, diretor, sindicalista, um dos fundadores do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, que morreu há dez anos. E não poderia ter melhor memória, além da produção da literatura, do que ter sido produzido um documentário para manter viva a sua memória.

Parabéns à Assembléia Legislativa e parabéns à essa equipe, porque os 21 minutos produzidos trazem a memória e a história desse grande ator, diretor e cidadão indignado com as injustiças sociais e sonhador, com uma utopia, de uma sociedade mais justa e mais solidária.

Mas o que me trouxe a esta tribuna foi o caderno de política do jornal *A Notícia*, de domingo, que diz o seguinte: "Assembléia Legislativa. 17% dos deputados processados". E as fotos dos sete não são muito simpáticas, porque quando se põe fotos de deputados ou de qualquer pessoa que está sendo processada, elas não são muito simpáticas. Este deputado também está aqui junto com outros deputados citados em processos judiciais.

E qual é a razão desses processos? No nosso caso, e por isso quero discutir o mérito aqui, está no Tribunal de Justiça um processo que coloca a inexistência de licitação para a contratação do escritório de Cláudio Golgo Advogados Associados para a cobrança de *leasing* ou de arrendamento mercantil, que é imposto sobre serviços de arrendamento mercantil.

O que é isso, o que comporta e qual a situação desse processo, que faz eu me pronunciar aqui? Em primeiro lugar, os advogados não receberam absolutamente nada porque eles receberiam os honorários depois de transitado em julgado. E não foram julgadas ainda em definitivo nenhuma das ações.

Portanto, a prefeitura municipal de Chapecó pagou zero, absolutamente nada para esse grupo de advogados, enquanto não houver a decisão definitiva. E se houver a decisão definitiva é porque judicialmente entendeu-se que era justa e legal a cobrança de impostos, de arrendamento mercantil.

Em segundo lugar, vou entrar no mérito do ISS. Estou escrevendo um livro para os nossos prefeitos do Brasil inteiro aumentarem a sua receita, para buscarem recursos de receita própria. Por exemplo, o deputado José Natal tem uma concessionária de automóveis em São José. Os veículos vendidos e comercializados a partir dessa concessionária incidem numa interpretação jurídica que nós temos: onde ocorreu o fato gerador, o negócio, há incidência de ISS - Imposto Sobre Serviço.

Nesse aspecto, nós fomos buscar todo o arrendamento mercantil produzido no município de Chapecó e cobrar o ISS dos últimos dez anos, num entendimento de decisões judiciais de Primeira Instância, decisões judiciais de Segunda Instância em vários lugares do país. Inclusive, a Súmula n. 138 do Supremo diz que onde há o fato gerador, pode-se cobrar o ISS. Onde ocorre a venda da máquina, a venda do trator, a venda do caminhão, a venda do automóvel em forma de *leasing* está ali produzido o fato gerador. E, portanto, cabe ali a cobrança do ISS.

E as empresas faziam o quê? Iam ao município no interior de São Paulo onde havia isenção de ISS, montavam a matriz da empresa e não pagavam imposto.

Nós fizemos essa luta e deixamos para o prefeito do DEM 56 milhões para cobrar em forma de *leasing*. Quando fui prefeito, cobrei 2,700 milhões e deixei 56 milhões para serem cobrados. O prefeito armou um circo lá e denunciou-nos, dizendo que houve operação fraudulenta. Eu, cobrando de banco, cobrando *leasing*, cobrando arrendamento, e disseram que era uma operação fraudulenta. E definiu que fossem canceladas todas as ações que eu tinha promovido no município de Chapecó. Inclusive, o meio de comunicação estadual, em período pré-eleitoral, deputado Edson Piriquito, dizia: "Operação fraudulenta comprovada de 79 milhões". E nós, cobrando de banco.

E agora o prefeito de Chapecó, que disse em coletiva que iria cancelar todas as ações, revogou o próprio decreto que cancelaria as ações. Ou seja, reconheceu todo o nosso trabalho, reconheceu o trabalho dos advogados de Porto Alegre que nos assessoraram com alta especialização, e agora está cobrando esses recursos que são meritórios. E ele deve cobrar.

E aí aparece que estamos sendo processados por cobrar dinheiro de banqueiro, que hoje são mais de 80 milhões, de *leasing*, de arrendamento mercantil. E o prefeito vai e diz: operação fraudulenta. E aí, o que eu faço, como deputado? Na época, como ex-prefeito, como eu me defendo?

Está na imprensa estadual: "Operação fraudulenta comprovada de 79 milhões". O Supremo está dando ação a nosso favor, em Primeira Instância, em Chapecó - todas são a nosso favor, todas - e mesmo assim eu tenho que me justificar, porque aparece aqui esse conteúdo.

Nós estávamos na luta para cobrar imposto de banco, e o próprio prefeito atual, que fez um circo no período pré-eleitoral, dizendo que havia uma operação fraudulenta, teve que voltar atrás e reconhecer todas as nossas ações para cobrar dinheiro de banqueiro, para destinar para a política pública municipal. E quero que todos os prefeitos deste país cobrem de banco, cobrem de arrendamento mercantil, cobrem de *leasing*!

Portanto, essa discussão não é uma questão política de Oposição e Situação. Acho que o prefeito, nesse momento, com essa decisão de revogar o decreto, inclusive, tinha que ser processado pelas calúnias e difamações que fez na época, falando em operação fraudulenta. E, mais do que isso, tinha que vir a público pedir desculpas para o povo de Chapecó, para o povo de Santa Catarina, pois utilizou a imprensa para denunciar e agora reconhece e revoga o decreto dele que era para a revisão de todas as ações que este deputado, na época prefeito, promoveu no município de Chapecó.

Nessa direção, ele deveria pedir desculpas não só a este deputado e ex-prefeito, mas ao povo de Chapecó, porque, inclusive, perdeu o prazo num dos bancos, no Banco Real, de mais de R\$ 2 milhões, que poderia ter recebido para o povo de Chapecó. E ninguém, quem sabe, vai processá-lo! Mas denunciar, caluniar, sim. Temos que fazer essa luta em todos os municípios do país, para cobrar dos bancos, cobrar das financeiras que fazem arrendamento mercantil. E lá no município tem que incidir Imposto Sobre Serviço.

Então, nem quero aqui reserva de foro privilegiado. Vou responder todos os processos abertamente, até porque todos que estou respondendo estou ganhando e arquivando.

Mais do que isso, o Tribunal de Contas foi incitado pela segunda vez sobre o exercício de 2004, das contas da prefeitura de Chapecó. E pela segunda vez o Tribunal de Contas deu pela aprovação das nossas contas no município de Chapecó. Pela segunda vez, reafirmou, diante das próprias denúncias e dos *leasings*, que não havia nenhum mérito para mudar a posição do Tribunal de Contas em relação ao imposto sobre arrendamento mercantil.

É nessa direção que eu me manifesto aqui, solidarizando-me com a nossa luta e com todos aqueles que acreditam que a coisa pública tem que ser transparente, ética, mas tem que ter o direito de defesa para que não se produza injustiça.

E quero manifestar aqui que o diretor-executivo da Transparência Brasil, o Cláudio Abramo, não entende nada de política, não entende nada de processo judicial, porque diz aqui...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - (Passa a ler.)

"O diretor-executivo da ONG Transparência Brasil, Cláudio Abramo, considera alto o número de deputados com pendências na Justiça e defende uma mudança na legislação eleitoral para proibir candidaturas de pessoas já condenadas em alguma instância.[...] [sic]"

Pelas disputas políticas, processa-se as pessoas, por outras razões, processa-se as pessoas, e é legítimo que as pessoas tenham o direito de se defender. Agora, antes de transitar em julgado, a pessoa não tem direito? Então, já se condena o direito de alguém ser candidato a um ou a outro cargo, antes da decisão definitiva? Por quê?

Então, quero aqui me manifestar. E sou uma pessoa extremamente tranqüila, mas quero falar no direito jurídico, na presunção de inocência. A presunção de inocência é o princípio constitucional. Condena-se ser ou não candidato antes de transitar em julgado? Isso serve para nos desqualificar e deslegitimar-nos como agentes públicos, para mudarmos a própria sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com toda a razão, deputado Pedro Uczai.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Edson Piriquito, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sr. presidente, srs. deputados, público presente aqui na Assembléia, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, a minha saudação!

Deputado Pedro Uczai, escutei atentamente o seu pronunciamento e parabeno v.exa. por essa sua dinâmica de atuação frente o Poder Executivo enquanto prefeito. E digo a v.exa. que isso recai sobre o homem público, infelizmente, eis que a deslealdade dos adversários faz parte da vida do agente político.

Em Balneário Camboriú, sofri muito, durante muito tempo, inclusive nos meios de comunicação, devido o grupo político do qual sou adversário dominar grande parte dos meios de comunicação. E a certa altura, em um jornal da cidade estava estampado que eu estava querendo me locupletar, quer dizer, que eu estava enriquecendo ilícitamente. Vejam que nem rico sou. Agora, imaginem se o que tenho fosse ilícito. Era uma matéria sem qualquer consistência, sem qualquer embasamento, mas nós, homens públicos, ficamos reféns dessas situações.

Creio que temos que aprender a conviver com isso. Inclusive, sempre desafiei quem tivesse alguma coisa concreta, com provas. Mas o que nos cabe é procurar o meio judicial para poder defender a nossa honra, e não somente a nossa honra como também a de nossas famílias, porque temos família e precisamos defender as pessoas que nos defendem, porque, a partir do momento que você não dá essa resposta, os que são seus seguidores acabam sofrendo junto com você.

Lá, em Balneário Camboriú, a história não é outra. E eu até estava conversando com um colega deputado, no plenário, que falava sobre o resultado das eleições das associações de bairros de Balneário Camboriú. Em três bairros que houve disputa, nesse final de semana, ao mesmo tempo, a prefeitura, o atual grupo político, concorreu nos três bairros e perdeu nos três. E num bairro perdeu de forma especial, no bairro das Nações, perdeu com 61% dos votos, fazendo apenas 39%. Foi uma sumanta de pau, como diz o meu amigo deputado Nilson Gonçalves.

Depois de terminada a eleição, pasmem v.exas., não a pessoa que concorreu, porque quem concorreu como candidato é uma pessoa apolítica, mas o grupo político que estava por trás dela, um grupo político do PSDB, de Balneário Camboriú, não soube perder e começou a fazer uma tremenda balbúrdia na cidade.

O pessoal vencedor, da chapa um, a chapa que estávamos apoiando, foi comemorar, fazer a sua festinha, porque há 20 anos perde eleição na cidade, então, quando ganha tem que comemorar. Foram comemorar, festejar e depararam-se com quatro inícios de tumulto. As pessoas contrárias aos vencedores trocaram de camisa, infiltraram-se no meio e fizeram toda a confusão. Mas estamos preparados para isso.

Lamento essa forma que os nossos adversários estão utilizando, porque a pessoa tem que estar preparada, quando está na vida pública, tanto para ganhar como para perder, porque faz parte. Eleição se ganha ou se perde, não existe empate, não tem como empatar as duas chapas, os dois prefeitos, conforme todo mundo quer, não tem. Um ganha e outro perde.

Sempre soubemos perder. Inclusive, em 2004, quando perdi a eleição, pela primeira vez na história do município de Balneário Camboriú houve uma manifestação popular, uma marcha de três dias, daquela parcela da comunidade que não aceitava o resultado, que foi a minha derrota; no entanto, quando me chamaram para as ruas eu disse que não iria, mas que não tiraria o direito de eles fazerem manifestação, pois isso é um direito popular, é bonito, faz parte da história, e até não reprovou, porque não é quebradeira, não é nada, é só uma demonstração da insatisfação. Mas não participo, porque não quero incitar esse tipo de acontecimento, temos que saber perder. E eu fiquei na minha casa três dias. Inclusive, ligou-me o pessoal do governo do estado, pedindo para que eu desmobilizasse aquele pessoal. Aí falei que da mesma maneira que eu não participei para que ele acontecesse, eu não iria participar para que não acontecesse.

"Ah, então, vamos mandar a polícia toda para Balneário Camboriú, descer a ripa no pessoal e tirá-lo da rua." Foi quando respondi que a partir do momento que isso acontecesse, então, eu iria para a rua! E que se machucassem uma pessoa que estava lá manifestando o seu direito democrático de opinião, sem baderna, com ordem, então, que tivessem a certeza de que eu iria para a rua liderar esse movimento e que eu não sabia a proporção que ele poderia tomar.

Graças a Deus, o movimento acabou naturalmente, não houve problema nenhum. E é assim que tem que acontecer.

Até dou um conselho para os meus adversários lá, em Balneário Camboriú, no sentido de que orientem o seu pessoal para que estejam preparados para tudo, porque não sabemos o futuro. Há 20 anos estão ganhando, mas agora podem perder. Se perderem a eleição no ano que vem, o que vou ter que fazer? Vou ter que levar o Exército para dentro de Balneário Camboriú? Estou pensando seriamente em chamar a Polícia Federal e fazer como foi feito em Itajaí. Itajaí fez assim em 2004: chamaram a Polícia Federal, e fizeram uma força-tarefa para poder ter ordem no dia das eleições.

Se numa eleição de bairro já deu o que deu, e é visível o descontentamento de quem perdeu, imaginem como vai ser a eleição municipal em 2008.

Preocupo-me muito com a integridade física das pessoas. Preocupo-me muito com a ordem na cidade, que é boa, promissora, próspera. O nosso povo é empreendedor, trabalhador, quer fazer de Balneário Camboriú uma cidade ainda melhor, mas não podemos permitir que atitudes dessa natureza possam ocorrer.

Então, quando acontecerem as eleições municipais de 2008, podem ter certeza de que vou me precaver. Assustei-me com os depoimentos e com o posicionamento do pessoal do PSDB lá de Balneário Camboriú, diante das três derrotas que tiveram nos bairros que disputaram nesse fim de semana.

Nobres colegas, no pouco tempo que me resta, quero comemorar a audiência que tivemos, hoje, aqui, na Casa, sobre a Operação Veranelo, capitaneada pelo deputado Gilmar Knaesel, um grande líder, que deu uma lição de entendimento do comportamento e de entendimento do funcionamento do turismo no estado catarinense, juntamente com o presidente da Santur, que é um grande técnico, o sr. Valdir Walendowsky, deputado Peninha - sobre quem já conversamos na nossa bancada -, com autoridades da Polícia Militar e Civil, do Corpo de Bombeiros, da PRE - Polícia Rodoviária Estadual.

Foi formidável, e fiquei muito feliz com o envolvimento do *trade* turístico, muito preocupado para que as ações do governo do estado venham a acontecer de forma a garantir a segurança não somente dos moradores das nossas cidades turísticas do nosso estado catarinense, mas também dos nossos turistas que estão vindo agora, o que vai aumentar significativamente o número de habitantes nesses meses. Temos seis milhões de habitantes no estado catarinense, mas vamos receber três milhões de turistas. Vejam só, aumentará em 50% a capacidade de pessoas, o contingente, a demanda. Vamos ter nove milhões de pessoas passando por aqui no período da alta temporada.

Por isso, temos que ter uma tratativa toda especial: fornecimento de água, fornecimento de luz, toda a condução da infra-estrutura, da segurança, da capacitação dos profissionais do turismo. Preocupo-me muito com a matéria até porque venho de uma cidade onde a nossa indústria é o turismo, e queremos ser parceiros desses grandes empreendedores, hoteleiros, donos de bares, restaurantes, similares.

O nosso comércio é muito forte. Inclusive, agora temos um novo *shopping* para que nessa temporada saia tudo de acordo.

Conseguimos. Fiz uma solicitação à Epagri, junto ao deputado Gilmar Knaesel e ao Valdir Walendowsky, para que viéssemos fazer um contraponto daquela propaganda de uma emissora de rede nacional que sempre diz que em Santa Catarina o tempo vai ser ruim. Será até importante que os nossos materiais de propaganda mostrem isso, até porque a Epagri já está apurando os dados, e a previsão do tempo para essa temporada é de muito sol. Será uma temporada maravilhosa, e creio que faremos com que a nossa economia alavanque ainda mais. Mas sempre tem, em algumas épocas, uma propaganda contra o sul do Brasil, e nós precisamos combater para fazer com que as pessoas não deixem de vir para Santa Catarina. Que venham aqui não só desfrutar de suas férias, como também contribuir com o desenvolvimento de nosso estado.

Assim fica aqui a minha participação neste início de semana. O meu abraço a todos os srs. deputados e a toda população catarinense que me assistiu.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente e srs. deputados, assomo à tribuna para fazer um relato e também para trazer uma preocupação para esta Casa. Já falei sobre o assunto e hoje retorno a falar, ou seja, a preocupação sobre os campos de altitude. Mas antes quero falar na viagem que empreendemos com o governador Luiz Henrique da Silveira, na semana passada, na quinta-feira, a São Paulo, deputado Sargento Amauri Soares.

Fomos a São Paulo fazer visitas a algumas empresas, umas a convite e outras num gesto de retribuição, onde tivemos notícias boas para o estado de Santa Catarina.

Tivemos uma audiência na Eucatex, deputado Manoel Mota, coordenada pelo presidente da Associação Comercial e Industrial de Lages, na qual o governador se fez presente. Essa grande empresa pretende instalar uma unidade fabril no estado de Santa Catarina, sendo a primeira fora do estado de São Paulo, um investimento em torno de R\$ 350 milhões em nosso estado.

Para uma maior felicidade nossa, deputado José Natal, essa unidade que está em negociação será na serra catarinense. Será uma unidade fabril para a fabricação de MDF, que hoje é a principal matéria-prima, a melhor matéria que existe para móveis, quando se fala em móveis de qualidade.

Também fomos à empresa Klabin. Todo mundo conhece e sabe o que a Klabin significa para o estado de Santa Catarina, para a serra catarinense, com suas unidades já instaladas em Otacilio Costa, Correia Pinto e duas unidades em Lages, duas fábricas de fabricação de papel e duas na área de transformação do papel. Fomos recebidos pelo conselho administrativo da Klabin, que estava reunido, à espera do governador Luiz Henrique da Silveira e de sua comitiva na sede da Klabin, na cidade de São Paulo.

Tivemos lá uma grata satisfação. Não esperávamos naquele momento o anúncio da Klabin de um investimento superior a R\$ 600 milhões na serra catarinense. A proposta da Klabin era de praticamente duplicar a unidade fabril em Otacilio Costa, aumentar e ampliar a unidade fabril de Correia Pinto e em Lages, num processo adiantado de negociação com o governo do estado, e transformar as unidades de Lages na maior indústria de sacos de papel do mundo.

Então, foi uma viagem bastante produtiva. E nós, políticos, não podemos, às vezes, atrapalhar. Se não atrapalharmos, já faremos um grande negócio para o desenvolvimento do estado e da região. E a região da serra catarinense começa a chamar a atenção, deputado José Natal, do Brasil e do mundo, com tanta gente querendo investir naquele lugar.

Todos esses investimentos daqui um pouquinho poderão ser barrados por idolatrados e sábios de quatro paredes, em Brasília, num ato de resolução ou regulamentação dos campos de altitude, que pode a qualquer momento acontecer e espantar esses que estão para vir e aqueles que já estão mandando embora de uma vez por todas da serra catarinense.

Discute-se campos de altitude, e já vi discursos sobre o tema. Inclusive, fizemos uma audiência pública na cidade de Lages, da qual mais de mil líderes participaram. Até estavam presentes os deputados Professor Grando, Moacir Sopelsa, Fernando Coruja, Valdir Colatto e vários outros líderes. Estava presente a Fatma, o secretário da Agricultura, Antônio Ceron, e esperávamos a presença do Conama, que vai fazer essa resolução, mas o Conama não esteve conosco.

Tomamos naquela audiência uma decisão de fazermos uma audiência, uma reunião em Florianópolis, para clarear esse assunto que está escuro, obscuro demais. E quando fizemos, deputado José Natal, a visita a essas empresas, talvez as pessoas não saibam da gravidade, mas todos levantaram a questão dos campos de altitude. Não é o Elizeu Mattos quem está falando. E já teve deputado aqui que viajou pela região e diz que estou fazendo um verdadeiro terremoto na região.

Não é o Elizeu quem está falando, deputado Manoel Mota, foi a Klabin que levantou essa questão para o governador Luiz Henrique. Os R\$ 600 milhões não vão acontecer, e o quem tem lá vamos ter que tirar. Se não tomarmos uma decisão, a qualquer momento, talvez até antes do Natal, a serra catarinense poderá receber um presente de grego, um Cavalito de Tróia, que vai aniquilar, matar a atual geração e não vai dar perspectiva alguma para a futura geração.

Isso tem sido debatido. E o governador Luiz Henrique está agora informado, porque a desinformação é total. Inclusive, estamos exigindo que o grupo de trabalho do Conama venha a Santa Catarina discutir e clarear essa questão de uma vez por todas, porque só com esse bafafá de alguns dias já sofremos na serra catarinense dois anos de atraso. Isso está criando aflições, o medo é geral, e ninguém quer investir, pois ninguém sabe mais o que fazer. Os vinhos de altitude, de que tanto falamos, ficarão nas altitudes, pois não vai ter mais vinho, porque todos sabem que os vinhos de altitude precisam acima de 1.400 metros de altitude, como existe na região de São Joaquim.

Sou a favor e acho que temos que preservar o movimento sustentável. Agora não podemos, e desculpem-me também, achar que o ratão do banhado é mais importante do que um ser humano lá em cima. O ratão do banhado é mais importante do que um ser humano? Quero saber, então, quem vai dar comida para o nosso povo da serra catarinense. Quem vai dar emprego para o nosso povo da serra catarinense? Quem vai indenizar as pessoas da serra catarinense? Porque estão tirando o direito de propriedade das pessoas sem antes discutir.

Não podemos calar, se tivermos que engrossar o caldo, o serrano vai engrossar, sim, porque ninguém vai chegar lá e dizer que não podemos mais plantar maçã, fazer vitivinicultura, porque o serrano vai engrossar.

Mas antes de discutir esse assunto, peço aos meus colegas parlamentares que primeiro se inteirem do assunto, para depois podermos falar aqui. E só vamos nos inteirar desse assunto na hora em que o Conama sair das quatro paredes de Brasília e vir conhecer a realidade do estado de Santa Catarina. Ai, sim, iremos nos inteirar desse assunto. E queremos que as coisas sejam claras, porque do jeito que está teremos um grande presente, um Cavalito de Tróia.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Quero me congratular com a sua preocupação. Já participei de audiência pública que tratava desse assunto, sobre campos de altitude, em Chapecó. E como membro da comissão do Meio Ambiente, juntamente com o deputado Professor Grando, já nos colocamos à disposição. Mas quero dizer que a responsabilidade maior está exatamente com a Frente Parlamentar Catarinense, com os nossos representantes em Brasília. Eles são o alicerce da sua voz aqui nesta Casa e de todos os catarinenses, porque nos colocamos à disposição para tentar resolver, mas o mandado, como diz o outro, sai de lá. Eu quero ser conivente com v.exa. nessa questão como parlamentar de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Quero continuar esse assunto numa outra hora, porque em dez minutos não dá para relatar muito. E amanhã, chego cedo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli.

(Pausa)

Na ausência do deputado Joares Ponticelli, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, servidores do Poder Legislativo, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital, demais pessoas que nós acompanhamos nesta sessão, gostaria de falar a respeito desse debate sobre a prorrogação da CPMF e dizer que concordo que alguma coisa seja mudada também nessa contribuição, nesse tributo que incide sobre a sociedade brasileira; não só nesse, mas também nesse.

Eu penso que nós tínhamos que fazer com que a CPMF fosse uma contribuição progressiva, onde pudesse ficar isento, ou seja, ficar livre de pagar todas aquelas contas-salários, aquele titular que receba até cinco salários mínimos. Poderia haver uma progressão para que quanto maior a fortuna ou mais improdutiva a fortuna, maior fosse o índice que incidiria sobre a CPMF. Esta é a minha observação a respeito de mais esse imposto.

O deputado Pedro Uczai falou aqui da matéria de um jornal, do nosso estado, no último final de semana, a respeito de alguns parlamentares desta Casa que têm processo na Justiça, processos esses em virtude de supostas irregularidades eleitorais e administrativas quando eram prefeitos.

Ele fala do seu caso, e quero dizer de antemão que sou solidário ao deputado Pedro Uczai nessa sua defesa, observando também que achei estranho o fato, porque li a matéria, a posição de Cláudio Abramo, da Transparência Brasil, inclusive porque sempre o tive como uma pessoa bastante politizada, de ele estar defendendo que todas as pessoas que estiverem respondendo a processos não podem concorrer a cargos eletivos.

Estou falando isso, porque talvez a pessoa que esteja nos assistindo pela TVAL possa pensar que é mais um político que quer deitar e rolar sobre a legislação e não acontece nada com ele. Não se trata disso!

Toda a pessoa sabe que é muito fácil mover um processo contra qualquer um. Se a idéia, se a vontade de Cláudio Abramo prevalecesse, nenhum de nós, nenhuma pessoa que está nos assistindo poderia concorrer a qualquer cargo eletivo, desde que tivesse um só adversário. E não só adversário político, mas também no campo pessoal, no campo das atividades econômicas.

Então, qualquer um de nós, qualquer pessoa, qualquer brasileiro pode mover um processo contra outro brasileiro, basta fazer uma denúncia, formalizar uma denúncia. Se ele tiver algum elemento material, como, por exemplo, uma testemunha, uma só, o promotor pode achar que é caso para um processo. Ou seja, qualquer pessoa pode denunciar outra por lhe ter agredido, independente de ser verdadeiro ou não, e isso pode virar um processo.

Então, são absurdas as coisas que se falam. Às vezes, as pessoas, para fazerem uma média com a mídia, dizem coisas que são absurdas.

Eu, particularmente, não estou nessa relação desse jornal porque também nunca fui prefeito e não cometi nenhuma suposta irregularidade eleitoral, mas há processos contra mim. Fui policial militar por 21 anos e já sofri processos. Fui presidente da Aprasc, fundador da associação dos praças, e já recebi processos originários da Justiça militar. E eu não estaria aqui se prevalecesse a vontade de Cláudio Abramo.

Então, é preciso que a sociedade também entenda e faça um esforço para perceber que é preciso, sim, separar o joio do trigo; que é preciso, sim, separar os corruptos das pessoas bem-intencionadas e que não dá, definitivamente não dá, para colocar todo mundo no mesmo balaio.

Eu queria registrar ainda o falecimento de dois policiais militares, deputado Elizeu Mattos, da cidade de Lages: do cabo Paulo Roberto de Oliveira, vítima de câncer, e do soldado Luis Augusto Wiggers, este último com 21 anos, que morreu afogado, ontem, nos tanques do Caveira. Também quero lamentar o falecimento ocorrido, há 15 dias, do presidente do Conseg, sr. Hilas Silveira Barros, de Coqueiros, vitimado de diabetes.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Concedo um aparte a v.exa., deputado Elizeu Mattos, porque depois falarei sobre outro assunto.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Sargento Amauri Soares, temos que separar o joio do trigo, porque é um processo com dolo, com desvio de recursos.

Fui secretário regional e a nossa assessoria jurídica, ao tratar de um processo, interpretava-o de uma maneira e às vezes o Tribunal interpretava de outra. E quando há confronto de interpretação e não há dolo, não há aferimento, desvio de recursos, ou malversação dos recursos públicos, ou fere os gastos públicos, que venha ferir os cofres públicos, faz-se um acerto. É um processo que se move, paga-se multas; na interpretação, recorre-se e acaba morrendo o processo.

Então, temos que separar o tipo de processo. Qualquer um de nós pode sofrer um processo. Um cidadão, porque simplesmente não gosta da minha fala, pode abrir um processo contra mim.

Dessa maneira, temos que separar o joio do trigo, porque qualquer cidadão pode abrir um processo contra a minha pessoa, contra v.exa. Portanto, as coisas têm de ser separadas, senão daqui um pouco vão colocar todo mundo numa vala comum. Eu mesmo poderia abrir um processo, como cada deputado daqui, para que todo mundo tenha um processo.

Eu vi a página da Transparência Brasil e ali não há um critério definido, que tipo de processo, como está o seu andamento. Acho que é muito perigoso, pois representamos pessoas da mais alta qualidade dentro deste Parlamento e não podemos fazer comparação deste Parlamento com outros que temos assistido pelo Brasil afora.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Elizeu Mattos.

Concordo com v.exa., na realidade, qualquer brasileiro hoje pode ir a qualquer delegacia e registrar uma queixa ou uma ocorrência contra qualquer outra pessoa. Eu posso ir lá agora e dizer que o deputado Elizeu Mattos me agrediu nos corredores da Assembléia! E se o deputado José Natal for testemunha a meu favor provavelmente o promotor vai abrir um processo contra v.exa.

Então, essa é a nossa realidade e é preciso entender isso, para que não fiquemos pensando que todo mundo que tem processo na Justiça é um criminoso, porque isso não é verdade! Como eu já falei, não estou relacionado nessa matéria, assim como v.exa., deputado Elizeu Mattos não está, do último final de semana, mas tenho processos contra mim.

Como já falei, fui policial militar por 21 anos; fui presidente da Associação dos Praças da Aprasc por mais de cinco anos e respondi a vários processos da Justiça Militar, principalmente por acharem que não poderia me manifestar a favor das reivindicações dos praças.

Ou seja, prevaleceria a lei da mordada, prevaleceria a lei do silêncio e este parlamentar sequer estaria aqui se esse ponto de vista de Cláudio Abramo estivesse valendo na sociedade brasileira de hoje.

Esta é uma realidade que a gente tem que refletir, e o meu outro assunto ainda vou ter que aguardar para a sessão de amanhã, que já está há dez dias atrasado, visto que por vários motivos nós não tivemos algumas sessões na semana passada por motivo de falecimento de familiares de alguns deputados.

Então, continua atrasado... (Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)  
O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon, nascido em Botuverá, que mora no berço da fiação catarinense, Brusque, e torce pelo vovô do futebol Carlos Renaux.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente e srs. deputados, no dia 18, na região sul, vai ser realizada uma visita na usina da Tractebel e no dia 19 uma audiência pública da Comissão Mista Especial do Congresso Nacional sobre mudanças climáticas, em Criciúma, no colégio da SATC, durante a tarde. E a Comissão de Turismo e Meio Ambiente é parceira, também, na divulgação dessa atividade do Congresso Nacional em Criciúma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Deputado, v.exa. pode usar mais 30 segundos para completar o seu raciocínio.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Só queria então convidar as comunidades da região sul de Santa Catarina para debater essa questão das mudanças climáticas, o papel dos combustíveis fósseis na matriz energética brasileira, que está diretamente ligado à questão do carvão, que é da economia da região.

Essa comissão é presidida pelo deputado Eduardo Gomes, tem como vice-presidente o senador Magno Malta e como relator o senador Renato Casagrande. A senadora Ideli Salvatti, que também é presidente da Comissão do Fórum Parlamentar em Defesa do Carvão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, na semana passada, especificamente na quinta-feira, eu estive, a pedido do presidente desta Casa, deputado Julio Garcia, na Furb, representando este Poder Legislativo na feira de matemática. Lá foram apresentados os trabalhos que Santa Catarina, que as crianças, que os jovens, que os adolescentes de Santa Catarina realizaram durante este ano nas diversas cidades que participaram dessa feira.

Vou resumir mais ou menos o assunto. A Furb, que tem um departamento de Matemática que é coordenado pelo professor Vilmar Verniani, organiza uma atividade, uma extensão da universidade, digamos, extracurricular, realizada em 75 municípios, e nesses municípios que compreendem 230 escolas elabora um trabalho de matemática, trabalho do dia-a-dia, justamente para trazer para o cotidiano, para as atividades da família aquilo que se aprende no global. Naturalmente que esse trabalho envolve a Furb, envolve o município onde está instalada a escola, mobilizando grande número de crianças para esse tipo de atividade, pois existem trabalhos de diversas naturezas.

Eu queria aproveitar este momento para cumprimentar o professor Eduardo Deschamps, o reitor da Furb, bem como o professor Verniani, que coordena esse serviço, mas é um serviço que é elaborado certamente com centenas de professores, com a participação de mais de três, quatro, cinco mil alunos nesse trabalho.

E na quinta-feira passada aconteceu a apresentação dos 230 ou 250 melhores trabalhos que foram realizados nesses municípios. Então, houve uma grande confraternização para debater esses assuntos. Mas nos chamava atenção as contas que as crianças faziam sobre alguns assuntos, como, por exemplo, dentro da questão ecológica, como é que se pode, em vez de plantar soja ou ter uma pastagem, plantar eucalipto e vender daqui a oito ou dez anos, como fonte energética, para obter um rendimento muito maior do que criar gado, plantar soja ou plantar trigo. Então, esse exercício da questão ambiental e matemática é o que nos chama a atenção.

Outro trabalho que me chamou atenção foi com relação aos tributos. As crianças escutam falar que se paga imposto, mas dificilmente é feito o exercício do valor, de quanto a sociedade paga de imposto e o quanto volta. É o tipo de exercício, de trabalho que a sociedade como um todo não pára para pensar.

No Brasil, arrecadamos mal os impostos, cobramos muito e depois repartimos mal. Acredito que o Brasil, com a carga tributária que tem, se distribuisse adequadamente, tenho certeza de que seria um dos países de maior desenvolvimento social que se pode imaginar, comparando com Grã-Bretanha, com os países norte-americanos ou com os países europeus, sem dúvida alguma.

Esse dinheiro arrecadado corretamente, seguramente poderia dar uma grande contribuição, porque, na verdade, uma parte não chega. Por quê? Porque a empresa que arrecada, a que paga o imposto certinho, aquela que não tem como sonegar, também não sobrevive. Cito como exemplo as empresas aéreas.

Não há como uma empresa transportar alguém no avião sem tirar um bilhete. Não há como ela cobrar R\$ 0,50 de algum passageiro e não estar transcrito na documentação para depois virar tributo também. Tanto é que nenhuma empresa aérea, a partir da mais velha, da Varig, até agora, sobrou. Sobraram aquelas que ainda vão quebrar, porque a carga tributária é exageradamente alta e esse setor não consegue o seu lugar.

Agora, há um grande número de empresas que, apesar da carga, conseguem sonegar 40%, 50% ou 60%. Na verdade, a carga para esses passa a ser de 20%, 25% e certamente um valor calculado. E é justamente esse tipo de trabalho que na feira de matemática algumas crianças ou alguns grupos apresentaram, mostrando quanto que se paga em cada produto e a distribuição anti-social que ainda acontece.

Em Santa Catarina, por exemplo - e eu até tenho um trabalho aqui nesta Casa -, o nosso ICMS, por força de lei, é de muito antes deste governo e muito antes de nós. É bem verdade que cabe a nós mudar essa lei, mas eu peço aqui aos nobres pares, deputado Peninha, deputado José Natal, deputado Sargento Amauri Soares, deputado Kennedy Nunes, deputado Décio Góes e tantos outros deputados que compõem esta Casa, para apoiar esse projeto que visa basicamente dividir o nosso imposto conforme o número de pessoas ou pelo menos um pouco pelas pessoas que temos.

Não importa hoje, pela lei atual, quantas pessoas moram num município e sim o quanto ela produz. Importa o tamanho da fábrica, não importa o número de pessoas que moram lá. Mas tudo isso a feira de matemática mostrava, ou seja, o interesse das crianças por essa questão social.

Ao final do meu pronunciamento, sr. presidente, quero ainda destacar que na noite de ontem o governo de Santa Catarina e o governo italiano, na região da Campânia, que fica mais ou menos uma hora e meia, duas horas ao sul de Roma, assinaram um convênio de cooperação econômica, cultural e social entre o estado de Santa Catarina e a Itália. Nós, que temos uma grande tradição, que temos uma semelhança.

O deputado Décio Góes, nos deu o prazer de acompanhar os representantes do governo italiano, cito aqui o dr. Conrado Gabrielle, que representava o governo da Itália, bem como o Cônsul Italiano para os estados de Santa Catarina e Paraná, Ricardo Battisti. Estava presente também a secretária Dalva Maria De Luca Dias, secretária de Assistência Social de Santa Catarina, bem como representante do ministro do Trabalho.

Naturalmente tudo isso foi coordenado pelo Círculo Italiano de Brusque, cujo presidente é o entusiasta teatrólogo Márcio Fumagalli, que tão bem coordenou aquele serviço e naturalmente, além de ser um acordo muito importante para Santa Catarina e para a Itália também, houve todo um entusiasmo pelos trabalhos organizados pelo presidente do Círculo Italiano.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não! Concedo um aparte ao deputado Décio Góes, que preside esses trabalhos em outras regiões de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Décio Góes - Eu queria agradecer ao povo de Brusque pelo carinho com que nos receberam ontem. Na ocasião foi assinado o convênio, o projeto Agriquality, que vai possibilitar um curso de mestrado para 18 jovens do sul do Brasil.

Muito obrigado!

[O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado deputado Décio Góes!

Quero, para encerrar este pronunciamento dado o tempo, saudar o governo de Santa Catarina, saudar o governo italiano e o Círculo Italiano de Brusque, por esse presente que traz para Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Inscrito para falar, dentro do horário de Explicação Pessoal, o sr. deputado Kennedy Nunes, que representa o norte catarinense, nascido, me parece, na manchester catarinense, torcedor do JEC e ex-torcedor do América e do Caxias de Joinville.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Obrigado sr. presidente, pela referência.

Sr. presidente, eu venho a essa tribuna usar o último espaço da sessão de hoje para fazer um alerta muito especial. Ainda bem que o deputado Sargento Amauri Soares está aqui, ele que é um militante da Segurança Pública e dos praças.

Nós, deputado Décio Góes, falamos que nós somos as sentinelas, e sentinelas não têm a responsabilidade de enfrentar adversários, mas sim de anunciar os riscos, os perigos. Eu gostaria de anunciar ao governo do estado algo que está acontecendo e que põe em risco toda a sociedade catarinense, em virtude de uma ação do governo do estado que não está respeitando uma lei.

Eu recebi, deputado Sargento Amauri Soares, não sei se v.exa. está sabendo, de um policial militar de uma das cidades que passei preocupado com o que está acontecendo, mas por outro lado apoiando a ação -, um questionário de pesquisa que está sendo feito, sr. presidente, aos praças da Polícia Militar.

Diz assim o questionário:

(Passa a ler.)

"Em virtude do não cumprimento por parte do governo do compromisso de discutir o pagamento do que falta da Lei 254 no início deste ano de 2007, nós precisamos tomar algumas atitudes.

Queremos agir conforme a vontade da maioria dos praças e por isso pedimos que você responda com toda a franqueza e honestidade as seguintes perguntas:

1) Você é da Ativa, da Reserva Remunerada ou Reformado?

( ) Ativa ( ) Reserva Remunerada ( ) Reformado

2) Você concorda que temos que tomar uma atitude mais forte antes de começar a operação veraneio para cobrar o pagamento integral da Lei n. 254?

( ) SIM ( ) NÃO

Vejam bem, nós estamos entrando no processo de verão, vem aí a Operação Veraneio, e os praças estão fazendo essa pesquisa para saber se há vontade de tomar uma atitude mais enérgica antes do anúncio da Operação Veraneio.

(Continua lendo.)

"2) Você acha que devemos fazer paralisação para que o governo pague o restante da Lei n. 254?

( ) SIM ( ) NÃO

3) Você faria paralisação no seu quartel mesmo correndo o risco de ser punido?

( ) SIM ( ) NÃO

4) Se você respondeu sim às questões anteriores, estaria disponível para colaborar na organização das atividades necessárias para o bom êxito da paralisação? Ou seja, você participaria efetivamente da paralisação?

( ) SIM ( ) NÃO

Cidade..... Data.....

Unidade.....

Obs 1: Queremos continuar negociando, mas para isso é preciso que o governo queira de fato negociar e não apenas enrolar.

Obs 2: Você não será identificado ao responder esse questionário. No entanto, gostaríamos de ficar com seu contato telefônico para possível chamada para ajudar na organização das atividades." [sic]

Este questionário que está sendo feito, sr. presidente, coloca em risco a nossa segurança pública. Nos próximos dias a secretaria de Segurança Pública vai anunciar a Operação Veraneio e agora os praças estão respondendo para saber se vão fazer uma paralisação antes da Operação Veraneio.

Eles têm toda a razão, porque a Lei n. 254 não foi cumprida na sua totalidade, estão sendo enrolados pelo governo estadual e agora prometem uma greve.

Entregaram-me isto aqui e estou dizendo para o secretário de Segurança Pública, deputado Ronaldo Benedet, que estamos na iminência de uma greve dos policiais militares em Santa Catarina.

Recebi este questionário, não sei se o deputado Sargento Amauri Soares está sabendo disso, de um policial que me encontrou, e digo mais: no quartel onde ele serve, a maioria dos praças, a arrasadora maioria dos praças respondeu "sim" para todas as perguntas, ou seja, eles estão dispostos a ter uma atitude mais eficaz, mais árdua, para que o governo cumpra a sua promessa, mesmo que sejam punidos.

Nós já temos históricos no Brasil de greves da Polícia Militar que foram consideradas justas pela Justiça. A minha preocupação é que de repente a grande maioria dos praças diga "sim", a Associação dos Praças seja obrigada a deflagrar um processo de greve e nós vamos perecer mais ainda por conta da insegurança que estamos vivendo.

Vejam bem, o item de número dois fala: "Você concorda que temos que tomar uma atitude mais forte antes de começar a operação veraneio, para cobrar o pagamento integral da Lei n. 254?"

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não! Quando se fala em segurança pública aqui v.exa. é especialista. O senhor estava sabendo disso daqui?

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Parabéns pelo seu pronunciamento, deputado Kennedy Nunes. Estava sabendo que existe esse documento, que está, feito um rastilho de pólvora, correndo as principais unidades da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros em todas as regiões do estado. A informação que tenho é que a resposta tem sido, até agora, majoritariamente favorável pelo "sim" a essa questão.

Há a intenção, de nossa parte, de estarmos permanentemente à disposição para conversar com o governo a qualquer hora do dia, da noite, em qualquer dia da semana ou feriado antes da Operação Veraneio para ter um encaminhamento positivo com relação ao que falta pagar da Lei n. 254.

E a Associação dos Praças, como v.exa. bem falou, Aprasc, está nessa situação, e vai chegar a uma condição de encaminhar a vontade majoritária dos praças. Essa é a situação que está colocada hoje, e também nos preocupa que a Operação Veraneio possa receber o nosso estado - as instituições públicas do estado de Santa Catarina - em condições de prestar o melhor serviço para a população catarinense que nos visita no verão.

E a minha instituição, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros estão nesse clima, porque os compromissos no passado não foram honrados, e entidades importantes de dentro da instituição têm sido tratadas com descaso e com falta de respeito. Por isso a situação chegou a esse nível.

Obrigado pelo aparte, parabéns pelo seu pronunciamento, por ser um aliado e por trazer esse assunto para a pauta da Assembléia Legislativa.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Deputado Sargento Amauri Soares, é triste, mas tenho que fazer uso desta tribuna como sentinela do povo catarinense avisando o seguinte: A Operação Veraneio está sob risco de não acontecer no estado de Santa Catarina, por conta dessa intransigência do governo do estado em não querer cumprir uma lei. Pior ainda, no momento em que Santa Catarina se prepara para receber turistas do Brasil e de fora dele, uma colocação dessas pode afugentar turistas.

Eu espero que o governo do estado não espere a deflagração de uma paralisação dos praças, para que possamos ter que recorrer à Justiça para fazer todo esse procedimento jurídico e colocar a nossa situação ou a sociedade catarinense sob risco.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Rapidamente, quero agradecer o aparte e dizer que hoje durante toda a manhã, a comissão de Turismo e Meio Ambiente, junto com a secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, elaboraram toda uma articulação com os diversos órgãos governamentais e não governamentais, preparando a Operação Veraneio, e agora essa notícia cai como uma bomba.

Como sabemos que esse assunto é extremamente preocupante, é uma responsabilidade muito grande receber os turistas, por isso precisamos de uma prioridade máxima do governador do estado para a Operação Veraneio, que inclui a questão dessa lei, que é uma vergonha não estar sendo cumprida.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - O nosso apelo final, sr. presidente, é que o governo do estado não deixe que a Polícia Militar pare e estrague o verão catarinense.

Muito Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Não havendo mais tempo regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário. Está encerrada a presente sessão.

## ATOS DA MESA

### ATO DA MESA

#### ATO DA MESA N. 049-DL, de 2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Edson Piriquito para ausentar-se

do País, no período de 18 a 25 de novembro do corrente ano, para participar das Feiras Internacionais de Turismo - FIT, na Argentina e no Chile.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 14 de novembro de 2007

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Dagomar Carneiro - 3º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

#### ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia treze de novembro do ano de dois mil e sete, sob a Presidência do Deputado Onofre Santo Agostini, amparado no Art. 128 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da décima sétima reunião ordinária da Comissão. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados José Natal Pereira, João Henrique Blasi, Dirceu Dresch, Onofre Santo Agostini, Joares Ponticelli e Renato Hinnig. Em seguida, o senhor Presidente colocou em discussão e votação a ata da reunião anterior - que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, colocou em discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 0032.4/07, de autoria do Governo do Estado, que "Cria vagas para cargo de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Fundação do Meio Ambiente - FATMA -, e estabelece outras providências". Relator: Deputado Onofre Santo Agostini. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; e os Projetos de Lei nºs 0051.1/07, de autoria do Deputado Professor Grando, que "Dispõe sobre a reciclagem e

utilização de material reciclado, no âmbito da administração estadual, e adota outras providências". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0076.0/07, de autoria do Deputado Jailson Lima da Silva, que "Dispõe sobre o assédio moral no âmbito da administração pública estadual, e adota outras providências". Voto vista do Deputado José Natal Pereira, contrário ao voto do Relator - Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o voto vista, foi aprovado por maioria; 0176.2/07, de autoria do Deputado Narcizo Parisotto, que "Proíbe a cobrança prévia de taxa para cadastramento de Curriculum Vitae em agências de emprego, inclusive as virtuais, no âmbito do Estado de Santa Catarina". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por maioria; 0190.0/07, de autoria do Deputado Nilson Gonçalves, que "Dispõe sobre proibição de restrição às pessoas eventualmente inscritas nos cadastros dos sistemas de restrição ao crédito por empresas, quando em processo de seleção para admissão ao mercado de trabalho". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0434.1/07, de autoria do Governador do Estado, que "Autoriza a doação de imóvel no Município de Rio do Sul (Ampliação do atendimento habitacional)". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0436.3/07, de autoria do

Tribunal de Justiça do Estado, que "Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Ibirama (alargamento da Rua Getúlio Vargas)". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0437.4/07, de autoria do Deputado Marcos Vieira, que "Dispõe sobre a importação, comercialização, criação e porte de cães no Estado de Santa Catarina e adota outras providências". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0473.8/07, de autoria da Deputada Ana Paula Lima, que "Dispõe sobre a divulgação aos passageiros rodoviários de informações sobre o estatuto do idoso relativas ao sistema de transporte coletivo interestadual". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por maioria e, Ofício nº 0100.0/07, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Centro de Recuperação Nova Esperança, do Vale do Itajaí, da Grande Florianópolis e do Norte Catarinense, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade. Nada mais a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

**Deputado Onofre Santo Agostini**  
Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DECIMA SEXTA LEGISLATURA**

Às treze horas do dia sete de novembro do ano de dois mil e sete, reuniu-se a comissão acima epigrafada, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Deputado Décio Góes com a presença dos Senhores Deputado Edson Piriquito, José Natal, Renato Hinnig e Professor Grandó. (O Senhor Presidente, Deputado Décio Góes) - "Boa tarde, havendo quorum regimental, vamos dar início a reunião da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, O primeiro assunto é a ATA da reunião anterior, que foi distribuída aos gabinetes, há alguém que queira discuti-la? Esta aprovada. Passo a relatar o PL.0459.0/2007, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Pedro Baldissera, que reconhece o Município de Itapema como Capital Catarinense de Ultraleves, o presente projeto de lei foi relatado pelo senhor Deputado Edson Piriquito que recomenda sua aprovação. Em discussão, não havendo quem queira discutir, em votação, os senhores deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado por maioria. Agora passamos ao PL.0170.7/2007, de autoria do nobre Deputado Professor Grandó, que Dispõe sobre a implementação de sistemas de naturezação através da criação de "telhados verdes" em espaços urbanos de Santa Catarina, o relator é o Senhor Deputado Renato Hinnig, que aprova o mesmo em seu relatório. Em discussão, não havendo quem queira discutir, em votação, os senhores deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade". Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião, na qual eu, chefe da secretaria da comissão digitei a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, Sala de reunião das comissões em sete de novembro de dois mil e sete.

Deputado Décio Góes  
Presidente da CTMA

\*\*\* X X X \*\*\*

**AVISOS DE RESULTADO**

**AVISO DE RESULTADO**

A Pregoeira da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 2266/2007, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 037/2007, referente a aquisição de um (01) carro elevador para cadeiras de rodas para a ALESC, obteve o seguinte resultado:

**Item Único -Carro Elevador para cadeiras de rodas**

Vencedora: HOSPSUL Comércio e Representações Ltda.  
Valor global do Último Lance: R\$ 20.990,00  
Florianópolis, 14 de novembro de 2007.

SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE  
PREGOEIRA

\*\*\* X X X \*\*\*

**AVISO DE LICITAÇÃO**

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que fará realizar no dia 10 de dezembro de 2007, às 14:00 h, licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS - n.º 001/2007, destinado a **Elaboração de Projetos Complementares ao Projeto de Arquitetura com cessão de direitos autorais, visando a Ampliação e Reforma do prédio do Palácio Barriga-Verde, denominado Anexo Sul**, conforme especificações do Edital. Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser protocolados no protocolo geral da ALESC até às 14:00 h do dia 10 de dezembro de 2007.

O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 035 no Anexo da ALESC e na página da ALESC na internet (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 14 de novembro de 2007.

Lonarte Sperling Veloso  
Coordenador de Licitações

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETOS DE LEI**

**PROJETO DE LEI Nº 570/07**

Denomina Pedro Della Justina a Delegacia de Polícia do município de Urubici.

Art. 1º Fica denominado Pedro Della Justina o prédio da Delegacia de Polícia da Comarca de Urubici.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

**Deputado Clésio Salvaro**

1º Vice-Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 14/11/07*

**JUSTIFICATIVA**

Pedro Della Justina nasceu em 8 de junho de 1913, no município de Orleans e ainda jovem, transferiu-se para Campo Novo, distrito do município de Bom Retiro, onde casou-se com Olívia Rossi, com quem teve 9 filhos.

Mudou-se para Urubici em 1946, onde construiu a primeira serraria tocada pela força d'água, no Distrito do Rio Vacariano. Posteriormente, mudou-se para o Bairro Baiano, no Centro, intensificando a atividade na agricultura.

Fundou o MDB - Movimento Democrático Brasileiro, atual PMDB, e na administração do prefeito Dionísio Oselame, em 1963, assumiu o posto de fiscal de obras da prefeitura, onde permaneceu até 1966. Faleceu em 3 de agosto de 1992, com 79 anos.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 571/07**

Dispõe sobre a proibição de despejo de resíduos sólidos reaproveitáveis e recicláveis em lixões e aterros sanitários.

Art. 1º Fica proibido o despejo de resíduos sólidos reaproveitáveis e recicláveis em lixões a céu aberto e aterros sanitários no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A fiscalização ambiental será exercida pelo órgão ambiental estadual, e pela vigilância sanitária estadual e municipal, conforme estabelece o art. 13 da Lei nº 13.557, de 17 de novembro de 2005.

Art. 3º Os infratores das disposições desta Lei ficam sujeitos, sem prejuízo de outras sanções, às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa;

III - interdição temporária; e

IV - interdição definitiva.

Parágrafo único. O produto arrecadado com a aplicação das multas previstas no inciso II deverá ser empregado na execução de projetos de prevenção e recuperação ambiental.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de sessenta dias a contar da sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor cento oitenta após sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Edson Piriquito

*Lido no Expediente*

*Sessão de 14/11/07*

**JUSTIFICATIVA**

O princípio da precaução é a base das leis e das práticas relacionadas à prevenção do meio ambiente. É preciso, antes de tudo, antecipar-se e prevenir a provável e ou efetiva ocorrência de uma atividade lesiva, pois há de se considerar que nem todos os danos ambientais podem ser reparados pela ação humana.

Na verdade, o risco ou o perigo devem ser analisados a partir da verificação da atividade que irá ser provavelmente atingida, a fim de estabelecer o grau de incidência desses, oportunizando a tomada de decisão no sentido de controlá-los e, se necessário, aplicar as medidas ambientais cabíveis.

Desse modo, a atuação do princípio da precaução não se constitui apenas num recurso contra a degradação do meio ambiente. Pelo contrário, sua significação compreende também a garantia da prevenção da espécie humana e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida para a coletividade.

Com a proibição de depósito dos produtos de resíduos sólidos reaproveitáveis e recicláveis em lixões a céu aberto, os municípios que não tenham aterro sanitário adequado de acordo com Norma nº 10.004 da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), deverão buscar, obrigatoriamente, nova destinação para os referidos resíduos. Com isso, haverá uma considerável diminuição na quantidade de rejeitos depositados em lixões a céu aberto. Não restaria outra alternativa aos municípios catarinenses senão se adequar às legislações ambientais.

Entendo a presente matéria como obrigação para evitar maiores problemas com o meio ambiente, e considero extremamente oportuna a apreciação e aprovação desta propositura, motivo pelo qual peço apoio dos nobres colegas.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 573/07**

Declara de utilidade pública a Associação das Voluntárias do Hospital Miguel Couto de Ibirama.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação das Voluntárias do Hospital Miguel Couto de Ibirama, com sede no município de Ibirama

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

**Deputado Jailson Lima**

*Lido no Expediente*

*Sessão de 14/11/07*

**JUSTIFICATIVA**

Senhores Deputados,

Submeto à consideração de Vossas Excelências projeto de lei que visa declarar de utilidade pública a Associação das Voluntárias do Hospital Miguel Couto de Ibirama.

A entidade, sem fins lucrativos, tem por objetivo colaborar com o Hospital Miguel Couto do município de Ibirama, com voluntariado efetivo, apoio e contribuinte, visando o bem estar dos pacientes e de suas famílias.

Face à relevância dos propósitos a que se destina a referida entidade, conforme termos alinhados em seu estatuto, e para que possa usufruir dos direitos e vantagens da legislação vigente, solicito a devida acolhida.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 574/07**

Dispõe sobre a criação do Disque-Escola no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o Disque-Escola no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. O Disque-Escola terá por atribuição receber e encaminhar aos órgãos competentes da Administração Pública denúncias, reclamações ou representações que envolvam os estabelecimentos de ensino e funcionários direta ou indiretamente ligados a eles.

Parágrafo único. O serviço a que se refere o *caput* deverá ter número telefônico exclusivo, gratuito e garantir o anonimato do usuário.

Art. 2º O Disque-Escola funcionará sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação, a quem caberá as apurações das denúncias efetuadas.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

**Deputado Nilson Gonçalves**

*Lido no Expediente*

*Sessão de 14/11/07*

**JUSTIFICATIVA**

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, projeto de lei que dispõe sobre a criação do Disque-Escola no âmbito do Estado de Santa Catarina. Nosso Estado possui uma imensa rede de escolas de ensino infantil, fundamental, médio e técnico, além de universidades. Esse universo de milhões de alunos e seus pais enfrentam grandes dificuldades quando necessitam registrar uma queixa, solicitar um conserto ou reforma, informar a falta de algum material, fazer sugestões de melhoria, denunciar abusos por parte de educadores, ou mesmo o mau comportamento de alunos.

Devido à burocracia na tramitação de documento e o acúmulo de tarefas da Secretaria de Educação, órgão responsável, torna-se difícil a comunicação.

As necessidades são grandes e os recursos são insuficientes para atender a toda a rede de ensino. Por essa razão, nada mais justo do que a sociedade civil contribuir. Uma central de atendimento gratuita certamente vai facilitar essa comunicação, pois evitará os trâmites burocráticos de envio de informações e sua distribuição aos órgãos competentes para a resolução, simplificada, vai economizar tempo na resolução de problemas, diminuir a carga de trabalho de funcionários e promover uma maior participação das comunidades nas escolas, o que só pode resultar em benefícios para todos os envolvidos.

Ao exposto, acrescento que toda a forma de contribuição ao ensino é de suma importância, eficiente e eficaz e de interesse público, e para progredir, esta proposição necessita do apoio dos nobres Pares.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 575/07****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 371**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE,  
SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a concessão de uso de imóveis no Município de Bom Jardim da Serra".

Florianópolis, 14 de novembro de 2007

**LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 14/11/07*

**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO****GABINETE DO SECRETARIO**

EM Nº 301/07

Florianópolis, 25 de outubro de 2007

Senhor Governador

submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que autoriza a conceder à empresa selecionada por meio de processo licitatório, pelo prazo de vinte anos, o uso oneroso de uma área com quinhentos metros quadrados, localizada próximo aos Peraus da Serra do Rio do Rastro, matriculada sob o nº 1.275 no Ofício do Registro de Imóveis da comarca da São Joaquim e cadastrado sob o nº 03340 na Secretaria de Estado da Administração.

A presente concessão de uso tem por objetivo a instalação de uma Cafeteria no Mirante da Serra do Rio do Rastro para melhor atender os turistas que visitam a região.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente

**Antônio Marcos Gavazzoni**

Secretário de Estado da Administração.

PROJETO DE LEI Nº 575/2007

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Bom Jardim da Serra.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à empresa selecionada por meio de processo licitatório, pelo prazo de vinte anos, o uso oneroso de uma área com quinhentos metros quadrados, localizada próximo aos Peraus da Serra do Rio do Rastro, matriculada sob o nº 1.275 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da São Joaquim e cadastrado sob o nº 03340 na Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por objetivo fornecer espaço físico para a instalação de uma Cafeteria no Mirante da Serra do Rio do Rastro para melhor atender os turistas que visitam a região.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada por descumprimento dos deveres pela concessionária ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização à concessionária.

Art. 5º Serão de responsabilidade da concessionária os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso.

Art. 6º A concessionária, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, a concessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do concedente e da concessionária.

Art. 9º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo Secretário de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 576/007**

**GABINETE DO GOVERNADOR**

**MENSAGEM Nº 372**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a doação de imóveis no Município de Caibi".

Florianópolis, 14 de novembro de 2007

**LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 14/11/07*

**SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**

**GABINETE DO SECRETARIO**

EM Nº 295/2007

Florianópolis, 16 de outubro de 2007

Senhor Governador

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que autoriza o Poder Público a doar ao Município de Caibi o imóvel, onde funcionava uma Unidade Sanitária, constituído por um Terreno com área de quinhentos e quarenta metros quadrados, com benfeitorias, matriculada sob o nº 5.021 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palmitos e cadastrado sob o artigo nº 03758 na Secretária de Estado da Administração.

A presente doação tem por objetivo a instalação de Órgãos Municipais.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente

**Antônio Marcos Gavazzoni**

Secretário de Estado da Administração.

PROJETO DE LEI Nº 576/2007

Autoriza a doação de imóvel no Município de Caibi.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Caibi o imóvel constituído por um terreno com área total de quinhentos e quarenta metros quadrados, onde funcionava uma Unidade Sanitária, com benfeitorias, matriculado sob o nº 5.021 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palmitos e cadastrado sob o artigo nº 03758 na Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por objetivo fornecer espaço físico a ser utilizado para a instalação de órgãos municipais.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de dois anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, total ou parcialmente, o imóvel.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As disposições previstas no art. 3º desta Lei deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato. Art. 7º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionadas.

Art. 8º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 577/07**

**GABINETE DO GOVERNADOR**

**MENSAGEM Nº 373**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a doação de imóveis no Município de Navegantes".

Florianópolis, 14 de novembro de 2007

**LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 14/11/07*

**SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**

**GABINETE DO SECRETARIO**

EM Nº 278/2007

Florianópolis, 19 de outubro de 2007

Senhor Governador

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que autoriza a doar ao Município de Navegantes o imóvel, constituído por um Terreno com área de trezentos metros quadrados, sem benfeitorias, matriculado sob o nº 13.108 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itajaí e cadastrado sob o nº 00443 na Secretária de Estado da Administração.

A presente doação tem por objetivo a construção da Biblioteca Pública Municipal Cruz e Souza.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente

**Antônio Marcos Gavazzoni**

Secretário de Estado da Administração.

PROJETO DE LEI Nº 577/2007

Autoriza a doação de imóvel no Município de Navegantes.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Navegantes o imóvel constituído por um terreno com área total de trezentos metros quadrados, sem benfeitorias, matriculado sob o nº 13.108 no Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Itajaí e cadastrado sob o nº 00443 na Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por objetivo fornecer espaço físico para a construção da Biblioteca Pública Municipal Cruz e Souza.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de dois anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, total ou parcialmente, o imóvel.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As disposições previstas no art. 3º desta Lei deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 7º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 8º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 578/07****GABINETE DO GOVERNADOR  
MENSAGEM Nº 374**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE,  
SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Revoga a Lei nº 11.195, de 1999, que autoriza a permissão de uso de imóveis no Município de Florianópolis".

Florianópolis, 14 de novembro de 2007

**LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**

Governador do Estado

*Lido no Expediente**Sessão de 14/11/07***SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO****GABINETE DO SECRETÁRIO**

EM Nº 292/2007

Florianópolis, 11 de outubro de 2007

Senhor Governador

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, a minuta de projeto de lei visando a revogação da Lei Estadual nº 11.195, de 19 de outubro de 1999, que autoriza a permissão de uso de imóveis, para a Sociedade de Assistência Social e Educacional o Bom Samaritano, no Município de Florianópolis, o imóvel constituído de um terreno com área de duzentos e onze mil, cento trinta e nove metros quadrados, matriculado sob o nº 9.724, no 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital, e cadastrado sob o nº 00262 na Secretaria de Estado da Administração.

A presente revogação ocorre pelo descumprimento do art. 10 da Lei estadual nº 11.195, por parte da permissionária.

Respeitosamente

**Antônio Marcos Gavazzoni**

Secretário de Estado da Administração.

**PROJETO DE LEI Nº 578/2007**

Revoga a Lei nº 11.195, de 1999, que autoriza a permissão de uso de imóvel no Município de Florianópolis.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 11.195, de 19 de outubro de 1999, publicada no Diário Oficial nº 16.275, de 20 de outubro de 1999, que autoriza a permissão de uso de imóvel no Município de Florianópolis.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR****PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 043/007****GABINETE DO GOVERNADOR  
MENSAGEM Nº 375**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE,  
SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, o projeto de lei complementar que "Dispõe sobre a instituição de estabelecimento penal e estabelece outras providências".

Florianópolis, 14 de novembro de 2007

**LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**

Governador do Estado

*Lido no Expediente**Sessão de 14/11/07***SECRETÁRIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO****GABINETE DO SECRETÁRIO**

EM Nº 3570/GABS/SSP

Florianópolis, 05 de outubro de 2007

Senhor Governador

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência a anexa minuta de Lei Complementar, que institui o estabelecimento penal denominado Penitenciária Sul.

O presente encaminhamento decorre da iminente inauguração da Penitenciária do Sul do Estado, localizada no Município de Criciúma.

A instituição do mencionado estabelecimento penal, bem como a criação dos correspondentes cargos de direção e gerência, são medidas necessárias para seu funcionamento operacional e administrativo, a exemplo do que já ocorre com as demais penitenciárias do Estado conforme previsto na Lei Complementar nº 381/07

Assim, acrescentando que se trata de mais uma efetiva medida a ser promovida pela gestão governamental em prol da melhoria da Segurança Pública no Estado catarinense, submeto à elevada apreciação de vossa Excelência a minuta de Lei complementar em apenso.

Respeitosamente

**Ronaldo José Benedet**Secretária de Estado da Segurança Pública e defesa do Cidadão  
**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 043/2007**

Dispõe sobre a instituição de estabelecimento penal e estabelece outras providências.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituído o estabelecimento penal denominado Penitenciária Sul, destinado aos reeducandos em cumprimento de pena.

Art. 2º Fica criada a Diretoria da Penitenciária Sul e incluída no Anexo VII-D da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, conforme o disposto no Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão por conta das dotações do Orçamento Geral do Estado.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação

Florianópolis,

**LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**

Governador do Estado

**ANEXO ÚNICO****ANEXO VII-D****SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E****DEFESA DO CIDADÃO****(Lei Complementar nº 381, de 2007)**

ÓRGÃO	Quantidade	Código	Nível
<b>DENOMINAÇÃO DO CARGO</b>			
GABINETE DO SECRETÁRIO			
.....	.....	.....	.....
DIRETORIA DA PENITENCIÁRIA SUL			
Diretor da Penitenciária Sul	1	DGS/FTG	2
Gerente de Execuções Penais	1	DGS/FTG	3
Gerente de Revisões Criminais	1	DGS/FTG	3
Gerente de Apoio Operacional	1	DGS/FTG	3
Gerente de Atividades Laborais	1	DGS/FTG	3
Gerente de Saúde, Ensino e Promoção Social	1	DGS/FTG	3
Mestre de Oficina	4	DGI	1
Mestre de Serviço	2	DGI	1
.....	.....	.....	.....

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 044/07****GABINETE DO GOVERNADOR  
MENSAGEM Nº 376**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE,  
SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, o projeto de lei complementar que "Altera dispositivo da Lei Complementar nº 98, de 1993, que dispõe sobre a promoção dos policiais civis e dá outras providências".

Florianópolis, 14 de novembro de 2007

**LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**

Governador do Estado

*Lido no Expediente**Sessão de 14/11/07***SECRETÁRIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO****GABINETE DO SECRETÁRIO**

EM Nº 3564/GABS/SSP

Florianópolis, 05 de outubro de 2007

Senhor Governador

Submeto à apreciação de Vossa Excelência anteprojeto de Lei Complementar, que propugna a alteração do inciso I do artigo 21 da Lei Complementar nº 98, de 16 de novembro de 1993, que **dispõe sobre a promoção dos policiais civis catarinenses.**

Os policiais civis que exercem seu importante mister ao longo de vários anos, sem quaisquer punições disciplinares, merecem o devido reconhecimento dos seus pares e da sociedade. A condecoração com medalhas e a consequente contagem de pontos para o fim de promoção por merecimento na carreira a esses bravos e disciplinados servidores exterioriza e perpetua tais situações.

Nesse sentido, nada mais justo do que adequar a legislação vigente para possibilitar a celeridade necessária à concessão dessas medalhas.

Assim, este anteprojeto visa à alteração do inciso I do artigo 21, da Lei Complementar nº 98, de 16 de novembro de 1993, em substituição a atual redação, com o fim de efetivar de maneira mais racional e mais justa a entrega dessa comenda.

Ressalte-se que a alteração legislativa ora proposta não implica em aumento de despesa pública imediata, pois já existem inúmeras medalhas cunhadas para tal escopo. Pelo contrário, haverá redução de despesas futuras com a sua confecção, pois as medalhas de Mérito Especial estão sendo reduzidas de sete modalidades diferentes para apenas três.

Por derradeiro, vale lembrar que jamais foram distribuídas as condecorações sob comento, antigo e justo anseio dos policiais civis que poderá ser concretizado por meio da aprovação da presente iniciativa.

Dessa forma, confiante na judiciosa deliberação de Vossa Excelência, submeto o anteprojeto de lei em anexo.

Respeitosamente

**Ronaldo José Benedet**

Secretária de Estado da Segurança Pública e defesa do Cidadão  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 044/2007

Altera dispositivo da Lei Complementar nº 98, de 1993, que dispõe sobre a promoção dos policiais civis e dá outras providências.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O inciso I do art. 21 da Lei Complementar nº 98, de 16 de novembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21 .....

I - Medalha de Mérito Policial, objetivando homenagear o policial civil em razão do tempo de serviço prestado exclusivamente na Polícia Civil, sem punição disciplinar com trânsito em julgado, concedida nas categorias e pontuações especificadas a seguir:

- a) Medalha de Ouro - para 30 (trinta) anos de serviço, 90 (noventa) pontos;
- b) Medalha de Prata - para 20 (vinte) anos de serviço, 70 (setenta) pontos e
- c) Medalha de Bronze - para 10 (dez) anos de serviço, 50 (cinquenta) pontos. (NR)

II - .....

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 045/07**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Florianópolis, 13 de novembro de 2007. Ofício n. 54766.1/PGJ

Excelentíssimo Senhor

Deputado **JÚLIO GARCIA**

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

**NESTA**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho, no exercício das atribuições institucionais que são cometidas ao Procurador-Geral de Justiça, remeter a essa augusta Assembléia Legislativa a Exposição de Motivos n. 54766/PGJ/2007 que acompanha o anteprojeto de lei complementar que altera a Lei Complementar n. 223, de 10 de janeiro de 2002, e adota outras providências.

Ressalto a importância da matéria que ora submeto a Vossa Excelência, informando que o projeto prevê uma atualização no valor do piso salarial do Quadro de Pessoal dos Servidores do Ministério Público, cuja data-base é o próximo mês de janeiro.

Na certa pleno acolhimento por parte dessa Casa Legislativa, renovo-lhe as melhores expressões de apreço.

**GERCINO GERSON GOMES NETO**

Procurador-Geral de Justiça

Lido no Expediente

Sessão de 14/11/07

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N. 54766/PGJ/2007**

**EXCELENTÍSSIMOS SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

No exercício de prerrogativa constitucional, tenho a honra de submeter à elevada apreciação desse Poder projeto de lei que altera a Lei Complementar n. 223, de 10 de janeiro de 2002, e adota outras providências.

De início, cumpre salientar que o referido projeto de lei complementar é consequência de antiga reivindicação de apoio qualificado por parte dos membros do Ministério Público de primeira instância.

Representa, ainda, uma forma de alcançar a necessária eficiência organizacional no que se refere à produção de análises técnicas capazes de possibilitar um melhor resultado da atividade-fim, especialmente nas áreas de atuação ligadas ao exercício dos direitos da coletividade.

Como é do conhecimento de Vossas Excelências, o Ministério Público, a partir do advento da Constituição da República, de 1988, teve sensível alteração de sua feição institucional, demandando dos Promotores de Justiça atividades vinculadas a conhecimentos especializados, nas mais diversas searas do saber humano.

A interdisciplinariedade dos problemas que hodiernamente são apresentados aos representantes do Ministério Público obstaculizam sua efetiva atuação, pois exigem desses conhecimentos próprios de profissionais de áreas alheias ao Direito.

Tal diversidade, portanto, torna ainda mais difícil o desempenho dos órgãos de Execução, impedindo-os de conseguir dar vazão a todo o trabalho que desemboca nos diversos setores espalhados pelo Estado.

Ressalta-se, ainda, que, com os grandes avanços obtidos na área da tecnologia, muitos dos cargos de servidores se tornaram obsoletos, carecendo a instituição de serviços adequados ao perfil tecnológico requerido pela sociedade para um bom desempenho de suas funções.

Consequências dessa reestruturação funcional poderão ser percebidas no desenvolvimento das atribuições institucionais deste órgão, que contará com apoio especializado de profissionais capazes de auxiliar o Ministério Público no atendimento dos anseios que lhe são outorgados pela sociedade.

Ressalta-se, por fim, que o provimento desses cargos dependerá da existência de suporte financeiro e orçamentário, da disponibilidade de espaço físico e equipamentos compatíveis com a importância e a dimensão dos serviços, além da observação dos limites para as despesas com pessoal fixados na Lei Complementar n. 101/2000, tudo conforme previsto no art. 8º do projeto ora apresentado.

Por fim, o projeto prevê uma justa atualização, a partir de 1º de janeiro de 2008, data-base, de 5% (cinco por cento) no valor do piso salarial do Quadro de Pessoal dos Servidores do Ministério Público catarinense e a incorporação de R\$50,00 do abono salarial instituído pela Lei Complementar Estadual n. 252, de 23 de outubro de 2003, com esse reajuste o Piso Salarial de R\$ 510,04, passará para R\$553,39.

Assinale-se que a matéria mereceu análise do Colégio de Procuradores de Justiça, em reunião ordinária, realizada no dia 1º de novembro do corrente ano, e, também, em reunião extraordinária, ocorrida no dia 13 de novembro, obtendo, nesta última, manifestação favorável.

Limitado ao exposto e na expectativa de que a matéria haverá de merecer inteira acolhida dessa augusta Assembléia Legislativa, renovo a Vossas Excelências as melhores expressões do meu alto apreço e de minha especial consideração.

Florianópolis, 13 de novembro de 2007.

**GERCINO GERSON GOMES NETO**

Procurador-Geral de Justiça

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**COORDENADORIA DE PAGAMENTO DE PESSOAL**

**Projeção: Incorporação de R\$ 50,00 do Abono (de R\$ 100,00)**

(Para Servidores Ativos e Inativos com paridade)

**Piso Salarial Atual: 510,04**

**Reajuste (valor): 8,50 %**

**Piso Salarial Projetado: 553,39**

Mês Base: Outubro /2007

Rubrica	Valor Atual	Acréscimo (R\$)	Rubrica c/acréscimo
1001	810.042,44	<b>68.853,61</b>	878.896,05
1005	752.585,52	<b>63.969,77</b>	816.555,29
1016	30.971,06	<b>2.632,54</b>	33.603,60
1018	77.987,33	<b>6.628,92</b>	84.616,25
1019	4.975,49	<b>422,92</b>	5.398,41
1022	1.213,90	<b>103,18</b>	1.317,08
1070	927,04	<b>78,80</b>	1.005,84
1075	12.178,52	<b>1.035,17</b>	93.929,62
1097	59.235,30	<b>5.035,00</b>	64.270,30
1109	30.991,96	<b>2.634,32</b>	33.626,28
1131	5.829,51	<b>495,51</b>	6.325,02
1137	40.808,45	<b>3.468,72</b>	44.277,17
1178	11.309,86	<b>961,34</b>	12.271,20
1188	75.519,41	<b>6.079,15</b>	77.598,56
1311	32.714,22	<b>2.780,71</b>	35.494,93
1084	92.894,45	<b>7.896,03</b>	48.704,48
1145	<b>28.807,10</b>	<b>2.448,60</b>	31.225,70
1168	<b>2.789,91</b>	<b>237,14</b>	3.027,05

**Incremento Mensal em Folha**

Folha	175.761,42
Férias	4.882,26
13°	14.646,79
Patronal IPESC	10.078,44
Patronal INSS	14.073,35
<b>Sub Total</b>	<b>219.442,26</b>
Abono	-31.123,32
<b>Total Mensal</b>	<b>188.318,94</b>
<b>Total Anual</b>	<b>R\$ 2.259.827,30</b>

Exemplo:

**Servidor ocupante de nível 5 ref. A** (menor nível/ref. atualmente ocupado)

Coefficiente 5A	<b>2,8193</b>
Vencimento Atual	<b>1.437,96</b>
Vencimento Projetado	<b>1.560,18</b>
<b>Diferença Mensal</b>	<b>122,23</b>

Florianópolis, 13 de novembro de 2007.

Maria Inês Finger Martins

Coordenadora de Pagamento de Pessoal

**Anteprojeto de Lei Complementar****Novo Piso Salarial dos Servidores do MP projetado para: R\$ 553,39**

(Art. 1º) Nível 7 referência F	Remuneração Mensal	Total Anual
Vencimento	R\$ 2.892,51	R\$ 34.710,12
Abono	R\$ 50,00	R\$ 600,00
Auxílio-Alimentação	R\$ 70,00	R\$ 8.400,00
Patronal	R\$ 323,68	R\$ 3.884,11
13º Salário	R\$ 245,21	R\$ 2.942,51
Patronal 13º Sal.	R\$ 26,97	R\$ 323,68
Férias	R\$ 80,35	R\$ 964,17
<b>Total (cada)</b>	<b>R\$ 4.318,72</b>	<b>R\$ 51.824,59</b>
<b>Total 15 nomeações</b>	<b>R\$ 64.780,74</b>	<b>R\$ 77.368,84</b>

(Art. 2º) Nível 5 referência A	Remuneração Mensal	Total Anual
--------------------------------	--------------------	-------------

Vencimento	R\$ 1.560,17	R\$ 18.722,04
Abono	R\$ 50,00	R\$ 600,00
Auxílio-Alimentação	R\$ 70,00	R\$ 8.400,00
Patronal	R\$ 177,12	R\$ 2.125,42
13º Salário	R\$ 134,18	R\$ 1.610,17
Patronal 13º Sal.	R\$ 14,76	R\$ 177,12
Férias	R\$ 43,34	R\$ 520,06
<b>Total (cada)</b>	<b>R\$ 2.679,57</b>	<b>R\$ 32.154,81</b>
<b>Total 37 nomeações</b>	<b>R\$ 99.144,00</b>	<b>R\$ 1.189.727,96</b>

(Art.3º) Nível 5 referência F	Remuneração Mensal	Total Anual
Vencimento	R\$ 1.765,20	R\$ 21.182,40
Abono	R\$ 50,00	R\$ 600,00
Auxílio-Alimentação	R\$ 70,00	R\$ 8.400,00
Patronal	R\$ 199,67	R\$ 2.396,06
13º Salário	R\$ 151,27	R\$ 1.815,20
Patronal 13º Sal.	R\$ 16,64	R\$ 199,67
Férias	R\$ 49,03	R\$ 588,40
<b>Total (cada)</b>	<b>R\$ 2.913,81</b>	<b>R\$ 35.181,74</b>
<b>Total 9 nomeações</b>	<b>R\$ 26.386,30</b>	<b>R\$ 316.635,62</b>

(Art.4º) CMP - 6	Remuneração Mensal	Total Anual
Vencimento	R\$ 7.974,35	R\$ 95.692,20
Abono	R\$ 50,00	R\$ 600,00
Auxílio-Alimentação	R\$ 70,00	R\$ 8.400,00
Patronal	R\$ 882,68	R\$ 10.592,14
13º Salário	R\$ 668,70	R\$ 8.024,35
Patronal 13º Sal.	R\$ 73,56	R\$ 882,68
Férias	R\$ 221,51	R\$ 2.658,12
<b>Total 1 nomeações</b>	<b>R\$ 10.570,79</b>	<b>R\$ 126.849,49</b>
<b>TOTALIZAÇÃO</b>	<b>Acréscimo Mensal</b>	<b>Acréscimo Anual</b>
	<b>R\$ 190.311,04</b>	<b>R\$ 2.283.732,42</b>

Florianópolis, 13 de novembro de 2007.

Maria Inês Finger Martins

Coordenação de Pagamento de Pessoal

**RECEITA CORRENTE LIQUIDA**

MESES	2005	2006	%	2007	%	2008	
JANEIRO	580.290.226,83	676.065.527,02	16,50%	644.048.064,83	-4,74%	695.571.910,02	8,00%
FEVEREIRO	486.657.061,43	535.979.644,98	10,13%	610.735.033,65	13,95%	659.593.836,34	8,00%
MARÇO	512.773.236,36	568.156.622,36	10,80%	669.015.913,47	17,75%	722.537.186,55	8,00%
ABRIL	540.771.157,36	577.708.170,82	6,83%	635.466.608,09	10,00%	686.303.936,74	8,00%
MAIO	534.042.531,19	599.987.566,73	12,35%	675.927.982,87	12,65%	730.002.221,50	8,00%
JUNHO	556.628.340,09	616.088.277,59	10,68%	666.351.826,81	10,00%	741.259.972,95	8,00%
JULHO	588.418.071,92	621.541.706,75	5,63%	657.625.347,69	10,00%	710.235.375,51	8,00%
AGOSTO	579.253.569,10	594.304.038,76	2,60%	657.285.165,57	10,00%	-709.867.978,82	8,00%
SETEMBRO	570.403.134,24	633.948.215,32	11,14%	697.060.217,13	10,00%	752.825.034,50	8,00%
OUTUBRO	580.539.252,02	592.062.733,51	1,98%	697.060.217,13	10,00%	752.825.034,50	8,00%
NOVEMBRO	550.745.626,88	642.135.867,15	16,59%	706.349.453,87	10,00%	762.857.410,17	8,00%
DEZEMBRO	637.989.828,26	716.341.858,83	12,28%	787.976.044,71	10,00%	851.014.128,29	8,00%
<b>TOTAL</b>	<b>6.718.512.035,68</b>	<b>7.374.320.229,82</b>	<b>9,76%</b>	<b>8.124.903.882,82</b>	<b>10,18%</b>	<b>8.774.896.033,88</b>	<b>8,00%</b>
<b>VALOR MÉDIO</b>	<b>559.876.002,97</b>	<b>614.526.685,82</b>	<b>9,76%</b>	<b>677.075.323,57</b>	<b>10,18%</b>	<b>731.241.336,16</b>	<b>8,00%</b>

DESPESA COM PESSOAL	RECEITA	DESPESA	%	LIMITE GASTO	%	INCREMENTO POSSIVEL
MAIO 2006 - ABRIL 2007	7.575.675.884,68	138.131.735,26	1,82%	151.513.517,69	2,00%	13.381.782,43
JUN2006 - MA102007	7.651.616.300,82	138.631.735,26	1,81%	153.032.326,02	2,00%	14.400.590,76
JUL2006 - JUN2007	7.721.879.850,04	139.131.735,26	1,80%	154.437.597,00	2,00%	15.305.861,74
AGO 2006 - JUL 2007	7.757.963.490,98	139.631.735,26	1,60%	155.159.269,82	2,00%	15.527.534,56
SET2006 - AGO2007	7.820.944.617,79	140.131.735,26	1,79%	156.418.892,36	2,00%	16.287.157,10
OUT2006 - SET2007	7.884.056.619,60	140.631.735,26	1,78%	157.681.132,39	2,00%	17.049.397,13
NOV 2006 - OUT 2007	7.989.054.103,22	141.131.735,26	1,77%	159.781.082,06	2,00%	18.649.346,80
DEZ 2006 - NOV 2007	8.053.267.689,94	141.631.735,26	1,76%	161.065.353,80	2,00%	19.433.618,54
JAN - 2007 - DEZ 2007	8.124.903.882,82	142.131.735,26	1,75%	162.498.077,66	2,00%	20.366.342,40
FEV - 2007 - JAN 2008	8.176.425.721,00	142.631.735,26	1,74%	163.528.514,42	2,00%	20.896.779,16
MAR - 2007 - FEV 2008	8.225.284.523,70	143.131.735,26	1,74%	164.505.690,47	2,00%	21.373.955,21
ABR - 2007 - MAR 2008	8.278.805.796,77	143.631.735,26	1,73%	165.576.115,94	2,00%	21.944.360,68
MAIO 2007 - ABRIL 2008	8.329.643.125,42	144.131.735,26	1,73%	166.592.862,51	2,00%	22.461.127,25
JUN 2007 - MAIO 2008	8.383.717.364,05	144.631.735,26	1,73%	167.674.347,28	2,00%	23.042.612,02
JUL 2007 - JUN 2008	8.438.625.510,20	145.131.735,26	1,72%	168.772.510,20	2,00%	23.640.774,94
AGO2007-JUL2008	8.491.235.538,01	145.631.735,26	1,72%	169.824.710,76	2,00%	24.192.975,50
SET 2007 - AGO 2008	8.543.818.351,26	146.131.735,26	1,71%	170.876.367,03	2,00%	24.744.631,77
OUT2007-SET2008	8.599.583.168,63	146.631.735,26	1,71%	171.991.663,37	2,00%	25.359.928,11
NOV 2007 - OUT 2008	8.655.347.986,00	147.131.735,26	1,70%	173.106.959,72	2,00%	25.975.224,46
DEZ 2007 - NOV 2008	8.711.855.942,31	147.631.735,26	1,69%	174.237.118,85	2,00%	26.605.383,59
JAN - 2008 - DEZ 2008	8.774.896.033,88	148.131.735,26	1,69%	175.497.920,68	2,00%	27.366.185,42

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL PLC/0045.9/2007**

Altera a Lei Complementar n. 223, de 10 de janeiro de 2002, e adota outras providências.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam criados no Anexo I da Lei Complementar n. 223, de 10 de janeiro de 2002, os seguintes cargos, nível inicial "7" e referência inicial "F", de provimento efetivo do grupo Ocupacional de Atividades de Nível Superior - ANS, do Quadro de Pessoal do Ministério Público:

- I - 1 (um) cargo de Biólogo;
- II - 1 (um) cargo de Geólogo;
- III - 1 (um) cargo de Engenheiro Sanitário;
- IV - 1 (um) cargo de Engenheiro Agrônomo;
- V - 2 (dois) cargos de Analista de Sistemas;
- VI - 4 (quatro) cargos de Contador;
- VII - 1 (um) cargo de Engenheiro Civil;
- VIII - 1 (um) cargo de Arquiteto;
- IX - 1 (um) cargo de Designer Gráfico;
- X - 1 (um) cargo de Analista de Geoprocessamento; e
- XI - 1 (um) cargo de Estatístico.

Art. 2º. Ficam criados no Anexo II da Lei Complementar n. 223, de 10 de janeiro de 2002, os seguintes cargos, nível inicial "5" e referência inicial "A", de provimento efetivo do grupo Ocupacional de Atividades de Nível Médio - ANM, do Quadro de Pessoal do Ministério Público:

I - 10 (dez) cargos de Oficial de Diligência;

II - 10 (dez) cargos de Motorista Oficial II; e

III - 17 (dezesete) cargos de Técnico do Ministério Público.

Art. 3º Ficam criados no Anexo II da Lei Complementar n. 223, de 10 de janeiro de 2002, os seguintes cargos, nível inicial "5" e referência inicial "F", de provimento efetivo do grupo Ocupacional de Atividades de Nível Médio - ANM, do Quadro de Pessoal do Ministério Público:

I - 4 (quatro) cargos de Técnico Contábil;

II - 4 (quatro) cargos de Técnico em Informática; e

III - 1 (um) cargo de Técnico em Editoração Gráfica.

Art. 4º Fica criado nos Anexos IV e XV da Lei Complementar n. 223, de 10 de janeiro de 2002, 1 (um) cargo de Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, nível CMP-6, coeficiente 14,41.

Art. 5º O art. 17 da Lei Complementar n. 223, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17 As funções gratificadas destinadas a servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo terão denominações e atribuições fixadas por Ato do Procurador-Geral de Justiça e serão limitadas a 25% (vinte e cinco por cento) dos cargos de provimento efetivo do Ministério Público." (NR)

Art. 6º O piso salarial dos servidores do Ministério Público será de R\$553,39 a partir de 1.º de janeiro de 2008.

Art. 7º Fica reduzido, a partir de 1.º de janeiro de 2008, o abono salarial instituído pela Lei Complementar Estadual n. 252, de 23 de outubro de 2003, para R\$50,00 (cinquenta reais).

Art. 8º O provimento dos cargos criados por esta Lei Complementar, cuja iniciativa fica reservada, em caráter exclusivo ao Procurador-Geral de Justiça, dependerão da existência de suporte orçamentário e financeiro para atender aos respectivos custos de instalação e manutenção.

Art. 9º As despesas necessárias à execução da presente Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do orçamento do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 13 de novembro de 2007.

**LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**Projeto de Lei Complementar Nº 046/07**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Florianópolis, 13 de novembro de 2007. Ofício n. 54769.1/PJG

Excelentíssimo Senhor

Deputado **JÚLIO GARCIA**

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

**NESTA**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho, no exercício das atribuições institucionais que são cometidas ao Procurador-Geral de Justiça, remeter a essa augusta Assembléia Legislativa a Exposição de Motivos n. 54769/PJG/2007 que acompanha o anteprojeto de lei que dispõe sobre a elevação de Promotorias de Justiça e a reclassificação, criação e extinção de cargos na carreira do Ministério Público de Santa Catarina e adota outras providências.

Ressalto a Vossa Excelência que o referido projeto é consequência natural do projeto de Lei Complementar n. PLC/0038.0/2007, que transforma, cria e extingue cargos do Quadro da Magistratura e dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário Estadual, e que a sua aprovação evitará o escompasso na tramitação processual.

Na certeza pleno acolhimento por parte dessa Casa Legislativa, renovo-lhe as melhores expressões de apreço.

**GERCINO GERSON GOMES NETO**

Procurador-Geral de Justiça

Lido no Expediente

Sessão de 14/11/07

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N. 54769/PJG/2007**

**EXCELENTÍSSIMOS SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

No exercício de prerrogativa constitucional, tenho a honra de submeter à elevada apreciação desse Poder projeto de lei que dispõe sobre a elevação de Promotorias de Justiça e a reclassificação, criação e extinção de cargos na carreira do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

De plano, cumpre salientar que o referido projeto de lei complementar é consequência natural do projeto de Lei Complementar n. PLC/0038.0/2007, que transforma, cria e extingue cargos do Quadro da Magistratura e dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário Estadual, e determinará a reclassificação das Comarcas de Joinville, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Itajaí, Lages, da entrância final para entrância especial; a das Comarcas de São José, Palhoça, Balneário

Camboriú e Jaraguá do Sul, da entrância intermediária para entrância final; e a da Comarca de Gaspar, da entrância inicial para entrância intermediária, além de criar 20 (vinte) cargos de Juiz na entrância especial, 15 (quinze) cargos de Juiz na entrância final, 10 (dez) cargos de Juiz na entrância intermediária e 5 (cinco) cargos de Juiz na entrância inicial.

Em decorrência disso, tem-se que, no âmbito do Ministério Público, também haverá a necessidade de criação de 23 Promotorias de Justiça e, conseqüentemente, a criação dos respectivos cargos, pois, do contrário, a criação dessas Varas Judiciais tornar-se-á inócua aos fins a que se

propõe se não for seguida da aprovação do ora submetido à análise de Vossas Excelências. De nada adiantará a instalação de uma nova Vara Judicial se não for acompanhada da criação da Promotoria de Justiça e do cargo de Promotor de Justiça respectivos. O processo sairá do gabinete do Juiz e, logo adiante, restará paralisado por falta da necessária atuação do Ministério Público.

No Estado de Santa Catarina, desde 1994, em homenagem ao bom aproveitamento dos recursos humanos, priorizou-se a equitativa distribuição dos trabalhos a todas as promotorias de justiça, independentemente da vara ou das varas em que tenha atuação. Isso, entretanto, não importa dizer que será desnecessário o equilíbrio de cargos nas duas instituições, carecendo, isto sim, da criação dos respectivos cargos pela via da Lei Complementar, nos termos que ora se apresentam.

Portanto, 23 **novas Promotorias de Justiça** devem ser criadas, acompanhadas dos respectivos cargos de **Assistentes de Promotorias de Justiça (23)**, sendo 20 de entrância especial, para atender a demanda das maiores comarcas do Estado, que, em função do volume processual e do número de habitantes, geram um trabalho de natureza diferenciada, número de cargos bem menor do que os 50 cargos propostos pelo Poder Judiciário e 3 cargos, em entrância inicial, para implementação de promotorias de justiça com atribuição vinculadas a varas judiciais já instaladas, nas Comarcas de Camboriú, Balneário Piçarras e Porto Belo.

Vê-se que a proposta do Ministério Público, comparada à do Poder Judiciário, é a mais modesta possível, o que importa na efetiva necessidade de criação dos cargos propostos na sua estrutura.

Também, oportunamente, aproveitou-se para realizar uma readequação, criando-se a 181 Circunscrição do Ministério Público, objetivando melhor atender à área metropolitana da grande Florianópolis, que, na atualidade, não está abrangida por nenhuma das Circunscrições existentes, e, assim, melhor distribuir os Promotores de Justiça substitutos, o que tornará mais ágil e menos onerosa a substituição no caso de vacância das promotorias ou de afastamento dos promotores titulares por motivo de férias ou de outras licenças.

Vê-se que a proposta do Ministério Público de instalações das Promotorias de Justiça e o provimento dos cargos criados por esta Lei Complementar, cuja iniciativa fica reservada, em caráter exclusivo, ao Procurador-Geral de Justiça, dependerão da existência de suporte orçamentário e financeiro, além da constatação da efetiva necessidade de implementação dos cargos propostos à medida que se verifique descompasso na tramitação processual e da existência de recursos necessários para instalação e manutenção.

Não ocorrendo essa ampliação na estrutura do Ministério Público, haverá uma discrepância de produtividade entre os órgãos estatais, de forma que acontecerá a simples transferência dos processos paralisados para os gabinetes dos atuais Promotores de Justiça, já assoberbados, frustrando, dessa forma, a pretendida agilização da prestação jurisdicional. Analisada a relação custo-benefício, a aprovação do projeto é amplamente favorável aos interesses da sociedade catarinense.

Assinale-se que a matéria mereceu análise do Colégio de Procuradores de Justiça, em reunião ordinária, ocorrida no dia 1º de novembro do corrente ano, e, também, em reunião extraordinária, realizada no dia 13 de novembro, sendo aprovada, nesta última.

Limitado ao exposto e na expectativa de que a matéria haverá de merecer inteira acolhida por essa Augusta Assembléia Legislativa, renovo a Vossas Excelências as elhores expressões do meu alto apreço e de minha especial consideração.

Florianópolis, 13 de novembro de 2007.

**GERCINO GERSON GOMES NETO**

Procurador-Geral de Justiça

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**Coordenadoria de Pagamento de Pessoal**

Projeto de Lei Complementar

Projeção (considerado 3,14% de reajuste do STF)

Criação de 20 vagas de PJ de Entrância Especial

**Diferença Remuneratória de PJ Substituto p/ entrância Especial:**

	Dif. Remun. Mensal	Dif. Remun. Anual
Dif. Subsidio	R\$ 3.806,31	R\$ 45.675,72
Dif. Patronal IPESC	R\$ 418,69	R\$ 5.024,33

Dif.Aux.Moradia	R\$ 380,63	R\$ 4.567,57	Patronal IPESC	R\$ 96,58	R\$ 1.159,00
Dif.Férias	R\$ 211,46	R\$ 2.537,54	Aux.Moradia	R\$ 87,80	R\$ 1.053,64
Dif. 13º Salário	R\$ 317,19	R\$ 3.806,31	Férias	R\$ 48,78	R\$ 585,35
Dif.Patronal 13º Salário	R\$ 34,89	R\$ 418,69	13º Salário	R\$ 73,17	R\$ 878,03
<b>Diferença Total (cada)</b>	<b>R\$ 5.169,18</b>	<b>R\$ 62.030,17</b>	Patronal 13º Salário	R\$ 8,05	R\$ 96,58
<b>20Promoções *</b>	<b>R\$ 103.383,61</b>	<b>R\$ 744.361,98</b>	<b>Diferença Total (cada)</b>	<b>R\$ 1.192,41</b>	<b>R\$ 14.308,96</b>
*Movimentações na carreira			<b>3Promoções*</b>	<b>R\$ 3.577,24</b>	<b>R\$ 42.926,89</b>
Criação de 3 vagas de PJ de Entrância Inicial			* movimentações na carreira		
<b>Diferença Remuneratória de PJ Substituto p/ PJ entrância Inicial:</b>			Florianópolis, 13 de novembro de 2007.		
<b>Dif. Remun.Mensal</b>	<b>R\$ 878,03</b>	<b>R\$ 10.536,36</b>	Maria Inês Finger Martins		
<b>Dif. Remun. Anual</b>			Coordenadora de Pagamento de Pessoal		

RECEITA CORRENTE LIQUIDA							
MESES	2005	2006	%	2007	%	2008	
JANEIRO	580.290.226,83	676.065.527,02	16,50%	644.048.064,83	-4,74%	695.571.910,02	8,00%
FEVEREIRO	486.657.061,43	535.979.644,98	10,13%	610.735.033,65	13,95%	659.593.836,34	8,00%
MARÇO	512.773.236,36	568.156.622,36	10,80%	669.015.913,47	17,75%	722.537.186,55	8,00%
ABRIL	540.771.157,36	577.708.170,82	6,83%	635.466.608,09	10,00%	686.303.936,74	8,00%
MAIO	534.042.531,19	599.987.566,73	12,35%	675.927.982,87	12,65%	730.002.221,50	8,00%
JUNHO	556.628.340,09	616.088.277,59	10,68%	666.351.826,81	10,00%	741.259.972,95	8,00%
JULHO	588.418.071,92	621.541.706,75	5,63%	657.625.347,69	10,00%	710.235.375,51	8,00%
AGOSTO	579.253.569,10	594.304.038,76	2,60%	657.285.165,57	10,00%	-709.867.978,82	8,00%
SETEMBRO	570.403.134,24	633.948.215,32	11,14%	697.060.217,13	10,00%	752.825.034,50	8,00%
OUTUBRO	580.539.252,02	592.062.733,51	1,98%	697.060.217,13	10,00%	752.825.034,50	8,00%
NOVEMBRO	550.745.626,88	642.135.867,15	16,59%	706.349.453,87	10,00%	762.857.410,17	8,00%
DEZEMBRO	637.989.828,26	716.341.858,83	12,28%	787.976.044,71	10,00%	851.014.128,29	8,00%
<b>TOTAL</b>	<b>6.718.512.035,68</b>	<b>7.374.320.229,82</b>	<b>9,76%</b>	<b>8.124.903.882,82</b>	<b>10,18%</b>	<b>8.774.896.033,88</b>	<b>8,00%</b>
<b>VALOR MÉDIO</b>	<b>559.876.002,97</b>	<b>614.526.685,82</b>	<b>9,76%</b>	<b>677.075.323,57</b>	<b>10,18%</b>	<b>731.241.336,16</b>	<b>8,00%</b>

DESPESA COM PESSOAL	RECEITA	DESPESA	%	LIMITE GASTO	%	INCREMENTO POSSÍVEL
MAIO 2006 - ABRIL 2007	7.575.675.884,68	138.131.735,26	1,82%	151.513.517,69	2,00%	13.381.782,43
JUN2006 - MA102007	7.651.616.300,82	138.631.735,26	1,81%	153.032.326,02	2,00%	14.400.590,76
JUL2006 - JUN2007	7.721.879.850,04	139.131.735,26	1,80%	154.437.597,00	2,00%	15.305.861,74
AGO 2006 - JUL 2007	7.757.963.490,98	139.631.735,26	1,60%	155.159.269,82	2,00%	15.527.534,56
SET2006 - AGO2007	7.820.944.617,79	140.131.735,26	1,79%	156.418.892,36	2,00%	16.287.157,10
OUT2006 - SET2007	7.884.056.619,60	140.631.735,26	1,78%	157.681.132,39	2,00%	17.049.397,13
NOV 2006 - OUT 2007	7.989.054.103,22	141.131.735,26	1,77%	159.781.082,06	2,00%	18.649.346,80
DEZ 2006 - NOV 2007	8.053.267.689,94	141.631.735,26	1,76%	161.065.353,80	2,00%	19.433.618,54
JAN - 2007 - DEZ 2007	8.124.903.882,82	142.131.735,26	1,75%/a	162.498.077,66	2,00%	20.366.342,40
FEV - 2007 - JAN 2008	8.176.425.721,00	142.631.735,26	1,74%	163.528.514,42	2,00%	20.896.779,16
MAR - 2007 - FEV 2008	8.225.284.523,70	143.131.735,26	1,74%	164.505.690,47	2,00%	21.373.955,21
ABR - 2007 - MAR 2008	8.278.805.796,77	143.631.735,26	1,73%	165.576.115,94	2,00%	21.944.360,68
MAIO 2007 - ABRIL 2008	8.329.643.125,42	144.131.735,26	1,73%	166.592.862,51	2,00%	22.461.127,25
JUN 2007 - MAIO 2008	8.383.717.364,05	144.631.735,26	1,73%	167.674.347,28	2,00%	23.042.612,02
JUL 2007 - JUN 2008	8.438.625.510,20	145.131.735,26	1,72%	168.772.510,20	2,00%	23.640.774,94
AGO2007-JUL2008	8.491.235.538,01	145.631.735,26	1,72%	169.824.710,76	2,00%	24.192.975,50
SET 2007 - AGO 2008	8.543.818.351,26	146.131.735,26	1,71%	170.876.367,03	2,00%/a	24.744.631,77
OUT2007-SET2008	8.599.583.168,63	146.631.735,26	1,71%	171.991.663,37	2,00%	25.359.928,11
NOV 2007 - OUT 2008	8.655.347.986,00	147.131.735,26	1,70%	173.106.959,72	2,00%	25.975.224,46
DEZ 2007 - NOV 2008	8.711.855.942,31	147.631.735,26	1,69%	174.237.118,85	2,00%	26.605.383,59
JAN - 2008 - DEZ 2008	8.774.896.033,88	148.131.735,26	1,69%	175.497.920,68	2,00%	27.366.185,42

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL PLC/0046-007

Dispõe sobre a elevação de Promotorias de Justiça a reclassificação, criação e extinção de cargos na carreira do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam elevadas as seguintes Promotorias de Justiça e os cargos de Promotor de Justiça respectivos:

I - as das Comarcas de Joinville, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Itajaí e Lages, da entrância final para entrância especial;

II - as das Comarcas de São José, Palhoça, Balneário Camboriú e Jaraguá do Sul, da entrância intermediária para entrância final;

III - a da Comarca de Gaspar, da entrância inicial para entrância intermediária.

Art. 2º Aos atuais ocupantes dos cargos de Promotor de Justiça lotados nas Promotorias de Justiça elevadas, na forma do artigo anterior, são garantidas a posição na carreira do Ministério Público e a permanência em sua atual lotação até futura movimentação funcional, respeitando-se, ainda, o direito de opção previsto no art. 141 da Lei Complementar n. 197/2000.

§ 1º Os cargos de Promotor de Justiça vagos até a data da publicação desta lei serão preenchidos em conformidade com a classificação anterior das comarcas, na forma da Lei Complementar n. 167, de 29 de julho de 1998.

Art. 3º Ficam criadas na estrutura de primeiro grau do Ministério Público do Estado de Santa Catarina 20 (vinte) Promotorias de Justiça de entrância especial e 3 (três) Promotorias de Justiça de entrância inicial, distribuídas nas comarcas indicadas e com denominação constante do Anexo 1, parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 4º Ficam criados no quadro de primeiro grau do Ministério Público do Estado de Santa Catarina 20 (vinte) cargos de Promotor de Justiça

de entrância especial, e 3 (três) cargos de Promotor de Justiça de entrância inicial, lotados um para cada Promotoria de Justiça criada no artigo anterior, com nomenclatura ordinal a elas correspondentes.

Art. 5º Fica criada a 18ª Circunscrição do Ministério Público do Estado de Santa Catarina com sede na capital.

Art. 6º Ficam criados no quadro de Primeiro Grau do Ministério Público do Estado de Santa Catarina 6 (seis) cargos de Promotor de Justiça Substituto, com lotação na 18ª Circunscrição do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e denominação constante do Anexo 2, parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 7º Ficam criados na estrutura organizacional do Ministério Público de Santa Catarina, com lotação vinculada às novas Promotorias de Justiça, 23 (vinte e três) cargos de Assistente de Promotoria de Justiça, com a classificação, os requisitos e as vedações previstos no art. 1º da Lei Complementar n. 276, de 27 de dezembro de 2004.

Art. 8º São extintos do quadro do Ministério Público Estadual 6 (seis) cargos de Promotor de Justiça Substituto, do Núcleo Especial da Procuradoria-Geral de Justiça, quando das respectivas vacâncias, readequando-se a nomenclatura ordinal dos cargos remanescentes, conforme a ocorrência das extinções.

Art. 9º As instalações das Promotorias de Justiça e o provimento dos cargos criados por esta Lei Complementar, cuja iniciativa fica reservada, em caráter exclusivo ao Procurador-Geral de Justiça, dependerão da existência de suporte orçamentário e financeiro para atender aos respectivos custos de instalação e manutenção.

Art. 10 As despesas necessárias à execução da presente Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do orçamento do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Art. 11 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 13 de novembro de 2007.

**LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**

Governador do Estado

**ANEXO 1**

Promotorias de Justiça criadas por esta Lei Complementar:

**Comarca da Capital**

31º Promotoria de Justiça;  
32º Promotoria de Justiça;  
33º Promotoria de Justiça;  
34º Promotoria de Justiça; e  
35º Promotoria de Justiça.

**Comarca de Joinville**

18º Promotoria de Justiça;  
19º Promotoria de Justiça;  
20º Promotoria de Justiça; e  
21º Promotoria de Justiça.

**Comarca de Blumenau**

15º Promotoria de Justiça;  
16º Promotoria de Justiça; e  
17º Promotoria de Justiça.

**Comarca de Criciúma**

13º Promotoria de Justiça;  
14º Promotoria de Justiça; e  
15º Promotoria de Justiça.

**Comarca de Chapecó**

11º Promotoria de Justiça; e  
12º Promotoria de Justiça.

Comarca de Itajaí 12º Promotoria de Justiça; e 13º Promotoria de Justiça. Comarca de Lages 14º Promotoria de Justiça.

Comarca de Balneário Piçarras 2º Promotoria de Justiça.

Comarca de Camboriú 2º Promotoria de Justiça.

**Comarca de Porto Belo**

2º Promotoria de Justiça.

**ANEXO 2**

Cargos de Promotor de Justiça Substitutos criados por esta Lei Complementar:

**18º Circunscrição do Ministério Público - Capital**

1º Promotor de Justiça Substituto;  
2º Promotor de Justiça Substituto;  
3º Promotor de Justiça Substituto;  
4º Promotor de Justiça Substituto;  
5º Promotor de Justiça Substituto; e  
6º Promotor de Justiça Substituto.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 138, de 17 de outubro de 2007  
PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI Nº 138/07**

Altera dispositivo da Lei nº 13.337, de 2005, que autoriza o Estado de Santa Catarina a prestar aval para a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - Casan.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 13.337, de 8 março de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art 1º Fica o Estado de Santa Catarina autorizado a prestar aval para a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - Casan, obter financiamento com recursos provenientes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do Fundo de Amparo ao Trabalhador - Fat, por intermédio de instituições bancárias públicas ou privadas, no valor de até R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), para a execução e implementação de obras em sistemas de saneamento básico, observada a prioridade definida pela Lei nº 12.295, de 27 de junho de 2002." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, e, 14 de novembro de 2007

**Deputado Jorginho Mello**

**Relator**

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE RESOLUÇÃO****PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 013/07**

Cria a Semana de Educação para Cidadania, no âmbito de Poder Legislativo Estadual, a ser celebrada na primeira semana de dezembro de cada ano.

Art. 1º Fica criada a Semana de Educação para Cidadania, no âmbito do Poder Legislativo Estadual, a ser celebrada na primeira semana de dezembro de cada ano.

Art. 2º A Semana de Educação para Cidadania passa a integrar o calendário oficial da Escola do Legislativo, com o objetivo de oportunizar a divulgação e compartilhamento das ações desenvolvidas no âmbito das atividades, instituídas por intermédio da Res. 008/2005.

Art. 3º As atividades e eventos da Semana de Educação para cidadania, serão planejadas, organizadas, coordenadas e divulgadas pela Escola do Legislativo.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Resolução Correção por Conta do Orçamento da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação Sala das Sessões,

**Deputado Joares Ponticelli**

Lido no Expediente  
Sessão de 14/11/07

**JUSTIFICATIVA**

A Semana de Educação para a Cidadania, instituída para constar do calendário oficial da Escola do Legislativo de Santa Catarina, tem os seguintes objetivos e ações:

- propiciar um espaço de reflexão sobre o papel do Parlamento como instrumento de solidificação e fortalecimento da democracia;
- contribuir para valorizar, intercambiar e divulgar projetos e práticas cidadãs no Brasil e em Santa Catarina.
- Incentivar a criação de programas voltados para a educação cidadã nas Câmaras Municipais, sugerindo projetos que aproximem a Sociedade do Parlamento.
- divulgar as ações desenvolvidas pelo programa Conhecendo o Parlamento, instituído por intermédio da Res. 008/2005, no âmbito da Assembléia Legislativa de Santa Catarina;
- ampliar a consciência social, para assuntos relevantes de interesse do cidadão;
- divulgar projetos e programas em tramitação que visem práticas cidadãs, nos legislativos municipais e estaduais;
- comemorar nesta semana, o aniversário da Escola do Legislativo, prestando contas através de publicação dos trabalhos realizados em cada ano.

A Escola do Legislativo de Santa Catarina, órgão da estrutura administrativa da Assembléia Legislativa, vinculada a Chefia de Gabinete da Presidência, vem desenvolvendo suas atividades alicerçada em 4 programas de Formação:

- Programa de Formação e Aperfeiçoamento |Profissional.
- Programa de Formação de Agentes Políticos.
- Programa de Educação à Distância.
- Programa Conhecendo o Parlamento.

Este último Programa, foi instituído por intermédio da Res. 008/2005, e tem por objetivo precípuo, aproximar a sociedade do Parlamento, através do desenvolvimento dos seguintes subprogramas e atividades:

- Parlamento Jovem (instituído pela Res. 003/2005)
- A Escola no Parlamento
- A Universidade e o Legislativo
- A Comunidade e o Parlamento

Muitas são as atividades desenvolvidas dentro destes subprogramas, valendo ressaltar:

Programa Fala Jovem (em parceria com a TVAL), Programa Educação para Cidadania: Construindo um Novo Olhar, com objetivo de ampliar e de certa forma, mudar a concepção e a visão que os jovens de ensino médio, de escolas públicas e particulares têm do parlamento. São desenvolvidas diversas palestras e encontros, com temas diversos.

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL****REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI  
DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 138/2007**

Altera dispositivo da Lei nº 13.337, de 2005, que autoriza o Estado de Santa Catarina a prestar aval para a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 13.337, de 08 de março de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Estado de Santa Catarina autorizado a prestar aval para a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN obter financiamento com recursos provenientes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, por intermédio de instituições bancárias públicas ou privadas, no valor de até R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), para a execução e implementação de obras em sistemas de saneamento básico, observada a prioridade definida pela Lei nº 12.295, de 27 de junho de 2002." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2007

**Deputado Romildo Titon**

**Presidente da Comissão de Constituição e Justiça**

\*\*\* X X X \*\*\*